

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM LINGUÍSTICA
MESTRADO EM LINGUÍSTICA**

SUZANA GARCIA DE FARIA

**A METÁFORA DO JOGO POLÍTICO: O DISCURSO DA MÍDIA SOBRE O
ACONTECIMENTO DO GOLPE-*IMPEACHMENT* DE 2016**

CÁCERES-MT

2018

SUZANA GARCIA DE FARIA

**A METÁFORA DO JOGO POLÍTICO: O DISCURSO DA MÍDIA SOBRE O
ACONTECIMENTO DO GOLPE-*IMPEACHMENT* DE 2016**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Linguística, sob a orientação da professora Dr.^a Silvia Regina Nunes.

CÁCERES-MT

2018

© by Suzana Garcia de Faria, 2018.

Walter Clayton de Oliveira CRB 1/2049

F224a FARIA, Suzana Garcia de Faria .
A Metáfora do Jogo Político: o Discurso da Mídia Sobre o
Acontecimento do Golpe-Impeachment de 2016 / Suzana Garcia
de Faria Faria - Cáceres, 2018.
103 f.; 30 cm.(ilustrações) Il. color. (sim)

Trabalho de Conclusão de Curso
(Dissertação/Mestrado) - Curso de Pós-graduação Stricto Sensu
(Mestrado Acadêmico) Linguística, Faculdade de Educação e
Linguagem, Câmpus de Cáceres, Universidade do Estado de
Mato Grosso, 2018.

Orientador: Silvia Regina Nunes

1. Discurso. 2. Mídia. 3. Metáfora. 4. Impeachment. 5.
Golpe. I. Suzana Garcia de Faria Faria. II. A Metáfora do Jogo
Político: o Discurso da Mídia Sobre o Acontecimento do Golpe-
Impeachment de 2016: .

CDU 81'42

SUZANA GARCIA DE FARIA

**A METÁFORA DO JOGO POLÍTICO: O DISCURSO DA MÍDIA SOBRE O
ACONTECIMENTO DO GOLPE-*IMPEACHMENT* DE 2016**

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Silvia Regina Nunes
Orientadora – PPGL/UNEMAT

Profa. Dra. Joelma Aparecida Bressanin
Avaliadora Interna – PPGL/UNEMAT

Profa. Dra. Mónica Graciela Zoppi Fontana
Avaliadora Externa – IEL/UNICAMP

APROVADA EM: ____/____/____

Ao meu pai, Gerson, e à minha mãe, Rute, pelo incentivo, amor e carinho.

A Mariana (*in memoriam*), com todo meu amor.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus, por me dar forças quando achava que não iria conseguir e por estar ao meu lado em todos os momentos da minha vida.

À minha orientadora Silvia Regina Nunes, pelo carinho e dedicação com este trabalho. Por ser uma pessoa incrível. Pela confiança no meu trabalho. Pelas orientações e incentivos. Por compartilhar seu conhecimento fazendo com que este trabalho tenha um grande valor.

Aos meus pais, por me ensinarem a nunca desistir mesmo trilhando caminhos difíceis. Por tudo que fizeram e fazem por mim. Eu amo muito vocês.

Ao Bruno, por todo amor e carinho.

Aos meus irmãos André, Jessé, por me incentivarem sempre. Em especial, agradeço a minha irmã, Lídia, por ser minha parceira de estudos, por todos os conselhos que sempre me deu e por sua amizade.

Agradeço ao meu sogro, Benedito, à minha sogra, Elenise, à minha sobrinha, Danielly, à Elaine e ao Gabriel, por entenderem a minha ausência.

Agradeço a todos os meus amigos e em especial a Maria Emanoeli.

Agradeço a banca examinadora, Prof.^a Dr.^a Mónica Graciela Zoppi Fontana e a Prof^a Joelma Aparecida Bressanin, pelas contribuições que foram de grande valia.

Agradeço ao PPGL/UNEMAT.

RESUMO

Este trabalho, desenvolvido para obtenção do título de Mestre em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGL), a partir da linha de pesquisa: *Estudos dos Processos Discursivos*, é resultado de um longo processo de aprendizado e nos proporcionou um amplo conhecimento sobre os discursos políticos produzidos pela mídia. Pudemos compreender como o processo de golpe-*impeachment* para a deposição de Dilma Rousseff, em 2016, produziu diferentes efeitos de sentido na e para a sociedade. Para tanto, tomamos como material de análise quatro revistas de diferentes editoras para compreendermos o funcionamento discursivo das capas de revistas (*IstoÉ*, *Época*, *Veja* e *Carta Capital*) que noticiaram sobre a destituição do cargo da então presidenta Dilma Rousseff. Trabalhamos com a Análise de Discurso de linha francesa e mobilizamos as noções de condições de produção, formação discursiva, memória discursiva, acontecimento discursivo, efeito metafórico, poder, político e política. Propusemos pensar a mídia como uma instituição que faz circular no imaginário social um determinado discurso permeado por relações de forças e sentidos, para constituir um efeito de verdade. Nas capas analisadas, compreendemos o funcionamento dos pré-construídos de loucura e instabilidade emocional, comumente atribuídos à mulher. Assim, demos visibilidade ao modo como as revistas compunham uma imagem de e para a então presidenta Dilma, a partir do funcionamento de dois discursos constituídos em diferentes posições-sujeitos: um com produção de efeitos de sentidos pejorativos, calcado numa formação ideológica machista e outro que produziu efeitos de sofrimento a ex-presidenta, sustentado no argumento de grandes injustiças. Através das análises constatamos que a mídia produz sentidos sobre a política a partir da metáfora de jogo e, neste imaginário de jogo de “azar”, permeado por relações de força e sentidos, não há espaço para a atuação de uma mulher.

Palavras-chave: Discurso; Mídia; Metáfora; *Impeachment*; Golpe.

ABSTRACT

This work, developed to obtain a Master's Degree in *Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGL)*, from the line of research: Studies of Discursive Processes, is the result of a long process of learning and has provided us with a broad knowledge about the political speeches produced by the media. We were able to understand how the coup-impeachment process for the deposition of Dilma Rousseff in 2016 produced different effects of meaning in and for society. In order to do so, we took as review material four magazines from different publishers to understand the discursive functioning of magazine covers (IstoÉ, Época Veja and Carta Capital) that reported on the dismissal of the the president Dilma Rousseff. We work with the French Line Discourse Analysis and mobilize the notions of production conditions, discursive formation, discursive memory, discursive event, metaphorical effect, power, political and political. We propose to think of the media as an institution that circulates in the social imaginary a certain discourse permeated by relations of forces and senses, to constitute an effect of truth. In the analyzed covers, we understand the pre-constructed functioning of madness and emotional instability, commonly attributed to women. Thereby the demonstrations of how they work as magazines formed an image of and for that time presidents Dilma, from the functioning of two processes constituted in different positions-subject: one with production of pejorative results, based on a male chauvinist ideological formation and another that produced suffering effects on the ex-president, sustained in the argument of great injustices. Through the analysis, we verified that the media produces meanings about a politics from the metaphor of the game and, in this imaginary of game of chance, permeated by relations of strength and senses, there is space for a woman's performance.

Keywords: Discourse; Media; Metaphor; Impeachment; Coup.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Dados das Revistas Veja e Época	17
Figura 2 - Dados das Revistas IstoÉ e Carta Capital	17
Figura 3 - Dados das Revistas Veja, Época e IstoÉ	18
Figura 4 - Trecho publicado na Revista Época	399
Figura 5 - Trecho publicado na revista Carta Capital	40
Figura 6 - Trecho publicado na Mídia News	55
Figura 7 - Trecho publicado na Revista Época	57
Figura 8 - Capa da revista Época (02/03/2016).....	63
Figura 9 - Capa da revista Época (02/05/2014).....	67
Figura 10 - Capa da revista IstoÉ (Edição 2417)	68
Figura 11 - Capa da revista Veja (Edição 2474)	78
Figura 12 - Capa da revisa Carta Capital (Edição 909)	83

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO I.....	1616
PROCESSO DO <i>IMPEACHMENT</i> : A POLÍTICA, O POLÍTICO E AS RELAÇÕES DE PODER 166	166
1.1 - Condições de produção: relatos e versões de um acontecimento	277
CAPÍTULO II.....	42
IMPrensa E FOTOGRAFIA	42
2.1 - A mídia e a análise do discurso	49
CAPÍTULO III	53
A RELAÇÃO ENTRE <i>IMPEACHMENT</i> E GOLPE: UM ACONTECIMENTO DISCURSIVO	53
CAPÍTULO IV	61
ANÁLISES	61
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	88
REFERÊNCIAS.....	92
ANEXOS.....	96

INTRODUÇÃO

Este trabalho foi delineado ao longo das disciplinas do Mestrado em Linguística e almejou dar visibilidade a discursividade da mídia, por meio de análise de quatro revistas, do ano de 2016, que publicaram como matéria de capa, reportagens/notícias sobre a ex-presidenta Dilma Rousseff. As revistas circularam em um momento político importante para o Brasil, momento esse em que os políticos (deputados e senadores), buscavam destituir Dilma Rousseff do cargo da Presidência da República, através do processo de *golpe-impeachment*¹.

O interesse por este estudo surgiu a partir da escrita de uma proposta de artigo. Ao buscar um material de análise, encontramos uma capa que trazia a fotografia de Dilma com a boca aberta, como se estivesse gritando, e, articulada à imagem, observamos enunciados que designavam a ex-presidenta como estando em um estado de nervoso, de descontrole, quebrando tudo, xingando, fora de si e sem condições emocionais para conduzir o país. Diante disso, percebemos algumas marcas que se relacionavam a um discurso sobre a loucura. Deste modo, a capa nos chamou a atenção por haver uma relação com o trabalho de conclusão do Curso de Letras, que teve como tema a loucura e nos instigou a compreender o funcionamento ideológico da mídia sobre o imaginário de mulher louca. Contudo, ao adensarmos mais na análise dos materiais, observamos o funcionamento da metáfora do jogo/guerra na política, um jogo/guerra que funciona, segundo a mídia, através de relações de força e de sentidos. Isso fez com que nosso interesse por este estudo crescesse. A partir disso, ampliamos o escopo da pesquisa para analisar capas que traziam a imagem/fotografia de Dilma Rousseff no decorrer do processo de *golpe-impeachment*. As capas nos interessaram, pois havia uma relação de sentidos que se estabelecia pelo acontecimento histórico e o acontecimento discursivo do *golpe-impeachment*.

¹Optamos por grafar *golpe-impeachment*, como forma de marcar a contradição entre essas nomeações, uma vez que, em decorrência das análises realizadas não é possível especificar a nomeação nem de um, nem outro, mas mostrar os movimentos contraditórios que sustentam essa forma de nomear esse processo. O traço indica uma coordenação que abre a possibilidade de mostrar as diferentes posições discursivas no momento de nomear o processo de deposição, uma vez que na posição ocupada pela mídia corporativa é utilizada a palavra *impeachment*, e na posição ocupada pela mídia independente é utilizada a palavra *golpe*. Decorrente disso, na posição dos conservadores utiliza-se *impeachment* e na posição dos progressistas utiliza-se *golpe*. Deste modo, no decorrer dos procedimentos analíticos, sustentados na descrição e interpretação das condições de produção na relação com o jogo da língua, compreendemos que se trata de um acontecimento discursivo que se delinea pela contradição produzida entre os sentidos de *impeachment* e *golpe*, conforme vamos mostrando ao longo desse trabalho.

Partindo do princípio de que em Análise de Discurso o *corpus* não está já posto, mas se constrói no desenvolver da pesquisa, podemos dizer que o *corpus* se constituiu de enunciados e imagens/fotografias de quatro revistas que abordaram sobre o processo de destituição do cargo da ex-presidenta Dilma, sendo três revistas de grande circulação e uma com menos visibilidade em nossa sociedade.

Assim, tomamos especificamente as revistas: *IstoÉ* (Edição nº 2417), *Época* (Edição nº 928), *Veja* (Edição nº 2474) e *Carta Capital* (Edição nº 909). A escuta desse material se fez através de leitura e análise da relação entre a formulação verbal e a formulação visual, bem como das reportagens relacionadas às capas.

Nossa inquietação se deu na direção de compreender o funcionamento da mídia impressa na produção e reiteração de sentidos já cristalizados/estabilizados. Dessa maneira, questionamos: *Como o discurso midiático produz sentidos sobre a ex-presidenta Dilma durante o processo de golpe-impeachment? Qual o imaginário produzido pelas mídias de revistas sobre a mulher que ocupa um cargo político de tamanha importância como a Presidência da República?*

Para tanto, nesta pesquisa, filiamo-nos teoricamente à Análise de Discurso de linha francesa, (Michel Pêcheux, na França e Eni Orlandi, no Brasil), mobilizando, assim, os conceitos de condições de produção, poder (Foucault, 1998), político-política, formação discursiva, formação imaginária, memória discursiva, efeito metafórico e acontecimento discursivo.

Nesta perspectiva, temos como foco o discurso da mídia de revista sobre o campo político, uma vez que analisar o discurso da mídia impressa nos proporciona compreender noções que nos fazem refletir como a mídia “influencia” e estabelece “domínio”, sob um imaginário de noticiar fatos/relatos de forma “verídica”. A mídia segundo Megid (2008, p.14)

[...] faz circular mitos, os quais participam da constituição de um efeito de transparência da linguagem jornalística, de forma que, para o imaginário do leitor ou telespectador, existe uma – e apenas uma – interpretação que se depreende de um fato relatado em um jornal. Desta forma, uma empresa jornalística seria, imaginariamente, responsável por relatar ou obscurecer a verdade de um acontecimento.

Ainda, de acordo com Mariani:

Se, antes, a imprensa só posicionava-se como um veículo neutro e imparcial, hoje, ainda que timidamente, ela assume seu lado interpretativo, e o fato de que cada jornal acaba tomando uma direção política prioritária. Sem dúvida,

está cada vez mais em evidência esse aspecto do entrelaçamento entre os eventos políticos e a notícia: a imprensa tanto pode lançar direções de sentidos a partir do relato de determinado fato como pode perceber tendências de opinião ainda tênues e dar-lhes visibilidade, tomando-as eventos-notícias. (MARIANI, 1996, p. 62)

Deste modo, concordando com Mariani, demos visibilidade as diferentes formações discursivas e o modo como distintas revistas “transmitiram”, “relataram” o processo de impedimento da ex-presidenta Dilma.

Na análise de discurso é relevante considerarmos as posições do sujeito, pois o sujeito “é posição entre outras, subjetivando-se na medida mesmo em que se projeta de sua situação (lugar) no mundo para sua posição no discurso. Essa projeção-material transforma a situação social (empírica) em posição-sujeito (discursiva)” (ORLANDI, 2012, p.99). Ainda, Orlandi (2012) lembra que “sujeito e sentido se constituem ao mesmo tempo, na articulação da língua com a história, em que entram o imaginário e a ideologia”, assim, “a ideologia interpela o indivíduo em sujeito e este submete-se à língua significando-se pelo simbólico na história”.

Mostramos, no decorrer das análises, como o sentido pode ser sempre outro, ser sempre deslocado do sentido estabilizado socialmente, uma vez que é sujeito a falhas, a deslizamentos e a contradições.

Segundo Eni Orlandi (2013, p.15), a Análise do Discurso toma como objeto de estudo o discurso, ou seja, a palavra em movimento, observando-se o homem falando. Ainda, segundo a pesquisadora, “na análise do discurso, procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da história”.

Nesta perspectiva, o analista de discurso, para encontrar regularidades da e na linguagem, precisa relacionar a linguagem com sua exterioridade, ou seja, tem que levar em conta o homem na sua história, considerando os processos e as condições de produção da linguagem. A análise do discurso não trabalha a língua fechada em si própria, como na Linguística, ela trabalha com o discurso, o objeto sócio-histórico.

Nesta direção, este trabalho encontra-se estruturado em quatro capítulos, sendo o primeiro um aparato sobre as noções de poder, política e político, relacionados às condições de produção do processo de golpe-*impeachment*. É importante abordar esses conceitos, pois compreendemos que o *impeachment* funcionou através de relações de forças e sentidos, uma vez que o poder não se encontra localizado aqui ou ali, a disputa para exercê-lo se dá através de tensas relações. Diante disso, foi possível mostrar o discurso político relacionado com a

instituição midiática e percebemos que não estávamos diante de uma “verdade” e sim de efeitos de “verdades” ligadas/relacionadas ao poder.

No segundo capítulo, se fez necessário abordarmos sobre o funcionamento da mídia, especificamente de revista, na sua relação com a fotografia, por entendermos que é de suma importância para compreendermos o funcionamento das capas. Pudemos discorrer desde o surgimento das revistas até sua produção nos dias atuais. Além disso, observamos como as revistas foram tomando diferentes formas a partir das modificações tecnológicas da produção de fotografias. Segundo Zen (2007, p.32)

A fotografia passa a ser um material eficaz pela força de seu discurso persuasivo e ilusório, introduzindo e homogeneizando padrões de comportamento que reforçam ou criam novos modelos de dominação. O material fotográfico aparenta conferir ao discurso maior legibilidade e, conseqüentemente, pode promover o estreitamento das relações entre leitor virtual e leitor real, amenizando o impacto no confronto entre eles.

Buscamos compreender como a fotografia, articulada à formulação escrita, produz efeitos de “realidade”, e a mídia, se apropriando dessas técnicas, produz um efeito de leitura de transparência para os acontecimentos relatados, como se eles fossem uma expressão da realidade.

No terceiro capítulo, problematizamos a relação entre *impeachment* e golpe, buscando dar visibilidade ao trajeto de sentidos do acontecimento histórico que, na tensão desses sentidos, produziu um acontecimento discursivo. Para tanto, retomamos a noção de acontecimento discursivo formulada por Michel Pêcheux (2012) em seu livro “Discurso: Estrutura e Acontecimento”. A partir da análise do enunciado “On a gagné” (Ganhamos), o autor nos fornece elementos para compreendermos a constituição desse acontecimento discursivo de golpe-*impeachment* que destituiu do cargo a ex-presidenta Dilma Rousseff. Segundo o autor, o acontecimento é o ponto de encontro de uma atualidade e uma memória:

[...] a memória tende a absorver o acontecimento, como uma série matemática prolonga-se conjeturando o termo seguinte em vista do começo da série, mas o acontecimento discursivo, provocando interrupção, pode desmanchar essa “regularização” e produzir retrospectivamente uma outra série sob a primeira, desmascarar o aparecimento de uma nova série que não estava constituída enquanto tal e que é assim o produto do acontecimento; o acontecimento, no caso desloca e desregula os implícitos associados ao sistema de regularização anterior. (PÊCHEUX, 2010, p.52)

Assim, para o acontecimento discursivo ocorrer é necessário que haja uma ruptura com sentidos já estabilizados, além disso, esse acontecimento deve ser discursivizado, tornando-se, assim, acontecimento discursivo.

O quarto capítulo é dedicado às análises do discurso das capas de revistas nas condições de produção do golpe-*impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff. Nesse capítulo, discutimos, também, como a relação entre as designações *impeachment* e golpe foram discursivizadas pelas revistas analisadas. Mobilizamos o conceito de efeito metafórico que nos proporcionou compreender o modo como a mídia tradicional considera o processo de impedimento como um jogo, ou melhor, a política funcionando como um jogo, uma guerra que necessita de “estratégias e sorte”.

Na sequência dessa reflexão, trabalhamos a noção de memória discursiva definida por Michel Pêcheux (2010, p.50) a partir da afirmação de que a:

Memória deve ser entendida aqui não no sentido diretamente psicologista da “memória individual”, mas nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória construída do historiador.

Isso nos possibilitou perceber como os discursos produzidos se inscrevem na memória do golpe militar, a partir da atualização de dizeres sobre as perseguições e injustiças que Dilma sofreu durante a ditadura.

Um fator importante que consideramos foi como uma questão de gênero permeou todo o processo, principalmente em relação ao discurso político. Esse fator nos fez compreender que o *impeachment*-golpe teve nuances misóginas, considerando que se fosse um presidente homem o processo aconteceria de um modo diferente, ou nem aconteceria. De acordo com Possenti (2016, p. 1077):

Não devem ser descartadas, no rol das condições que fundamentaram o processo, duas características de Dilma: a) não ter habilidade para a negociação política (constantemente repisada); b) ser mulher – para muitos, a misoginia teve papel importante em sua avaliação pelos políticos e pelas ruas.

Este estudo nos possibilitou compreender vários questionamentos que nos intrigavam, além disso a pesquisa nos proporcionou constituir uma posição crítica sobre a política brasileira, observando as diferenças que são constitutivas em nossa sociedade, pois a mesma palavra pode significar de formas diferentes ao ser enunciada por sujeitos distintos,

então, devemos levar em conta as condições em que esse sujeito foi constituído para compreendermos sua posição ao enunciar.

CAPÍTULO I

PROCESSO DO *IMPEACHMENT*: A POLÍTICA, O POLÍTICO E AS RELAÇÕES DE PODER

Neste capítulo, nossa proposta é fazer um levantamento das condições de produção do nosso material de pesquisa - as capas das revistas-, pois, para compreendermos os efeitos de sentidos de um material é necessário sabermos sobre suas condições de produção, já que são elas que sustentam a produção dos sentidos. Orlandi (2010, p.15) defende que as condições de produção incluem os sujeitos e a situação em seu sentido estrito (contexto imediato, o aqui e o agora do dizer) e em seu sentido lato (contexto sócio-histórico, ideológico, mais amplo). Vê-se, então, a importância de trazeremos as condições de produção do nosso material. Nessa direção, buscamos compreender a noção de poder na relação com as condições de produção que deram emergência ao processo de impedimento da ex-presidenta Dilma Rousseff. Fazemos essa articulação por considerarmos de suma importância a relação poder-saber-verdade como um mecanismo que mostra o funcionamento do discurso político na relação com a mídia, uma vez que a noção de poder dá visibilidade ao funcionamento da mídia enquanto instituição que tem “papel determinante no processo de difusão de saberes e valores na sociedade contemporânea” (MEDEIROS, 2014, p.65).

A mídia, como um instrumento alicerçado na ilusão de transmitir a verdade como única e absoluta, permeia a sociedade em busca de cristalizar sentidos. Nesse sentido, a instituição, produz uma administração de sentidos que derivam da posição em que está instituída, ou seja, é um lugar em que os sentidos circulam instaurando um poder que é exercido e regulado “por forças ideológicas, que são, antes, políticas, econômicas e sociais que otimizam a (re) produção de alguns sentidos em detrimento de outros” (MEDEIROS, 2014, p.68).

Diante desta reflexão, compreendemos que as editoras, ao lançarem seus exemplares, estão colocando em circulação sentidos que marcam sua posição ideológica diante da

conjuntura política. Deste modo, apresentamos dados estatísticos² referentes às tiragens das revistas, para compreendermos o modo como essa posição da mídia se inscreve no processo de circulação das notícias.

DADOS DAS REVISTAS

gastos de publicidade estatal federal em revistas								
administrações direta (ministérios) e indireta (estatais)								
valores em R\$ (corrigidos pelo indicador usado no governo, o IGP-M, da FGV; exceto 2015-16, cujas cifras estão em valores correntes)								
ano	Veja				Época			
	total geral - governo federal	só estatais federais	circulação média	% do gasto no meio revista	total geral - governo federal	só estatais federais	circulação média	% do gasto no meio revista
2000	28.404.912	17.265.285	1.180.847	21	16.819.531	10.454.594	571.346	12
2001	34.393.956	26.397.254	1.162.107	24	16.968.806	12.844.040	454.189	12
2002	32.186.977	20.929.683	1.137.266	24	14.390.083	9.438.576	433.175	11
2003	42.779.863	35.776.855	1.104.040	33	14.482.927	11.509.271	419.948	11
2004	31.362.257	25.157.227	1.114.932	19	18.843.694	16.301.493	428.291	11
2005	37.323.924	33.109.776	1.118.789	21	20.146.807	18.302.260	439.708	11
2006	24.800.216	20.618.584	1.105.337	16	14.824.507	13.311.907	433.584	10
2007	28.482.754	23.754.797	1.098.642	21	10.503.610	8.804.840	417.798	8
2008	27.316.714	20.031.332	1.089.902	22	7.663.926	5.415.866	420.477	6
2009	46.557.624	35.395.115	1.097.485	23	16.782.431	10.352.560	413.286	8
2010	38.920.400	28.412.726	1.086.191	22	20.297.963	14.492.972	408.110	12
2011	37.024.511	26.247.263	1.074.563	20	15.258.480	10.718.545	398.628	8
2012	32.381.119	21.948.390	1.071.509	18	16.752.202	11.641.481	389.506	9
2013	27.084.599	18.558.279	1.040.291	17	14.256.816	9.955.435	392.576	9
2014	21.205.689	17.307.833	1.030.313	18	9.647.781	9.182.591	385.354	8
2015	4.622.310	4.622.310	1.063.536	7	3.076.610	2.941.232	382.923	5
2016*	1.050.525	1.050.525	–	10	551.916	381.108	–	5
total	495.898.352	376.583.234		21	231.268.091	176.048.772		10

Figura 1 – Dados das Revistas Veja e Época do ano de 2000 ao ano de 2016

ano	IstoÉ				Carta Capital			
	total geral - governo federal	só estatais federais	circulação média	% do gasto no meio revista	total geral - governo federal	só estatais federais	circulação média	% do gasto no meio revista
2000	11.390.240	7.907.209	396.886	8	1.333.801	1.135.806	n.d.	1
2001	17.420.858	10.936.902	374.097	12	550.458	392.309	n.d.	0
2002	12.424.005	6.918.161	369.388	9	1.292.769	803.503	n.d.	1
2003	11.038.375	8.215.015	362.348	8	4.576.851	3.606.223	n.d.	3
2004	16.075.715	13.356.198	371.736	10	5.441.228	4.503.352	n.d.	3
2005	17.972.578	16.359.368	366.166	10	4.396.892	3.555.413	34.297	2
2006	18.251.361	17.107.898	351.232	12	4.767.318	4.020.405	31.758	3
2007	11.556.139	10.425.128	344.273	9	5.937.803	5.481.456	31.845	4
2008	12.671.712	9.001.146	353.136	10	4.318.534	3.213.720	30.591	3
2009	16.107.641	10.984.478	344.029	8	7.935.952	5.092.971	31.703	4
2010	12.116.368	8.674.853	338.861	7	5.891.808	3.624.001	30.703	3
2011	12.142.850	9.041.381	329.997	7	7.893.672	3.911.757	28.154	4
2012	11.021.497	8.985.472	320.059	6	5.943.369	3.866.136	28.984	3
2013	8.331.766	5.653.470	330.986	5	4.626.241	3.289.442	30.072	3
2014	7.649.274	6.253.706	321.797	7	3.347.865	2.667.681	27.397	3
2015	4.854.383	4.692.143	349.172	7	1.631.611	1.479.095	34.842	2
2016*	552.143	552.143	–	5	401.340	349.080	–	4
total	201.576.902	155.064.672		8	70.287.511	50.992.352		3

Figura 2 – Dados das Revistas IstoÉ e Carta Capital do ano de 2000 ao ano de 2016

² Os dados aqui apresentados foram retirados do site <https://www.poder360.com.br/midia/jornais-e-revistas-continuam-avancando-em-2017-com-suas-edicoes-digitais/> Acesso em: 15/04/2018. Além disso utilizamos as tabelas do site.

circulação de alguns veículos no Brasil - 2016												
jornais	média de exemplares (auditada pelo IVC)						evolução - dez.2015 X dez.2016					
	dez.15			dez.16			dez.15 a dez.16 (números absolutos)			dez.15 a dez.16 (em %)		
	impr.	digital	total	impr.	digital	total	impr.	digital	total	impr.	digital	total
Folha (SP)	175.441	134.895	310.336	145.662	167.612	313.274	-29.779	32.717	2.938	-17,0%	24,3%	0,9%
Globo (RJ)	183.404	120.649	304.053	156.307	151.032	307.339	-27.097	30.383	3.286	-14,8%	25,2%	1,1%
Super Notícia (MG)	220.970	51.329	272.299	201.946	45.869	247.815	-19.024	-5.460	-24.484	-8,6%	-10,6%	-9,0%
Estadão (SP)	149.241	71.146	220.387	126.934	83.459	210.393	-22.307	12.313	-9.994	-14,9%	17,3%	-4,5%
Zero Hora (RS)	144.191	45.959	190.150	122.365	72.032	194.397	-21.826	26.073	4.247	-15,1%	56,7%	2,2%
Estado de Minas (MG)	47.106	47.054	94.160	30.238	32.190	62.428	-16.868	-14.864	-31.732	-35,8%	-31,6%	-33,7%
Correio Braziliense (DF)	35.663	18.517	54.180	29.901	16.098	45.999	-5.762	-2.419	-8.181	-16,2%	-13,1%	-15,1%
Valor Econômico (SP)	40.020	22.410	62.430	33.906	25.113	59.019	-6.114	2.703	-3.411	-15,3%	12,1%	-5,5%
Gazeta do Povo (PR)	34.519	6.895	41.414	26.652	13.276	39.928	-7.867	6.381	-1.486	-22,8%	92,5%	-3,6%
A Tarde (BA)	24.905	13.535	38.440	20.492	14.002	34.494	-4.413	467	-3.946	-17,7%	3,5%	-10,3%
O Povo (CE)	16.759	0	16.759	15.496	-	15.496	-1.263	-	-1.263	-7,5%		-7,5%
revistas	jan.16			dez.16			jan.16 a dez.16 (números absolutos)			jan.16 a dez.16 (em %)		
	impr.	digital	total	impr.	digital	total	impr.	digital	total	impr.	digital	total
Veja	937.047	181.038	1.118.085	861.072	260.500	1.121.572	-75.975	79.462	3.487	-8,1%	43,9%	0,3%
Época	360.992	2.026	363.018	215.819	50.362	266.181	-145.173	48.336	-96.837	-40,2%	2385,8%	-26,7%
IstoÉ (*)	312.767	-	312.767	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.

fonte: dados oficiais do IVC (Instituto Verificador de Circulação).
jornais: tiragem média diária;
revistas: não estão disponíveis os dados de dezembro de 2015. Tiragem média semanal. (*) o IVC não faz mais a auditoria dessa revista

elaboração: Poder360/Drive

Figura 3 – Dados das Revistas Veja, Época e IstoÉ

As informações aqui disponibilizadas referem-se aos anos de publicações desde 2000 até o ano de 2016. Pode-se notar que a revista *Veja*, dentre as outras revistas, esteve à frente na circulação, em termos de quantidade de números de exemplares. Em segundo lugar está a revista *Época*, em terceiro a revista *IstoÉ* e por último a revista *Carta Capital*. É importante ressaltar que na figura 1 e 2 nós temos a média de gastos dessas revistas, além disso temos a média de circulação até o ano de 2015. Na figura 3 temos informações sobre a circulação impressa e online do ano de 2016, ano do *impeachment*. Contudo, não obtivemos os dados da circulação da revista *IstoÉ* e *Carta Capital*, que segundo a nota informada o IVC³ – Instituto Verificador de Circulação – não faz mais auditoria dessas revistas.

³ De acordo com o site do IVC, para obter os dados, a empresa terá que se associar a uma das categorias exigida pelo instituto, além disso, devem ser pago uma mensalidade conforme o tamanho da circulação do veículo. Disponível em: <https://www.ivcbrasil.org.br/#/home>. Acesso em: 10/05/2018.

A partir dessas informações, constatamos que as revistas de maior circulação são aquelas que, como veremos mais adiante, trazem o processo de impedimento como algo institucional, já a de menor circulação é aquela que considera o processo como um golpe.

Deste modo, em nosso material observamos dois posicionamentos distintos sobre o processo de impedimento de Dilma e isso nos faz questionar: *como a mídia, como instrumento que imaginariamente preza pela “verdade”, coloca em circulação versões diferentes sobre o mesmo acontecimento?* Esse questionamento nos leva até a noção de político, enquanto discurso, pois através do político podemos obter diferentes posições/verdades, ou seja, instaura-se uma divisão de sentidos na sociedade, fazendo com que estes estejam sempre em disputa.

Deste modo, podemos afirmar que não há uma verdade única e absoluta, o que há são relações de poder. É ele que designa o que é verdade e o que não é, afinal como diz Foucault (1998) - o que é verdade senão poder?

A concepção de poder proposta por Foucault tem a ver com o nosso material, pois há um imaginário de que as mídias tradicionais produzem a verdade, com isso elas “jogam com uma seletividade entre o que pode e o que não deve ser publicado” (INDURSKY, 2017 p.85), dito de outra maneira, a formulação de notícias produzidas pela mídia joga com o imaginário de que elas teriam o poder de escolher entre o que pode e o que não pode ser dito.

A revista trabalha na busca de produzir efeitos de verdade diante dos fatos ocorridos e segundo Megid (2008), a revista – imprensa escrita - há séculos, no mundo ocidental, é fonte de pesquisa reconhecida por diversas instâncias na estabilização de sentidos a partir de um espaço institucionalizado.

Considerando a revista como um suporte midiático escrito, podemos afirmar, a partir das reflexões de Megid (2008), que a escrita estabelece uma relação entre o sujeito e a história, assim só se pode pensar em processo de identificação produzindo um imaginário pelo simbólico: “a relação com a sociedade é a relação com a linguagem e é pela linguagem que o sujeito se constitui”, além disso, “é pela linguagem que ele elabora sua relação com o grupo” (op.cit. p.21). Ainda, seguindo as reflexões da pesquisadora, ela aponta uma segunda relação, que é a da mídia com a jurisprudência, que se dá por suas próprias leis, garantindo assim a “liberdade de expressão”, que determina o que pode ou não pode ser dito pelo jornalismo.

Tendo em vista a relação que o grafismo estabelece com o poder de dizer, o poder de estabilizar, o poder de marcar um lugar de poder, pensamos em um poder de fazer crer. Trata-se, então, de um lugar ocupado pelo jornalismo escrito que produz efeitos de *real* ou de *verdade* para o que se diz na

imprensa. O objeto *relatado* e *construído* pelo jornalismo passa imaginariamente a *ser* no momento em que figura nas páginas de um impresso. Um acontecimento torna-se “mais real”, é “mais crível” se noticiado e não apenas contado. (MEGID, 2008, p. 20)

Em síntese, podemos afirmar que o discurso jornalístico, o jornalismo escrito, encontra seu lugar de poder filiando-se também à institucionalização do escrito como um espaço de poder, de legitimação.

De acordo com Mariani, (1996, p.111) o “sujeito jornalista se investe e é investido imaginariamente pelo leitor como aquele que sabe. A posição do leitor, por sua vez, é a de quem precisa ser informado por aquele que detém o conhecimento”.

Deste modo, a mídia de revista se inscreve em uma determinada formação discursiva, levando em consideração que FD para Pêcheux (2009, p.147) “é aquilo que, numa conjuntura dada, determinada pelo estado de luta de classe, determina o que pode e o que deve ser dito (articulando sobre uma forma de arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.)”. Além disso, Orlandi (2013, p.43) acrescenta que as formações discursivas representam no discurso as formações ideológicas, sendo assim, os sentidos são determinados ideologicamente. Assim, compreendemos que a revista só diz aquilo que está instituído em sua formação discursiva, caso contrário não poderia dizer, pois a formação discursiva em que está instituída não permite outro posicionamento.

Para Nunes (2005, p.18) “O discurso jornalístico é construído de acordo com determinadas regras que regulam a apuração dos fatos e a sua redação; elas (as regras) se pautam pela crença na imparcialidade, na isenção, na busca da objetividade”. Nessa direção, de acordo com Mariani (1996, p.87 e 88), a ilusão de um jornalismo-verdade é derivada de um processo em que no século XIX, afirma-se uma ‘identidade’ para a imprensa “enquanto instituição organizadora”. Ainda, é “a partir da formulação do discurso jurídico que se regulamenta o modo como deve ocorrer a textualização dos acontecimentos: pelo impedimento de se dizer qualquer coisa contra a ideologia da ocidental cristã”.

Seguindo esta perspectiva, a pesquisadora compreende que ao postular o que pode e o que não pode ser dito, o discurso jurídico promove uma grande divisão e é no interior dessa divisão que o discurso jornalístico atua, “não apenas reforça e faz circular os sentidos permitidos pela lei, como também promove a fixação de uma memória da ordem ocidental cristã”. Além disso, Mariani (1996) afirma que “os jornais agem como juízes, emitindo juízos de valor com base, não esqueçamos, na imagem que a instituição jornalística se arroga para si

mesma: o poder de dizer a verdade com uma linguagem transparente, colada a fatos que falam por si”.

Para tanto, a imprensa, ao alegar seu compromisso com a ‘verdade’, faz de conta que “não contribui na construção das evidências (ou mesmo, do sentido literal), atuando, assim, no mecanismo ideológico de produção das aparências de obviedade. Daí seu caráter ideológico, e não um pretense compromisso com a verdade.”(MARIANI,1996, p.89).

Por fim, seguindo essa reflexão, Mariani (1996, p.89) considera que:

[...] noticiar, no discurso jornalístico, é tomar os acontecimentos visíveis de modo a impedir a circulação de sentidos indesejáveis, ou seja, determinar um sentido, cujo, modo de produção pode ser variável conforme cada jornal, mas que estará sempre submetido às injunções das relações de poder vigentes e predominantes.

É possível notar nas capas de revistas – nosso material - que o que há em funcionamento é o efeito de verdade, uma versão unívoca dos fatos, cristalização dos sentidos de certo acontecimento, assim, tentam colocá-lo com uma única interpretação. Indursky (2017) compreende que:

Essa cristalização relaciona-se à produção de um *efeito de verdade/realidade* que objetiva produzir uma espécie de *efeito de memória* destinado a ressoar junto ao corpo social, efeito este necessário para produzir um *efeito de consenso* que se assenta no processo que associa seletividade a silenciamento de sentidos-outros, divergentes, que poderiam gerar *dissenso*. E assim, vai sendo gerenciada a memória coletiva do corpo social. (INDURSKY, 2017, p.80)

Para compreendermos esse funcionamento analisamos as capas como dando visibilidade a um acontecimento discursivo (PÊCHEUX, 2012; INDURSKY, 2017) que emerge numa relação de poder-saber, pois, desde a segunda vitória de Dilma até a sua destituição, a grande mídia trabalhou com esse efeito de verdade, produzindo e publicando notícias semanalmente em que o destaque era a ex-presidenta. Vimos, durante o processo de *impeachment*, diversas reportagens em que o assunto era, exclusivamente, sobre o impedimento. Para Indursky (2017, p.80),

[...] a repetibilidade das narrativas que sustentavam a ilegalidade das “pedaladas” trabalhou no sentido de construir um *efeito de verdade/realidade* que sustentou a fabricação do *efeito de consenso* produzido junto ao *corpo social*, o que deu respaldo às diferentes instituições que acolheram e deram seguimento ao ritual do *impeachment*.

Contudo, observamos que não foram todas as mídias que jogaram com as condições de produção para que Dilma Rousseff fosse julgada. Há aquelas que foram contra o processo, porém obtiveram menos circulação do que as outras que se posicionaram a favor do impedimento. Essas relações de poder que funcionaram na mídia, acerca do processo de impedimento da ex-presidenta Dilma, considerando a conjuntura política no Brasil, acentuam um momento crítico, no qual compreendemos uma disputa pelo poder entre as instituições midiáticas.

Ao teorizar a noção de poder, Foucault define que devemos considerar o poder funcionando como uma rede de dispositivos ou mecanismos que atravessa todo o corpo social, muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir. Sendo assim, não devemos definir os efeitos de poder pela repressão, uma concepção puramente jurídica, pois seria identificar o poder a uma lei que diz não, tornando assim uma noção negativa, estreita e esquelética do poder. Contudo, o que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito, é simplesmente o fato de que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso.

Para tanto, é importante compreendermos, também, que há um regime ligado ao sistema de poder, regime esse, considerado por Foucault (1998) como “Regime” da verdade:

A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua "política geral" de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro. (p. 10).

Podemos considerar que para Foucault o poder influencia e produz a verdade, tornando-a instável, pois dependendo do tempo e do espaço pode ocorrer mudanças, pois o que é verdadeiro para um pode ser falso para outro, sendo assim, o que vai determinar se é verdadeiro ou falso serão as relações entre os sujeitos em determinadas condições de produção. Podemos compreender que não existe poder em si, o que há são relações de poder, relações de força, ou seja, ele está sempre em relação e é nela que ele se exerce. Em síntese a produção do que se conhece como verdade não existe fora do poder ou sem poder, pois ambos são conceitos interligados.

O filósofo afirma que é necessário produzirmos a verdade assim como temos que produzir riquezas, além disso, nós estamos submetidos à verdade também no sentido em que ela é lei e produz o discurso verdadeiro que decide, transmite e reproduz, ao menos em parte, efeitos de poder. E é em função desses discursos verdadeiros que nós “somos julgados, condenados, classificados, obrigados a desempenhar tarefas e destinados a um certo modo de viver ou morrer” (FOUCAULT, 1998, p.101). Podemos, assim, compreender que para o filósofo a verdade pode ser considerada uma lei, da qual há uma submissão que produz o discurso verdadeiro e seus efeitos de poder. Os efeitos verdadeiros estão atrelados aos efeitos de poder e assim determinam os modos de viver e morrer.

Seguindo esta perspectiva, assim como verdade e poder estão intrinsecamente ligados, o saber também se encontra integrado, sendo ele dependente do poder. Há uma articulação entre poder e saber e saber com o poder. Desta maneira, ao exercer o poder cria-se objetos de saber. Foucault (1998, p.80) considera que “O exercício do poder cria perpetuamente saber e, inversamente, o saber acarreta efeitos de poder. ”, sendo assim, não há possibilidades do poder se constituir sem a presença do saber e, da mesma forma, não há possibilidade do saber não engendrar poder, pois o conhecimento é uma forma de dominação. Diante disso, só obtêm poder aquele que possui o saber, ou seja, aquele que possui o conhecimento, habilidade e capacidade de impor sua vontade e ideia sobre o outro.

No entanto, verdade, poder e saber não estão fora um do outro. O saber constrói poder e este determina a verdade. Assim, um constrói e sustenta o outro.

Também, de acordo com Foucault (1998), podemos dizer que o poder não se encontra somente nas instâncias superiores da censura, mas que penetra muito profundamente, muito sutilmente em toda a trama da sociedade.

Conforme as análises realizadas pelo autor, vimos que ele promove um deslocamento em relação ao que se entendia sobre o funcionamento deste. Na antiguidade, o poder situava-se centralizado no Estado, no soberano, como era entendido durante o absolutismo monárquico. Contudo, em seus estudos, Foucault (1998) afirma que o poder não está centralizado no Estado, como na era Clássica e sim ele é descentrado.

Nesta perspectiva, Foucault (1998) afirma que o mesmo não se encontra localizado aqui ou ali, não está em um ponto específico da estrutura social, em que um possui o poder e o outro não, pois em si ele não existe; só há poder em relação. Compreendemos, portanto, que ninguém é dono do poder, uma vez que ele existe nas relações. Assim, pode-se notar nas

capas das revistas que há um posicionamento de defender uma verdade como única e absoluta.

Ao observamos as quatro capas, vimos o funcionamento de alinhamentos, ora a posições conservadoras, ora a posições progressistas⁴. Em três capas há discursos de oposição ao governo de Dilma Rousseff e uma das capas se posiciona a favor, o que faz toda a diferença nos discursos produzidos pela mídia. Assim, cada um vai defender a “sua” verdade. Contudo, o que vai definir o que é verdade e o que não é são as relações entre os sujeitos e as condições de produção, pois o que pode ser verdadeiro para um, pode não ser para outro. E é nessa relação que podemos ver o funcionamento do poder. Para tanto, Foucault (1998, p.121) relata que o poder “torna-se uma maquinaria” e “nesta máquina ninguém ocupa o mesmo lugar”, sendo assim, “alguns lugares são preponderantes e permitem produzir efeitos de supremacia”.

Não havendo um poder centralizado, Foucault compreende que não podemos saber quem exerce o poder e onde o exerce. “Ninguém é, propriamente falando, seu titular; e, no entanto, ele sempre se exerce em determinada direção, com uns de um lado e outros do outro; não se sabe ao certo quem o detém; mas se sabe quem não o possui.” (FOUCAULT, 1998, p.45).

Para o filósofo, o fenômeno do poder não é um objeto natural em que tomamos posse, ele nada mais é do que uma prática social, que se encontra em constante movimento, sendo ele formado por uma malha de instituições e relações, sendo ele não restringido apenas ao governo, pelo contrário, ele se encontra distribuído pela sociedade. O poder está em todos, tanto no nosso corpo quanto nas grandes instituições.

O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles. Não se trata de conceber o indivíduo como uma espécie de núcleo elementar, átomo primitivo, matéria múltipla e inerte que o poder golpearia e sobre o qual se aplicaria, submetendo os indivíduos ou estraçalhando-os. (FOUCAULT, 1998, p.103)

Compreendemos, então, que o poder não é algo que se dá ou se troca. O poder se exerce, só existe em ação e está ligado a uma relação de força. Dito de outro modo, o poder

⁴ Abordamos sobre a relação entre conservador e progressista posteriormente.

exerce sobre a vida cotidiana dos indivíduos, classificando-os em categorias, designando-os por sua individualidade, fazendo-os prisioneiros de sua identidade, impondo-lhes uma lei de verdade no qual é necessário que eles reconheçam e que os outros devem nele se reconhecer, ou seja, essa forma de poder faz com que os indivíduos se transformem em sujeitos, sujeito submisso e sujeito preso à sua própria identidade. Sendo o sujeito submisso àquele que se submete ao controle do outro pela dependência, já o sujeito preso é aquele que está “preso à sua própria identidade pela consciência ou conhecimento de si. Nos dois casos, essa palavra sugere uma forma de poder que subjuga e assujeita” (FOUCAULT, 1995, *apud* LAGAZZI, 1998, p.9).

Para combater uma forma de poder, existem lutas, afrontamentos, relações de forças, situações estratégicas, práticas e exercícios de poder. Foucault (1998, p.45) determina que;

Cada luta se desenvolve em torno de um foco particular de poder [...] E se designar os focos, denunciá-los, falar deles publicamente é uma luta, não é porque ninguém ainda tinha tido consciência disto, mas porque falar a esse respeito – forçar a rede de informação institucional, nomear, dizer quem fez, o que fez, designar o alvo – é uma primeira inversão de poder, é um primeiro passo para outras lutas contra o poder.

Lagazzi (1998) coloca que para Foucault não há relação de poder sem resistência, sem escapatória ou fuga sem inversão eventual, então toda relação de poder implica uma estratégia de luta. (p. 319) (op.cit. p. 18). O filósofo define que “toda estratégia de confronto sonha em tornar-se relação de poder” e “toda relação de poder inclina-se (...) a tornar-se estratégia vencedora”.

O estado com suas estratégias impõe sobre o indivíduo uma forma de poder e esse o domina através das leis que lhe é imposta. Isso acontece como uma relação de força, pois atua como uma força coagindo, disciplinando, controlando o indivíduo. Deste modo, relações de forças e poder estão em todas as partes da sociedade, citamos alguns exemplos: o padre exerce o poder sobre o fiel, pois foi constituído um imaginário de que ele é o “representante de Deus na terra”.

Lagazzi (1998, p.11) sustenta que o poder do Estado se diferencia do poder da Igreja, pois antes o poder pastoral justificava o poder pelo objetivo de salvação, já as justificativas do Estado passam a ser de ordem social, ou seja, a palavra ‘salvação’ obteve vários sentidos, como “ ‘saúde’, ‘bem-estar’, ‘segurança’, ‘proteção’”. A autora afirma que os objetivos terrestres e imediatos substituem os objetivos espirituais. Assim, o poder pastoral, que por muito tempo foi exercido pela Igreja, expande-se ao corpo social e se junta ao poder político,

dando lugar a uma “tática individualizante”, característica de uma série de poderes múltiplos, como o da família, o da educação, o da psiquiatria, o da medicina, o dos empregadores.

Conforme Orso (1996), o aparelho do estado, uma vez incorporado e inserido à rede de relações de poder apropria-se destas, institucionaliza-as e as transforma em seus mecanismos estratégicos de exercícios do poder, porém a eficácia da atuação do aparelho de Estado depende de sua articulação com as relações de poder.

É importante compreendermos a noção de relação de força amparada na teoria da Análise do Discurso. Compreendemos que a relação de força é o lugar a partir do qual o sujeito é constituído, ou seja,

[...] podemos dizer que o lugar a partir do qual fala o sujeito é constitutivo do que ele diz. Assim, se o sujeito fala a partir do lugar de professor, suas palavras significam de modo diferente do que se falasse do lugar do aluno. O padre fala de um lugar em que suas palavras têm uma autoridade determinada junto aos fiéis etc. Como nossa sociedade é constituída por relações de hierarquização, são relações de força, sustentadas no poder desses diferentes lugares, que se fazem valer na “comunicação”. A fala do professor vale (significa) mais do que a do aluno. (ORLANDI, 2009, p.39).

Vale destacar que para a Análise de Discurso as relações de força são consideradas como “o político”, que, conforme Orlandi (2016, p. 20), é compreendido como divisão da sociedade, dos sujeitos e do sujeito, fazendo funcionar as relações de poder que se materializam *na e pela* cena discursiva.

Para tanto, é necessário falarmos um pouco sobre o político, pois é de suma importância compreender esse funcionamento.

A partir das discussões de Lagazzi, devemos considerar alguns elementos que compõem a discussão sobre o político, sendo eles a Organização social, o Estado moderno, a gestão política, a relação de poder, o sujeito. De acordo com a pesquisadora “o político tem sido comumente tomado como uma categoria a priori, inerente e natural, na qual muitos se fecham sem questionamentos ou explicações.” (LAGAZZI, 1998, p.26). Contudo, para ela, o político é um funcionamento discursivo, e não uma categoria. Além disso, podemos afirmar, a partir de Lagazzi, que “o político é um espaço de relações que necessariamente se constituem enquanto poder, o que não significa reduzi-lo ao exercício do poder na análise da dominação política” (LAGAZZI, 1998, p.36).

A política se dá pela constituição do político, ou seja, ao se constituir as diferentes posições de verdade, a política se constitui. O político, segundo Orlandi (2010, p.12), “está no fato de que os sentidos são divididos, não são os mesmos para todo mundo, embora ‘pareçam’

os mesmos”. Diante disso, compreendemos que a política são as formas pelas quais o poder se manifesta. Um exemplo é a instituição religiosa, ela exerce, na vida cotidiana das pessoas, controle ditando o que é certo e o que é errado. O modo como a igreja atua, produzindo um efeito de verdade, produz uma política que tem como intuito manter-se dominante sobre seus seguidores. Para Foucault, (1998, p.11)

Em nossas sociedades, a "economia política" da verdade tem cinco características historicamente importantes: a "verdade" é centrada na forma do discurso científico e nas instituições que o produzem; está submetida a uma constante incitação econômica e política (necessidade de verdade tanto para a produção econômica, quanto para o poder político); é objeto, de várias formas, de uma imensa difusão e de um imenso consumo (circula nos aparelhos de educação ou de informação, cuja extensão no corpo social é relativamente grande, não obstante algumas limitações rigorosas); é produzida e transmitida sob o controle, não exclusivo, mas dominante, de alguns grandes aparelhos políticos ou econômicos (universidade, exército, escritura, meios de comunicação); enfim, é objeto de debate político e de confronto social (as lutas "ideológicas").

Veremos mais adiante os funcionamentos das noções levantadas até o momento no processo de Impedimento da ex-presidenta.

1.1 - Condições de produção: relatos e versões de um acontecimento

Por considerar a importância das condições de produção para a compreensão do nosso material de análise, cabe, neste momento, fazermos um levantamento de como foi constituído o processo de *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff.

No ano de 2016, acompanhamos, seja pela via televisiva, seja pela imprensa ou pelas redes sociais, a então presidenta Dilma Rousseff ser destituída de seu cargo como presidenta da República, através do processo de *impeachment*. Segundo Possenti (2016, p.1076), o início do processo de *impeachment* não é algo definido, acredita-se que possa ter iniciado na reeleição de Dilma Rousseff ou até mesmo antes.

Moretzsohn (2016) em seu artigo “A mídia e o golpe: uma profecia autocumprida” compreende o processo de impedimento utilizando-se da metáfora da plantação, assim a autora coloca que o “golpe”, como é chamado por ela, foi:

[...] cultivado durante a campanha eleitoral de 2014- mas, a rigor, bem antes disso- até culminar no espetáculo da votação do *impeachment* no dia 17 de abril de 2016, que expôs ao mundo a qualidade de nossa representação parlamentar. (MORETZSOHN, 2016, p. 01)

Ainda segundo a autora,

O *impeachment* foi tramado antes mesmo do segundo turno das eleições, em outubro de 2014. Foi quando a revista Veja antecipou sua edição semanal para uma sexta-feira e expôs na capa os rostos de Lula e Dilma pela metade, cortados pela manchete “Eles sabiam de tudo”. “Tudo”, no caso, era o esquema de corrupção na Petrobras, investigado pela Operação Lava Jato. A denúncia se baseava em suposto depoimento do doleiro Alberto Yousseff, que, preso, aceitou o acordo de delação premiada. (MORETZSOHN, 2016, p. 01)

Para tanto, de acordo com a pesquisadora, a capa da Veja foi “reproduzida e ampliada em cartazes para servir às manifestações favoráveis ao candidato da oposição e para acirrar os ânimos de ódio ao PT” (MORETZSOHN, 2016, p. 2). O que nos chama a atenção é que segundo Moretzsohn (2016) dois dias antes das eleições para o segundo turno, falou-se pela primeira vez em *impeachment*: “Merval Pereira, um dos principais articulistas da política do jornal *O Globo* e comentarista da GloboNews, afirmou que, se comprovada a denúncia, “o *impeachment* da presidente será inevitável, caso ela seja reeleita no domingo”.

Em 2014, ocorreu a eleição para a escolha de presidente da república. Com 51,64% dos votos, Dilma (PT) leva a vitória e é reeleita como presidenta causando assim uma insatisfação da oposição. Possenti (2016, p.1077) afirma que “A derrota não foi aceita com a naturalidade desejada nas democracias. Foi contestada em diversas instâncias, das jornalísticas às judiciárias”. Segundo Moretzsohn (2016, p.2)

A oposição não se conformou e partiu para a contestação do resultado: denunciou fraude, pediu recontagem de votos e, quatro dias após a eleição, protocolou o primeiro dos 37 pedidos de *impeachment* que seriam apresentados ao longo dos meses seguintes, sustentados pelos mais variados motivos. Primeiro era por “saber de tudo”, depois seria por “desrespeito à lei orçamentária”, tráfico de influência”, “improbidade administrativa”- as tais “pedaladas fiscais”.

Moretzsohn (2016, p.3) afirma que não havia um motivo único e sim vários, pois “o fundamental era impedir o prosseguimento de um quarto mandato presidencial consecutivo identificado à esquerda [...]”, ou seja, não importavam os motivos, Dilma tinha que sair do poder.

É importante ressaltar que após a reeleição, de acordo com o site da UOL⁵, eram contabilizados 304 deputados federais eleitos e 52 senadores. A coligação da campanha foi formada por partidos de direita e de esquerda (PT, PMDB, PSD, PP, PR, PRB, PDT, Pros e PCdoB). No entanto, um dos fatores que contribuiu com o processo de impedimento, foi a coligação deixar de ser aliada ao governo. Com isso, Dilma, em seu segundo mandato, viu-se perdendo força política, pois já não tinha a maioria dos votos a favor do governo em decisões a serem tomadas.

De acordo com Blume (2016)⁶, em setembro de 2015, após mais de 30 pedidos de *impeachment*, Janaína Paschoal, Miguel Real e Hélio Bicudo entregam na Câmara dos Deputados mais um pedido, sendo o único a ser aceito pelo então presidente da Câmara, o deputado Eduardo Cunha, em dezembro do mesmo ano. Vale ressaltar que Eduardo Cunha (PMDB) rompeu sua aliança com o governo poucos meses após chegar à presidência da Casa. Esse rompimento fez com que a presidenta perdesse força em seu poder. No dia 7 de julho de 2016, Eduardo Cunha⁷ renunciou à presidência da Câmara.

Após o pedido aceito pelo presidente da Câmara, a presidenta Dilma Rousseff, começa a ser acusada de cometer pedaladas fiscais⁸, resultando assim no processo de *impeachment*.

Ainda no mesmo mês, a Câmara se mobilizou para formar a comissão especial que analisaria o pedido aceito por Cunha. Com isso ocorreu uma eleição entre chapas de situação e de oposição. A de oposição venceu, porém a votação foi secreta, além disso, a chapa era avulsa, ou seja, não teve a indicação dos líderes partidários, o que resultou a anulação, pelo Supremo Tribunal. Diante desse fato, o STF determinou modificações para o processo, sendo uma delas: o Senado passa a ter direito de votar pela abertura do inquérito, logo após a votação no plenário da Câmara. Após o recesso, no início do ano de 2016, uma nova comissão

⁵ Disponível em: <http://eleicoes.uol.com.br/2014/noticias/2014/10/26/reeleita-dilma-tera-vida-dura-no-congresso.htm>. Acesso em: 04/09/2016.

⁶ Disponível em: <http://www.politize.com.br/impeachment-de-dilma-retrospectiva/>. Acesso em: 01/09/2016.

⁷ O caso de Eduardo Cunha é emblemático do comportamento do consórcio midiático-golpista. O principal articulador do golpe no Congresso foi Eduardo Cunha, na qualidade de presidente da Câmara – cargo do qual foi afastado pelo STF em 5 de maio, apenas depois da votação do golpe na Casa. Cunha é um notório corrupto. Os processos e as investigações demonstram que ele usou propinas da ordem de centenas de milhões de dólares para aliciar uma bancada de mais de cem deputados federais pelo golpe. O assunto foi ignorado pelas quatro famílias, sendo objeto de reportagens no espanhol El País e na imprensa independente. Cunha foi transformado em interlocutor qualificado e político confiável pela mídia conservadora, que o protegeu até a votação da Câmara, enquanto Lula e Dilma foram tratados como desqualificados e “criminosos”. (LOPES, 2016, p.100)

⁸ A pedalada fiscal é uma prática ilegal, tida como um crime contra a **Lei de Responsabilidade Fiscal** (Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000), que regulamenta todas as movimentações de finanças feitas por entidades federais, estaduais e municipais. Disponível em: <http://www.significados.com.br/pedaladas-fiscais/>. Acesso em: 03/08/2016.

é formada, 65 nomes da comissão foram apontados pelos líderes partidários e aprovados pelo plenário.

No dia 11 de abril, a Comissão Especial da Câmara, com 38 votos a favor e 27 contra, aprova o parecer do deputado Jovanir Arantes (PTB-GO), dando assim continuidade ao processo de abertura do inquérito. Desta forma, a Constituição determina que o **plenário principal da Câmara** dê seu aval para o processo de *impeachment*⁹. Faziam-se necessários 342 votos dentre 513 para que fosse recomendada a abertura do inquérito, assim 367 deputados votaram a favor da abertura, 137 votaram contrário ao impedimento, 7 se abstiveram e 2 estavam ausentes.

De acordo com Quinalha (2016, p.106), a votação teve uma grande repercussão, tanto no Brasil como no exterior devido às motivações dos votos dados pelos deputados. Segundo o autor:

Em vez de mencionarem as acusações de desrespeito à lei orçamentária, cerne do pedido do *impeachment*, os deputados deram seus votos baseados apenas em convicções pessoais, geralmente pouco republicanas e sem quaisquer fundamentos legais: “pela esposa Paula”, “pela filha que vai nascer e a sobrinha Helena”, “pelo neto Gabriel”, “pela tia que me cuidou quando era criança”, “pela minha família e meu Estado”, “por Deus”, “pelos militares de 1964” e “pelos evangélicos” foram algumas das justificativas utilizadas pelos deputados para aprovar o procedimento. Nem sequer eram obrigados a apontar as razões de seus votos, mas o fizeram, o que torna bastante sintomático o conteúdo desses discursos comprometidos com a defesa da família tradicional e de sua moral conservadora.

O processo, então, passou para a Comissão Especial no Senado, no qual é aprovado, no dia 6 de maio, o parecer do senador Antônio Anastasia (PSDB-MG), com 15 votos favoráveis e 5 contrários.

Logo após, o relatório vai à votação no plenário do Senado, que confirmou a abertura do processo de *impeachment* pela Casa. Diante disso, com 55 votos a favor e 22 contra, Dilma é afastada de suas funções por até 180 dias, assim passa a assumir o governo o vice-presidente, Michel Temer.

Entre os meses de maio e julho o processo esteve nas mãos da comissão especial do *impeachment* no Senado. Após a requisição de documentos, produção de perícia e depoimentos de 45 testemunhas, a Comissão Especial do Senado, ao aprovar o relatório do senador Anastasia por 14 votos a 5, decidiu que a presidenta deveria ser levada a julgamento.

⁹ Em anexo, disponibilizamos tabelas com os votos dos Deputados e Senadores.

Conforme o portal de notícias da G1¹⁰, no dia 10 de agosto, o plenário principal do Senado decide, com 59 votos favoráveis, que a denúncia contra a presidenta procedia e que deveria ser julgada por crimes de responsabilidade. No dia 31 de agosto, o plenário do Senado aprovou, com 61 votos favoráveis e 20 contrários, o *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff. Com isso, ela perdeu o mandato, contudo, ela poderá se candidatar para cargos eletivos e exercer outras funções na administração pública. Por fim, encerra-se um processo de quase um ano, marcado por manifestações e muita polêmica. Segundo Moretzsohn (2017, p.16),

[...] a mídia hegemônica fez todos os esforços para apresentar um quadro positivo, que produzisse esperança e colaborasse para a normalização do golpe. Mesmo que, para isso, precisasse apelar para uma fraude, como fez a *Folha de S.Paulo* em 17/6/2016 com uma pesquisa do Datafolha: a manchete destacava o crescimento do otimismo com a economia e escondia o desejo majoritário dos entrevistados (62%) por novas eleições. Pelo contrário, o jornal publicou um quadro na primeira página que apontava o resultado de 50% de respostas favoráveis a Michel Temer, o presidente interino, à pergunta “o que é melhor para o país?”, sem informar que a questão não apresentava alternativas entre a permanência de Temer e o retorno de Dilma.

Durante todo esse período, a mídia foi responsável pela narração desses acontecimentos. As revistas, os telejornais, os jornais, entre outros, tinham como principal assunto o processo de impedimento da ex-presidenta e suas reportagens eram sempre voltadas a esse assunto. Diante disso, a sociedade brasileira tinha o conhecimento dos acontecimentos através dos relatos/versões que a mídia produzia e também dos canais do Youtube e TV Senado que transmitem em tempo real as sessões da Câmara dos Deputados, do Senado e STF. De acordo com Moretzsohn (2016, p.3),

O compromisso do jornalismo com a objetividade – ou, na precisa observação de Antonio A. Serra (1989) inspirada no ensaio de Hannah Arendt (1992) sobre “Verdade e Política”, o *risco* que todo jornalista corre pela sua responsabilidade de “dizer o que é” – exige que se busque chamar as coisas pelo seu nome. Jornalistas respeitáveis, raras vozes à contracorrente na grande imprensa, não tiveram dúvidas em afirmar que o processo era uma farsa e um golpe. Mas a regra do noticiário era rejeitar essa qualificação, através de um artifício tipicamente diversionista, que desviava a atenção da questão concreta: alegava-se que o *impeachment* era um instrumento constitucional, ignorando-se espertamente a obrigatoriedade legal de existência de crime de responsabilidade. Depois, passou-se a atribuir

¹⁰ Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/08/senado-aprova-impeachment-dilma-perde-mandato-e-temer-assume.html> . Acesso em: 12/04/2017.

essa qualificação à “narrativa petista”, como se tudo dependesse de uma questão de enfoque.

Ao relatar um acontecimento, a mídia, em geral, já o faz tomada por um gesto de interpretação, ou seja, as versões apresentadas pelas instituições midiáticas são interpretações do acontecimento. Isso porque os “sujeitos identificados com formações discursivas distintas podem não estabelecer uma mesma interpretação” (NUNES, 2012, p.36). Assim, os relatos e versões apresentados pelas revistas podem comunicar e, ao mesmo tempo, pode acontecer a não comunicação, em outras palavras, “Se a interpretação é o que possibilita as versões da história e se esta tem a contradição como o seu real constitutivo, descrever, recontar, relatar todos esses objetos de registro disponível empiricamente, não faz, contudo, que possamos apreendê-la na totalidade” (SALLES, 2017, p.58).

Conforme já mencionamos, durante o processo de impedimento de Dilma, observamos que há distintas posições sobre o impedimento circulando pela mídia brasileira, assim sendo umas estão alinhadas mais para posições de direita, outras alinhadas na posição de esquerda e há também as que se posicionam como neutras. A revista que apoia a direita, por exemplo, se posicionando a favor, e a que apoia a esquerda se posicionando contra o processo de impedimento. Contudo não podemos afirmar que isso hegemônico.

As designações “direita e esquerda”, como circulam comumente, não são absolutas, por isso as problematizamos a partir da relação com as designações: conservadora (direita) e progressista (esquerda). Neste ponto é interessante pensarmos como direita, centro e esquerda significam nas conjunturas políticas. Em nossa pesquisa, buscamos, a priori, uma definição para o que é direita, centro e esquerda, no entanto compreendemos que tais definições são fluidas, e seus efeitos de sentido são determinados pelas condições de produção e pelas posições sujeito que as enunciam. De acordo com Motta e Possenti (2008, p.303):

Desde o início da década de 1990, ganha força um discurso sobre a desideologização da sociedade e da política. Um dos textos mais representativos desse discurso é o artigo “O fim da história” (Fukuyama, 1989), defendendo, em linhas gerais, que atualmente não há mais conflitos ideológicos porque não há alternativas coerentes à democracia liberal ou ao capitalismo. Tal discurso é recorrente em épocas de eleição, quando se tematizam as semelhanças entre os diferentes partidos e candidatos e, quase invariavelmente, se conclui que não existem mais diferenças ideológicas.

Em um primeiro momento compreenderíamos que não existe mais uma posição ideológica que definisse as categorias: centro, direita e esquerda. No entanto, no mesmo artigo

Motta e Possenti vão desconstruindo esse discurso e mostrando contrariamente que “as diferenças ideológicas estão vivas”. Desse modo, os autores afirmam que “Uma das questões mais candentes desse embate é exatamente uma caracterização de direita e de esquerda, pois estas seriam exatamente as formações desaparecidas.” (MOTTA e POSSENTI, 2008, p.304).

Ainda, segundo os autores, seria possível afirmar que “um posicionamento típico de esquerda é priorizar a justiça social, e um posicionamento típico de direita é priorizar a ordem (pública)” (MOTTA e POSSENTI, 2008, p. 305).

Diante desta reflexão o que se pode concluir - sobre direita, centro e esquerda, conservador e progressista - é que as posições mudam de acordo com as condições de produção, pois, ora atores sociais que estão numa posição se consideram de direita, ora se consideram centro, ora de esquerda. Assim, pode-se dizer que não há uma definição “concreta”. E é isso que nos mostra a marca da contradição, ou seja, há no jogo político a contradição. Ainda:

Se considerarmos que a gestão de um discurso por uma instituição é o traço distintivo de uma FD ou de um posicionamento, a conclusão a que se deve chegar é que direita/esquerda são formações discursivas ou que são posicionamentos? A resposta não é evidente: se, por um lado, há diversos partidos de esquerda e de direita, nem por isso se pode dizer que um deles ou alguma instituição que os unifique (como a Internacional Socialista) garanta sua gestão institucional. Por outro, também é bastante claro que o modo de gestão das esquerdas e das direitas não é tão “vago” como o são o do racismo e do machismo... (MOTTA E POSSENTI, 2008, p. 313)

Diante da afirmação de Motta e Possenti (2008), podemos compreender um movimento fluido entre as designações direita e esquerda, o que aponta para a complexidade contraditória dessas designações:

A partir da década de 1980, com a crescente falta de segurança pública nas cidades brasileiras e a chegada de partidos de esquerda ao poder em algumas prefeituras e governos de Estados, a esquerda vê-se diante de um tema imposto: precisa discutir o papel da polícia, do aparelho repressor do Estado, propor respostas mais imediatas à violência. Tal tema é imposto no sentido de que faz parte historicamente de projetos de governo, mas também (em sentido menos técnico) porque não era discutido (ou melhor, não havia propostas de medidas “concretas”) pela esquerda brasileira como oposição: a marginalidade era explicada como consequência de desigualdade e se solucionaria com justiça social. A urgência em atacar o problema da violência fez com que ele fosse objeto de propostas de combate direto, e não apenas através do ataque a suas causas, como na conjuntura anterior. Nessa nova conjuntura, as propostas da esquerda e da direita ainda podem ser discernidas (por exemplo, é mais típico da esquerda falar mais em prevenção

e em polícia inteligente/ científica, e menos em repressão e cadeia, o avesso do discurso da direita). No entanto, pelo menos um episódio se tornou “memorável”[...] Quando José Genoíno foi candidato ao governo de S. Paulo (em 2002), chegou a utilizar a expressão “rota na rua”, embora insistisse que se trataria de uma medida extrema, conjuntural. Mas, como se tratava de uma expressão estreitamente ligada a Paulo Maluf, expoente da direita, imediatamente a proposta do PT foi considerada ou de direita ou oportunista[...]. (MOTTA E POSSENTI, 2008, p.306)

Diante desta compreensão, as revistas que se alinham mais para a dita direita são aquelas que possuem uma tiragem maior do que as que se alinham para a dita esquerda e isso se dá pelas relações de poder e de sentidos. Deste modo, as revistas de maior tiragem são aquelas que se instituem na FD conservadora, assim o sujeito-leitor que se identifica com esses discursos, por mais que seja uma projeção imaginária, são favoráveis aos padrões conservadores. Por outro lado, a revista de tiragem menor, a Carta Capital, que está instituída na FD progressista, atrai a “minoría”, ou seja, aqueles que se identificam com a posição progressista. Contudo, essas posições podem oscilar dependendo das condições de produção, sendo assim, ora o sujeito pode estar na posição conservador, ora pode estar na posição progressista.

Algo nos faz questionar sobre a relação entre mídia e política, se por um lado a esquerda é considerada a favor da minoría e contrária ao capitalismo, por outro, a direita é a favor do capitalismo, sendo assim ela obtém um poder aquisitivo maior, pois há um investimento por parte dos grandes empresários. A questão econômica é preponderante, pois muitas dessas revistas conservadoras são financiadas por empresários com alto índice de publicidade paga, em detrimento das revistas de posicionamento progressista, as chamadas mídias independentes.

Vivemos em um país capitalista e a mídia tradicional sobrevive pelos patrocínios e financiamentos do governo e das empresas, fazendo com que as revistas fiquem reféns da empresa que paga pela propaganda.

Durante décadas, para grande parte do mundo ocidental, incluindo-se o Brasil, o comunismo foi representado como uma ameaça aos valores estabelecidos. No cinema. TV, imprensa, obras ficcionais e tratados sociológicos, a propaganda anti-comunista, ou melhor, anti-soviética, nunca deixou de se fazer ver e ouvir, veiculando um imaginário imposto pelo modelo político e econômico capitalista. Obviamente, essa estratégia silenciadora jamais impediu que os partidos comunistas e socialistas fossem fundados em todos os continentes, inaugurando uma forma de oposição política que tomava como base um outro modelo de economia e de sociedade. As palavras *direita* e *esquerda* caracterizavam, e ainda

caracterizam, distintas concepções sociais e econômicas, resultantes de modelos políticos diferentes. (MARIANI,1996, p.16-17).

É importante ressaltarmos, então, que as revistas Época, IstoÉ e Veja são as consideradas de maior visibilidade, ou seja, elas estão instituídas na FD conservadora, já a Carta Capital está na FD progressista. As revistas conservadoras são as que colocam em circulação a noção de *impeachment* sustentada no pré-construído de legitimidade jurídica, enquanto a revista de posição progressista faz circular o sentido de golpe. Segundo Semer (2017, p. 89), “Em um golpe sem armas, sem tanques ou baionetas, Judiciário e imprensa são de fato os principais instrumentos de legitimação”.

Deste modo, através das relações de força e sentidos, podemos afirmar que uma grande parte da população filiada a FD conservadora seguiu o mesmo posicionamento das revistas de posicionamento conservador.

A mídia, por sua vez, por ser uma instituição que divulga notícias ditas como “verdade”, fez circular, em quase todos os campos - rádio, tv, jornal, revista - notícias sobre o processo de “*impeachment*” da ex-presidenta Dilma e nas diferentes versões se produziram sentidos para o impedimento como uma questão política, uma disputa pelos sentidos. As “pedaladas”, na instância jurídica, foram inocentadas, no entanto, as revistas de direita as colocaram como um impedimento legítimo, e a revista de esquerda colocou todo o processo como um golpe. Mesmo Dilma sendo inocentada da acusação que a levou ao processo de impedimento, por não ter fundamento legal, o processo continuou e continua, o que se configurou como um golpe, pois Dilma foi subtraída do governo por questões políticas que envolveram relações de força, fazendo funcionar assim dois discursos em litígio.

Considerando o que a mídia tradicional noticiou sobre a neutralidade institucional que o processo de impedimento deveria ter, nos questionamos, se essa neutralidade aconteceu, pois de acordo com a revista Carta Capital, o relator estava na posição contrária à de Dilma. É o que podemos ver na formulação:

No Senado Federal, o golpe prossegue a passos largos, com cerceamento do direito de defesa e mitigação de garantias. Ressalta-se que a relatoria foi entregue ao competente **Senador Antônio Augusto Anastasia** (PSDB-MG) [4], ex-governador de Minas Gerais e braço direito do candidato derrotado pela Presidenta Dilma. Mais comprometimento com o golpe é impossível.

Observa-se que a revista Carta Capital produz efeitos de ironia ao colocar o senador Anastasia como “competente”, pois o mesmo homem que esteve ao lado do candidato de

oposição, derrotado nas eleições de 2014, é o mesmo que irá julgar o processo de impedimento da ex-presidenta Dilma.

Vale ressaltar que o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), partido que Anastasia está filiado, é considerado com uma posição política “centro”, diante disso, Anastasia poderia estar alinhado tanto à política de esquerda quanto à política de direita, porém diante do recorte feito da reportagem da revista Carta Capital e através das condições de produção podemos afirmar que o relator está na posição contrária ao governo de Dilma. No *site* do Portal Vermelho¹¹ temos outro enunciado que nos chama a atenção. Segundo o *site*:

No processo em curso, Dilma é acusada por professores de direito ligados ao PSDB, partido derrotado nas últimas eleições presidenciais, de ter infringido a Lei de Responsabilidade Fiscal, com suas “pedaladas fiscais”, que seriam “operações de crédito disfarçadas”.

Levando em conta que a revista Carta Capital marca a posição partidária do relator, e os integrantes que pediram o processo de *impeachment* serem do mesmo partido do relator, podemos compreender que o relator teve seu discurso marcado pela posição do PSDB (direita), sendo assim, a “verdade” aqui constituída é uma posição ideológica e partidária.

Nesta perspectiva, o processo do *impeachment* de Dilma teve êxito por relações de força, pois para o processo tramitar institucionalmente havia o imaginário de que Anastasia tinha o saber jurídico e o poder institucional de relator. Antônio Augusto Junho Anastasia¹² se formou em direito em 1983 e atuou como professor de Direito Administrativo. Além disso, foi secretário executivo no Ministério do Trabalho e da Justiça, entre 1995 e 2001. Atuou também no governo de Aécio Neves, em Minas Gerais e em 2006, como vice-governador. Em 2010, com a renúncia de Aécio, Anastasia assumiu o governo de Minas. No mesmo ano foi eleito com 62,72% dos votos válidos e em 2014, foi eleito como senador. E foi como senador que Anastasia foi nomeado pelo PSDB para ser relator do pedido de *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff.

Depois de horas de discussão, a “comissão especial” do *impeachment* confirma a indicação de Antônio Anastasia como relator do processo. Essa nomeação não foi tranquila, pois houve resistência por parte da oposição que questionou a isenção do posicionamento de Anastasia, pois consideravam-no como favorável ao *impeachment*. Um pedido para trocar de

¹¹Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/noticia/283724-1> . Acesso em: 07/02/2018.

¹²Disponível em: [HTTP://EPOCA.GLOBO.COM/TUDO-SOBRE/NOTICIA/2016/05/ANTONIO-ANASTASIA.HTML](http://EPOCA.GLOBO.COM/TUDO-SOBRE/NOTICIA/2016/05/ANTONIO-ANASTASIA.HTML) . Acesso em: 24/10/2017.

relator foi formulado, porém, apesar do pedido e dos protestos, o pedido para substituição de Anastasia não foi aceito. Conforme veremos na notícia publicada no site do Estadão¹³

Segunda-feira, 25, senadores da base apresentaram questões de ordem pedindo a substituição de Anastasia. O presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), deixou a decisão para a comissão especial do *impeachment*. Como adiantou o Broadcast, serviço em tempo real da Agência Estado, Lira não tinha qualquer intenção de barrar a indicação de Anastasia.

Ao chegar à reunião, o peemedebista confirmou que não havia "espaço" para discutir o nome do relator. Ele deu parecer contrário aos questionamentos levantados pelos governistas, mas permitiu que os demais senadores do colegiado votassem. Em clara minoria na comissão, os governistas foram derrotados. Apenas os quatro senadores do PT e a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) votaram contra a indicação de Anastasia.

Diante disso, para a revista Carta Capital, esse saber-poder tinha que se sustentar na neutralidade, mas não funcionou, pois o relator já estava marcado por uma posição, ou dito de outra forma, já estava constituído numa posição de direita que era contrária a ala que defendia Dilma, com isso o senador se utiliza desse saber jurídico que é constituído imaginariamente como verdade para dizer que o *impeachment* é legal e que Dilma realmente cometeu um crime. A mídia, uma instituição (MARIANI, 1996) pautada pelo discurso da verdade, também é marcada por uma posição de “direita” ou “esquerda”, ou seja, em duas vertentes, a favor e em oposição.

É possível, a partir desta reflexão, compreender que não houve uma neutralidade política no processo de *impeachment*, deste modo, podemos dizer que o *impeachment* aconteceu devido as relações de forças, ou seja, Dilma com poucos aliados não conseguiu barrar o impedimento, pois era necessário um número “x” para que o pedido não fosse aceito. Segundo Alli (2017, p. 133), “os treze anos de governos petistas trouxeram um montão de decepções por parte daqueles que colocaram sonhos e esperanças na estrela vermelha. Governos feitos de concessões, acordões, financiamentos empresariais e trocas de interesses”.

A questão posta mostra que há uma articulação política, um jogo político, no qual vence aquele que tem uma posição de poder majoritária, dito em outras palavras vence aqueles que compram votos, que articulam os votos com aqueles que estão reféns, e para a “casa não cair” precisam fazer um “favorzinho”. Deste modo, para o processo tramitar, Anastasia tinha que ter, ou parecer ter, o saber jurídico e o poder institucional de relator e essa

¹³ Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,tucano-e-eleito-relator-do-impeachment-no-senado,10000028121> . Acesso em: 07/02/2018.

relação saber-poder tinha que estar sustentada na neutralidade-insenção, contudo, como já mencionamos, sabemos que não foi isso que aconteceu, pois, para as revistas, Anastasia já estava constituído como um sujeito de direita que é contrário ao governo de Dilma. O *impeachment* foi uma disputa sustentada por relações de forças, um litígio político para tirar Dilma do governo, foi fundamental. Assim, o que era para ser um processo sustentado pela neutralidade político-administrativa, fazendo parecer democrático, tornou-se um processo sustentado por relações de força em disputa.

Dilma foi inocentada das pedaladas fiscais e mesmo assim o processo prosseguiu, dando um novo sentido para o processo. A parte que apoiava a retirada da presidenta utilizou-se de articulações políticas para concretizar o “golpe”. Assim, Anastasia, relator do processo, ocupava uma posição que o legitimava como “neutro”, ou seja, nem de “direita” nem de “esquerda”. Contudo, na votação o relatório foi aceito, o que instaura o poder em relação ao posicionamento do senador. Mesmo que a posteriori Dilma tenha sido inocentada, faz-se visível que a votação ocorreu através de relações de forças antagônicas, pelo jogo político que põe de um lado o discurso da esquerda e de outro, o da direita.

Devemos destacar que o que circulou nas revistas foram formulações que assumiam posições de verdade em relação ao *impeachment*, pois o que era verdade para uma não era para outra. Recortamos alguns trechos de duas das revistas que trabalhamos, de posições diferentes que apresentam a relação verdade/mentira. O 1º recorte foi retirado da revista *Época*, e o segundo foi da revista *Carta Capital*.

A COREOGRAFIA DE DILMA

Os mitos brandidos pela presidente para conquistar parte da opinião pública

MITO 1: HÁ UM GOLPE EM CURSO CONTRA DILMA

“Neste caso, não cabem meias palavras: o que está em curso é um golpe contra a democracia. Eu jamais renunciarei. Aqueles que pedem a minha renúncia mostram a fragilidade da sua convicção sobre o processo de impeachment. Porque, sobretudo, tentam ocultar justamente esse golpe contra a democracia. E eu posso assegurar a vocês que eu não compactuarei com isso. (...) Pode-se descrever um golpe de Estado com muitos nomes, mas ele sempre será o que é: a ruptura da legalidade, atentado à democracia.”

A VERDADE:

Não há golpe em curso no Brasil. O impeachment da presidente da República é um instituto previsto na Constituição brasileira e consagrado nas democracias presidencialistas, como os Estados Unidos. Cabe aos deputados e senadores, também eleitos por voto popular, como a presidente, fazer o julgamento político, de oportunidade e conveniência, sobre o afastamento da presidente. O impeachment exige que se aponte um crime de responsabilidade, nas hipóteses previstas em lei.

Figura 4 - Trecho publicado na Revista Época



Figura 5 - Trecho publicado na revista Carta Capital

Esses recortes dão visibilidade aos diferentes sentidos postos em circulação pela mídia tradicional e independente. No recorte 1, vimos que a revista *Época* se posiciona a favor do impedimento de Dilma, pois considera a ideia de que há um golpe em curso um mito, em outras palavras, o que estava acontecendo no Brasil não poderia ser considerado como golpe, pois o processo estaria sustentado na lei, e a lei condiz com o discurso da verdade. O golpe não passaria de um mito, uma invenção criada pelos apoiadores de Dilma. Deste modo, se não é verdade, não se deveria considerar, pois o que vale é o que está instituído na constituição, e isso que deveria ser seguido.

É interessante, nesse primeiro recorte, que a revista emprega/utiliza a palavra “mito” e “verdade”, ao fazer essa relação ela marca seu posicionamento quanto ao processo de impedimento de Dilma, e com isso ela tenta estabilizar um sentido e apagar o outro.

No recorte 2, a revista *Carta Capital*, ao designar a comissão julgadora do processo de *impeachment*, a considera como “Comissão da Mentira”. Diante desse enunciado, nota-se que, para a revista, o processo é farsa que foge dos parâmetros da lei, assim, a comissão não está pautada na verdade. Para afirmar que o processo de impedimento falta com a verdade, a revista acrescenta “Dilma não cometeu crimes de responsabilidade”, diante disso, se não houve crime e Dilma foi julgada, aqueles que a condenaram não seguiram a lei, ou seja, a Constituição Federal.

Deste modo, percebe-se que ambas as revistas se posicionam antagonicamente, e falam a partir desse lugar dividido, a favor e contra, e, conseqüentemente, textualizam sua posição como verdadeira. Isso nos mostra que há uma disputa, através das palavras, pelo poder de enunciar uma verdade, porém a verdade está ligada ao poder.

Por fim, diante do que foi exposto pela mídia tradicional e independente, vimos que o processo de *impeachment* de Dilma se deu através de relações de sentidos e forças, um jogo

político que se instaurou para retirar a presidenta do governo. Esse acontecimento foi discursivizado pela mídia com distintos posicionamentos, conforme relatamos.

CAPÍTULO II

IMPrensa E FOTOGRAFIA

Neste capítulo, buscamos historicizar as condições de produção das revistas. Isso nos proporciona compreender como a fotografia foi inserida no jornalismo impresso e qual a sua importância, na revista, enquanto necessidade de se apresentar uma “cópia fiel da realidade” que põe em funcionamento o sentido de “verdade”. É importante compreendermos essa relação entre imprensa e a fotografia, pois a imprensa, por intermédio do uso de fotografias, torna as notícias como fatos/relatos verídicos, assim sendo, o uso da fotografia deixa de lado questionamentos possíveis, e a fotografia é considerada, no imaginário social, como um documento no qual pode-se provar um fato. Contudo, é preciso atentarmos ao fato de que toda fotografia é um recorte que o autor-fotógrafo faz de um determinado momento, ou seja:

[...] ao recortar uma imagem, o faz por meio de gestos de interpretação, produzindo e/ou silêncios, porque mesmo se tratando de descrição e de interpretação de imagens, há uma historicidade de sentidos, levando-se em conta, aí também, o processo de leitura da imagem por parte do sujeito. (SCHONS, 2015, p.184)

A imagem surge então como algo inovador e importante para o processo de construção da verdade, pois ela se torna um elemento de prova, ou seja, é só vendo para crer. Deste modo, o aparecimento da fotografia em jornais e revistas comungou com o declínio do folhetim. A formulação fotográfica instaurou sentidos, na relação com o leitor contemporâneo, sobre uma necessidade de se fazer leituras rápidas. Essa nova prática de leitura, segundo Nunes, ancorada na rapidez, produziria “um efeito-leitor específico demandado por uma prática de leitura que não tem mais sua sustentação garantida [apenas] pela formulação verbal”. Os “modos de ler que são ancorados no efeito de rapidez e velocidade” produzem “um imaginário de tempo escasso que circula na sociedade” (Nunes, 2012, p.28).

Nas capas em análise temos as fotografias da ex-presidente, imagens recortadas produzindo o efeito de “complemento”. A revista *Época* recorta a imagem da ex-presidenta e produz uma foto montagem para produzir o efeito pretendido, ou seja, para relacionar com o enunciado colocam riscos que rememoram a guerra, deste modo a revista busca produzir um efeito de realidade da notícia ali colocada em circulação. Na capa da revista *IstoÉ*, temos a

imagem da presidenta gritando, não se sabe o momento em que foi tirado essa foto, o que compreendemos é que a instituição na ânsia por produzir “verdades” se vale de tudo para colocar em funcionamento sentidos de que a presidenta está louca. O leitor ao olhar a imagem e ler rapidamente a chamada na capa, já tem uma ideia de que “a presidenta enlouqueceu”. Iremos abordar mais sobre as fotografias e sobre as capas nas análises.

Este é um ponto que intriga: Por que “fazer leituras rápidas”? Com o advento do capitalismo e a modernidade vemos pessoas todo o tempo apressadas, com deveres a serem cumpridos, isso fez com que o tempo para leituras de jornais, revistas, entre outros, tenha diminuído, contudo, esse novo período trouxe, imaginariamente, “a todos o direito e a necessidade de se informar¹⁴ e para tanto uma grande quantidade de informação a ser produzida” (NUNES, 2012, p.34). Com isso, haveria uma necessidade de criar técnicas de leituras rápidas, consequência de um novo sujeito-leitor, o que pode tornar-se um problema, pois através dessas leituras rápidas o sujeito-leitor mergulha nesse efeito de literalidade, na fiança das imagens, sem ao menos questionar sobre o assunto, o que faria com que pudesse haver diferentes interpretações e versões.

Megid (2008) coloca também outro ponto sobre a rapidez da leitura. Para a autora, há uma necessidade de produção em larga escala de materiais para a leitura, sendo assim, eles precisam ser lidos, rapidamente, tornando-se uma decorrente da outra.

As leituras na contemporaneidade podem ser compreendidas como leituras sustentadas na rapidez, deste modo, faz-se necessário o uso de elementos específicos, alguns de forma sintética. Um desses elementos é a imagem, que proporciona ao leitor um olhar rápido, produzindo um efeito de verdade, na esteira do que reafirma o provérbio: “Uma imagem vale mais que mil palavras”.

Passemos, então, para as condições de produção do surgimento de revistas. De acordo com Moura (2011) “as primeiras revistas eram parecidas com os livros e os jornais da época, com o passar do tempo é que foram se modificando e passaram a incluir cultura, textos em colunas, ilustrações, fotografias, dentre outras coisas mais, em suas páginas”. Ainda, segundo o autor,

¹⁴ A determinação da palavra informação funciona administrando um possível deslizamento de sentidos em que as condições de produção determinam não só sobre o que, mas também o modo como nos informamos. O modo como a palavra informação circula é ancorado num efeito de evidência que tampona uma sua fissura transitiva. A palavra informar funciona intransitivamente, pois não se pergunta: informar o que? A expressão “o quê?” fica escamoteada pela sobredeterminação do discurso da falta que trabalha na intransitividade. Nesse processo, o efeito-informação aparece sempre-já como produto. (NUNES, 2012, p.34)

Na Bahia, no ano de 1812, surgiu à primeira revista não oficial do país lançada pelo jornal *Idade d'Ouro do Brasil*. A publicação tinha como título: *As Variedades ou Ensaios de Literatura*. Ambos, o jornal e a revista, foram criados na tipografia de Manuel Antonio da Silva Serva, publicados sobre a proteção do Conde dos Arcos. Os redatores eram Diogo Soares da Silva de Bivar e o padre Ignácio José de Macedo. A linha editorial era conservadora e, portanto, defendia o absolutismo monárquico português. (MOURA,2011, p.2)

Para tanto, Moura (2011) relata-nos que as primeiras revistas tinham como características publicações eruditas, diferentes do que temos hoje, as revistas traziam em suas publicações “novelas de gosto comum, fragmento de história antiga e moderna e discursos sobre costumes e valores sociais, além de artigos de estudos científicos e textos de autores clássicos portugueses”¹⁵. Cabe destacar, portanto, que reflexões sobre os acontecimentos da vida social não tinham espaços nas publicações, sendo um dos fatores que fizeram com que as revistas não tivessem grandes destaques na sociedade. Outro fator que fez com que as revistas não conseguissem se proliferar foi a falta de assinantes, por dois motivos, a falta de escolaridade e falta de dinheiro para adquirir a revista. Sendo assim, as revistas eram objeto de consumo de poucas pessoas.

Vale destacar que naquele período, para uma revista ter uma nova edição, ela contava com o apoio dos revisteiros, “aqueles que procuravam saber o que era desejado e procurado pelas pessoas e ainda não haviam sido publicados” (POÇAS, 2009, p. 38).

As mudanças começaram a surgir no início do ano de 1860, iniciou-se uma nova fase, pois as revistas passaram a publicar notícias de interesse social (política, esporte, policial, etc.), ou seja, passaram a oferecer ao leitor notícias que iam desde seus aspectos mais sublimes aos momentos mais trágicos. Além disso, outra mudança que fez com que a revista tivesse mais leitores foi o uso de fotografias e ilustrações mais elaboradas. Segundo Zen (2007, p.03),

[...] o surgimento da fotografia promoverá mudanças culturais, mudanças na relação entre os sujeitos autor e leitor. O leitor passa a deparar-se com discursos constituídos a partir dessa nova materialidade articulada à escrita e tem de modificar o seu olhar. [...] Desse modo, o sujeito-leitor do jornal que, no mesmo indivíduo se diferencia do sujeito-leitor do livro, pelos mecanismos textuais e discursivos, é levado pela ilusão de que a linguagem jornalística é objetiva.

¹⁵ Disponível em: www.revista.com.br/historia-da-revista.html Acesso em: 09/08/2017

Ferreira (2006) compreende a revista como uma “arte da palavra ilustrada”. Segundo a autora no final do século XIX, “Além dos títulos [...], os subtítulos que acompanham os nomes das revistas [...] classificam-nas como “periódico ilustrado””. Deste modo, para a autora “A revista impressa de informação semanal caracterizou-se, em sua formação, como um gênero tipográfico estreitamente relacionado às inovações das técnicas fotográficas que lhe são concomitantes”.

A grande mídia, por sua vez, é considerada como uma instituição que produziria a verdade, pois existe um efeito imaginário de neutralidade e objetividade em suas publicações. Megid (2008, p.14) afirma que:

[...] a mídia faz circular mitos, os quais participam da constituição de um efeito de transparência da linguagem jornalística, de forma que, para o imaginário do leitor ou telespectador, existe uma – e apenas uma – interpretação que se depreende de um fato relatado em um jornal. Desta forma, uma empresa jornalística seria, imaginariamente, responsável por relatar ou obscurecer a verdade de um acontecimento.

Esse instrumento de divulgação de “notícias” está constituído nesse espaço logicamente estabilizado produzindo efeitos de literalidade. Nessa direção, a mídia se utiliza, na necessidade de um efeito unívoco para suas notícias, das imagens/fotografias com a ilusão de afirmar o seu dizer. Deste modo, o surgimento da fotografia nas revistas faz surgir um pré-construído de comprovação dos fatos pelas imagens. No imaginário social a fotografia, em certos momentos, serve como prova de um acontecimento. Em alguns processos jurídicos a fotografia/prova é de grande valia. Vale considerarmos, enquanto pesquisadores, que a mídia tradicional impressa, na busca pela fidelidade ao produzir “verdade”, pode, através de técnicas, recortando imagens que não condizem com a verdade, fazer um jogo entre o visual e verbal, produzindo efeitos de sentidos de realidade. Veremos mais sobre essas técnicas no decorrer deste estudo.

Outro ponto importante que vale ressaltar é a mudança na estrutura dessas revistas, que passaram a separar as páginas por temas políticos, esportivos e as literaturas. “Em 1864 é que se percebe, marcadamente, o teor narrativo na revista, através da *Semana Ilustrada* e de *A Vida Fluminense*” (POÇAS, 2009, p.39). Além disso, a revista *Semana Ilustrada* foi uma revista que contribuiu para a utilização de textos noticiosos e também foi a primeira a utilizar a litografia como meio de reprodução de fotografias.

As revistas ilustradas como: *Semana Ilustrada*, *Revista da Semana*, *Komos*, *Fon-Fon!*, *Ilustração Brasileira*, *Careta*, *Para todos*, dentre outras, inicialmente tinham a charge

como principal manifestação imagética, logo se tornaram, com o surgimento da fotografia, os principais veículos de difusão das imagens fotográficas. De acordo com Ferreira (2006, p.151),

A especificidade da fotografia, em relação à linguagem verbal, mas também às outras formas de ilustração do texto (como a tipografia e a infografia), reside em sua linguagem, capaz de simular o real, ou seja, de produzir um efeito de referencialidade. O emprego da fotografia como técnica de escrita nos textos de revista impressa de informação semanal explora, sobretudo, esse efeito analógico, o que não exclui a função estética que a imagem, e mais especificamente a imagem fotográfica, exerce no texto editorial. Graças a essa função estética, a fotografia atua como um primeiro e principal ponto de fixação do olhar leitor sobre a página, seja pelas propriedades materiais (tamanho, cor, enfim, qualidade técnica que envolve o processo de produção da fotografia e de sua revelação), seja pelo interesse particular que essa narrativa desperta no olhar leitor. Esse interesse advém também, e talvez sobretudo, desse ‘mito’ de referencialidade, que remete a “isso pode ser verdade”. (p.151)

As inovações tecnológicas foram-se ajustando aos processos de produção das revistas, assim “a imagem das publicações impressas e os principais fatos políticos e sociais do Brasil passaram a fazer parte do repertório visual dos impressos e, por conseguinte, da linguagem visual dos brasileiros” (POÇAS, 2009, p. 40). Contudo, o uso de fotografias e ilustrações se torna frequente, em revistas, a partir dos anos de 1870.

Álvaro Tefé funda, no ano de 1900, a *Revista da Semana*, uma revista que ficou marcada por ser a primeira a utilizar fotografias feitas em estúdios fotográficos, ilustrando assim suas reportagens. Já no ano de 1902, outra revista, *O Malho*, foi fundada por Luis Bartolomeu, contendo conteúdos humorísticos e políticos. “Sua especialidade era a crítica política, realizada, principalmente, através das suas famosas caricaturas assinadas por J. Carlos, Raul, K. Lixo, dentre outros” (MOURA, 2011). E no ano de 1904, com a contribuição de Olavo Bilac, Pedro Rebelo e Emílio de Rebelo, a revista *O Malho* passou a ter um caráter mais político. As revistas brasileiras ilustradas ficaram marcadas por terem em suas publicações senso de humor nas críticas sociais e políticas.

Em 1908, Jorge Schimdt fundou a revista *Careta*, suas publicações faziam com frequência ironias e críticas políticas, em uma de suas capas havia a caricatura do presidente Affonso Penna.

O marco no ano 1928 para as revistas foi o surgimento da revista que trouxe uma nova linguagem para a imprensa nacional, a revista *O Cruzeiro*, fundada por Assis Chateaubriand, uma revista que ficou marcada na história das revistas brasileiras: “Com uma

programação visual arrojada, privilegiando a fotografia e reportagens mais objetivas, O Cruzeiro logo dominou o mercado editorial tornando-se referência gráfica, literária e jornalística de um enorme pedaço da história do Brasil” (MOURA, 2011). Além disso, segundo o autor, a revista alterou as formas convencionais de conteúdo, impressão e veiculação de notícia, ou seja, ajudou a desenhar a cara de um país, e se consagrou com a reportagem em profundidade e também pela reportagem fotográfica, que passou a ser a principal corrente editorial da época. O Cruzeiro, mais que informar, passou a interferir nos hábitos e costumes de uma sociedade, ou seja, passou a transformá-la e com isso, adquiriu um grande prestígio, fazendo com que outras revistas passassem a ingressar numa nova era, a da reportagem. Segundo Bhaia (1990, p.190) “à sua agilidade, dinâmica e objetividade, uma visão realista do país, essa revista que desvendou segredos, que descobriu o Brasil para os brasileiros”.

Outra publicação que não se pode deixar de destacar é a *Revista São Paulo*, publicação do governo paulista nos anos 30 do século passado. A revista tinha um projeto gráfico arrojado, que valorizava não só o fotojornalismo, como também a fotomontagem. Nesta publicação se destacam os trabalhos de Benedito Junqueira Duarte, que assinava Vamp, e de Theodoro Preising.

Ao final dos anos 30 do século XX, sobretudo, em 1939, imigraram para o Brasil fotógrafos de origem alemã, que traziam influências do movimento Bahaus, com a ênfase nas formas e no grafismo e o uso de recursos como ampliação, montagem, dentre outros. Os trabalhos que se destacaram na época foram os de Alice Brill, Hans Gunter Flieg, Hildegard Rosenthal e Fred Kleeman.

Em 1952, surge a revista *Manchete*, inspirada pela revista *Paris Match*, e tendo como principal forma de linguagem, a fotografia. A revista lançada por um imigrante russo, porém naturalizado brasileiro, Adolfo Bloch. Em poucas semanas chegou a ser a segunda revista de circulação nacional, mais vendida do país, ficando atrás apenas da revista O Cruzeiro.

As chamadas ‘revistas semanais de informação’ tiveram início no Brasil com a revista *Visão*, publicada em 1952 por empresários norte-americanos. Seu público-leitor era formado por empresários, executivos e homens urbanos de classe média. Ela surgiu na década pós-guerra, marcada pela nascente de uma sociedade urbana e industrial no país. Segundo historiadores sobre revistas, ela apresentava como características “um modelo de jornalismo que privilegiava a análise, a clareza das informações e a capacidade de síntese” (SCALZO, 2008, p. 31, *apud* POÇAS, 2009, p. 42).

Antes do decreto do Ato Institucional nº 5¹⁶, em dezembro de 1968, foi lançada a revista *Veja* da editora Abril com o primeiro exemplar publicado no dia 11 de setembro de 1968. Seus criadores foram os jornalistas Victor Civita e Mino Carta. Segundo Moura (2011, p. 13) esse acontecimento fez com que a revista tivesse muitos problemas com os órgãos de censura, logo de início, suas publicações chegaram a ser mutiladas e apreendidas. A revista teve como objetivo fazer uma resenha da semana, em que sua fundamentação era de oposição ao regime militar. Contudo, no início, a revista mostrava-se com pautas de centro-esquerda, porém a partir dos anos de 1990 a revista passou a se aliar as ideias do Liberalismo, deste modo suas publicações passam a veicular pauta associada às políticas de direita, como poderemos ver nas análises das capas mais adiante.

Após a revista *Veja*, anos depois, surgiram as revistas que fazem parte de nosso material de pesquisa, a *IstoÉ*, *Época*, *Carta Capital*.

IstoÉ, lançada em 1976, é uma revista semanal em que tem como temas predominantes política, economia, medicina, ciência, bem-estar e saúde. A revista *Época* teve sua primeira publicação em 1998, uma revista semanal cujo estilo é “baseado na revista alemã FOCUS, que se destaca por valorizar imagens com alto padrão de qualidade gráfica na apresentação de reportagens” (POÇAS, 2009, p. 47).

Sob o comando de Mino Carta, um dos jornalistas que participou da criação das revistas *Veja e IstoÉ*, entre outras, no ano de 1994 foi lançada a revista *Carta Capital*. De início, a revista circulou mensalmente, dois anos depois passa a ser quinzenal e em 2001 começa a ter suas edições publicadas semanalmente. Os assuntos abordados em suas edições são de economia, negócios, política e cultura. De acordo com Poças (2009), a *Carta Capital* é a que mostra, dentre as revistas *Veja*, *IstoÉ* e *Época*, uma postura política mais à esquerda. Sua tiragem é menor do que a revista *Veja*, além disso, o uso de propagandas em suas publicações também é menor.

Vale frisar que, neste trabalho, utilizamos fontes que não fazem parte do nosso dispositivo teórico, porém se fazem necessárias para abordarmos as condições de produção do nosso material de pesquisa, ou seja, mostrar um trajeto de informações sobre a história da constituição das revistas. Contudo, não concordamos com as avaliações que esses autores fazem sobre a linguagem, uma vez que para a Análise do Discurso não há como concordar com a “clareza das informações”.

¹⁶ [...] imposta pelo governo militar, na tentativa de adquirir controle absoluto sobre o conteúdo da imprensa e da arte, com os quais os cidadãos brasileiros entravam em contato. (SALLES, 2014, p.177)

Mesmo nos utilizando desse percurso histórico, é preciso observar que a concepção de linguagem dos historiadores instaura uma posição ingênua sobre a formulação-organização dessas revistas. Para a Análise de Discurso, a língua não é transparente, muito menos objetiva,

Os fatos não se narram a si mesmos, são narrados por um certo autor, de uma certa perspectiva, de uma certa maneira, para um certo público. Não são opiniões diferentes sobre os mesmos objetos; os autores se interessam por objetos diferentes. (ORLANDI, 2011, p.77).

2.1 - A mídia e a análise do discurso

Para compreendermos melhor o funcionamento das revistas, trataremos alguns conceitos sobre mídia e fotografia no modo como a Análise de Discurso os mobiliza.

Propomo-nos discutir sobre a fotografia, neste ponto, pois nosso recorte é composto por imagens e essas imagens não estão nas capas aleatoriamente. As fotografias dispostas nas capas foram selecionadas de acordo com a necessidade de provar a realidade dos relatos/fatos colocados em circulação, ou seja, não foi qualquer fotografia, foram imagens que estabeleciam uma relação com o que a revista pretendia produzir efeitos de sentidos.

Conforme já aludimos, há na instituição midiática o desejo de estabilizar os sentidos, e isso se dá, porque em nossa sociedade há um imaginário de que a imprensa tem uma necessidade em buscar a objetividade e a imparcialidade em seus relatos. Diante disso, a revista tenta se colocar como neutra, ou seja, não toma partido, assim, no imaginário de seus leitores os textos ali publicados são de caráter único e não de relatos possíveis. Dito de outra forma, esse mito, criado para preservar interesses econômicos e políticos das revistas, coloca a mídia como fonte de verdade.

Contudo, para a Análise de Discurso os sentidos não estão apenas nas palavras, nos textos, mas na relação com a exterioridade. Com isso podemos compreender que “O que existe, é um sentido dominante que se institucionaliza como produto da história: o “literal”. No processo que é a interlocução, entretanto, os sentidos se recolocam a cada momento, de forma múltipla e fragmentada [...]” (ORLANDI, 2011, p.144). Para Análise de Discurso, a linguagem não é transparente, ou seja, não está desprovida de opiniões ou posicionamentos ideológicos.

A Análise de Discurso nos permite compreender a linguagem como não transparente, fazendo parte de um processo discursivo em que se relacionam a história e a ideologia para que o sujeito se signifique. É importante compreender que o sujeito, a história e a linguagem sempre estão em construção, assim o efeito de sentido produzido em um texto nunca será estático ou final, assim não é possível controlar os sentidos. Segundo Megid, (2008) “um texto lido em um outro lugar, em um outro momento, por um outro sujeito, produz diferentes efeitos de sentidos”. Como é o caso de nosso material de análise – as capas - dependendo da posição do sujeito e do momento em que foram lançadas elas produzirão diferentes sentidos.

Para Althusser (1985), a imprensa, radiotelevisão, etc., faz parte do aparelho ideológico do estado. Há, segundo o autor, o Aparelho Ideológico repressivo como o governo, a administração, a polícia, o exército, os tribunais, as prisões e há também os Aparelhos Ideológicos¹⁷. Podemos definir:

[...] que enquanto o aparelho (repressivo) de Estado, unificado, pertence inteiramente ao domínio *público*, a maioria dos Aparelhos Ideológicos de Estados (na sua dispersão aparente) revela pelo contrário do domínio privado. Privadas são as Igrejas, os Partidos, os sindicatos, as famílias, algumas escolas, a maioria dos jornais, as empresas culturais, etc.,etc.... (ALTHUSSER, 1985, p. 22).

Esses aparelhos ideológicos distinguem-se, pois há uma diferença fundamental, enquanto o Aparelho repressivo de Estado funciona pela violência, os Aparelhos Ideológicos de Estados funcionam pela ideologia. Contudo, ao reformular essa distinção, Althusser (1985, p.54) define que, seja o Aparelho ideológico repressivo ou ideológico, ambos funcionam pela violência e pela ideologia, o que há, então, de diferente é que “o Aparelho Ideológico (repressivo) de Estado funciona de uma maneira massivamente prevalente pela repressão (inclusive física), embora funcione secundariamente pela ideologia”. Por outro lado, “os Aparelhos Ideológicos de Estado funcionam de um modo massivamente prevalente pela ideologia, embora funcionando secundariamente pela repressão, mesmo que no limite, mas apenas no limite, esta seja bastante atenuada, dissimulada ou até simbólica”. (ALTHUSSER, 1985, p. 54)

Outro ponto importante que vale compreendermos é o uso de imagens na mídia. Megid (2008), ao retomar Orlandi coloca que o “uso da linguagem não-verbal na mídia (cada vez mais relevante para o jornalismo) produz um efeito de transparência, um efeito ideológico

¹⁷ Designamos por Aparelhos Ideológicos de Estado um certo número de realidades que se apresentam ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas. (ALTHUSSER, 1985, p.20)

que “se funda e dá sustentação a (...) alguns “mitos” (...) que definem a linguagem para o discurso social, para o senso comum”. (op.cit. p.16).

Neste momento, abordaremos um pouco sobre a imagem fotográfica e seus efeitos, pois concebemo-la como materialidade de discurso. De modo que para Cazarin e Rasia (2014, p.197), precisamos considerar também as imagens, “os recursos disponibilizados pela mídia, imagens e recursos estes que, antes de se constituírem gestos de interpretação do analista, são já gestos de interpretação da própria mídia, na medida em que resultam de recortes seletivos relacionados a injunções na ordem do dizer/mostrar”,

Orlandi nos coloca que, na Análise de Discurso, podemos trabalhar tanto com a linguagem visual, quanto com a linguagem verbal, pois essa teoria:

Resistiu ao fato de linguagem sua complexidade e sua multiplicidade (aceita a existência de diferentes linguagens) e busca explicitar os caracteres que o definem em sua especificidade, procurando entender o seu funcionamento. Isto porque a AD trabalha não só com as formas abstratas, mas com as formas materiais da linguagem. E todo processo de produção de sentidos se constitui em uma materialidade que lhe é própria. Assim, a significância não estabelece na indiferença dos materiais que a constituem, ao contrário, é na prática material significante que os sentidos se atualizam, ganham corpo, significado particularmente. (ORLANDI, 1995, p. 35).

Tomamos a fotografia, enquanto gestos de interpretação que materializam discursos afetados pela ideologia, na história, pois o fotógrafo ao “escolher” o que vai ser fotografado ele já está interpretando e quando se interpreta já está preso a um sentido. Sendo assim, não há como pensar na produção de sentidos sem a intervenção da história, uma vez que ela é a condição necessária para que os movimentos de significação se produzam.

Zen (2007) considera que “As imagens do mundo retornam pelas mãos dos fotógrafos-autores aos olhares do cidadão comum, estreitando uma aproximação virtual com outros povos e lugares antes apresentados através de relatos”. Diante disso, segundo Zen (2007, p.32), “a fotografia passa a ser um material eficaz pela força de seu discurso persuasivo e ilusório e homogeneizando padrões de comportamentos que reforçam ou criam novos modelos de dominação”.

Pode-se afirmar, portanto, que a imagem é muito significativa nos meios de comunicação como é o caso das revistas, que iremos analisar posteriormente, já que a fotografia está articulada a escrita e “essa articulação é extremamente importante pela força que o discurso adquire ao se investir em duas materialidades” (ZEN, 2007, p. 32).

Em síntese, compreendemos que a mídia funciona como uma instituição que se utiliza da linguagem visual e verbal na ilusão de produzir um sentido “único”, “concreto” e “verdadeiro”. E para obter um determinado efeito e não outro a mídia consubstancia o saber técnico e esse saber faz funcionar uma linguagem específica, além da linguagem verbal, fazem-se necessárias estratégias na linguagem visual, como por exemplo, nas cores, na textura, no modo como é aplicado a imagem, etc., assim esses saberes fazem funcionar sentidos que podem colocar como verdade determinado assuntos.

Contudo, convém lembrar que para a Análise de Discurso a língua não é transparente, portanto está sujeita a falha e equívoco. Deste modo, seguindo a tese de Pêcheux consideremos que a língua serve para comunicar e também para não comunicar. Para Nunes (2012, p.36), a tese de Pêcheux nos mostra “o equívoco de noções que funcionam num efeito de estabilidade como as de comunicação e de informação, as quais circulam no efeito de transparência do sentido, sustentadas na concepção universalizante do discurso jurídico”.

CAPÍTULO III

A RELAÇÃO ENTRE *IMPEACHMENT* E GOLPE: UM ACONTECIMENTO DISCURSIVO

Como já afirmamos, a noção de acontecimento discursivo é de fundamental importância para entendermos a configuração das disputas de sentidos em relação ao processo de impedimento da presidenta Dilma Rousseff. Retomando a afirmação de Pêcheux de que um “acontecimento é o ponto de encontro de uma atualidade e uma memória”, tomamos a explicitação de Zoppi-Fontana (2002) sobre essa noção. A autora, compreende o acontecimento discursivo:

[...] como o lugar material onde o real da língua e o real da história se encontram produzindo uma ruptura, uma interrupção e uma emergência nas relações de continuidade definidas pelos rituais enunciativos que conformam as práticas discursivas na sua historicidade, i.e. na determinação do sentido e do sujeito por formações discursivas inscritas no complexo de formações ideológicas. Assim, o acontecimento discursivo produz a ruptura de uma prática discursiva pela transformação dos rituais enunciativos que a definem; a interrupção de um processo de reformulação parafrástica de sentidos pela mudança das condições de produção; a emergência de um enunciado ou de uma posição de sujeito novos que reconfiguram o discurso, e através deste participam do processo de produção do real histórico. O acontecimento discursivo produz efeito de retorno (de deslocamento e desregularização) não só sobre a memória discursiva e as materialidades discursivas que a configuram, mas também sobre os próprios processos históricos e sociais dos quais o discurso participa como prática, agindo eficazmente na reprodução/transformação das relações sociais. É assim que o discurso, enquanto uma das formas materiais da ideologia, se inscreve como força material nas práticas históricas, produzindo (e não só refletindo) o real histórico. (ZOPPI-FONTANA, 2002, p. 182)

O processo de impedimento da ex-presidenta Dilma Rousseff foi um acontecimento tenso que marcou a história do Brasil. Esse fato histórico¹⁸ fez/faz circular na sociedade um

¹⁸ [...] quando nos referimos a fatos e acontecimentos históricos, partimos do princípio de que, em Análise do Discurso (AD), o que interessa não é o acontecimento em si, o evento empírico; o que interessa é o acontecimento tomado enquanto fato histórico, resultado de uma interpretação – o fato histórico, como afirma Le Goff (1996), já é uma construção que atesta a história como prática social e, por conseguinte, sua não neutralidade. Reconhecemos, no entanto, que um acontecimento em si pode ocorrer independentemente do sujeito, mas só se torna fato histórico quando por ele simbolizado. Acreditamos, também, que acontecimentos em si, mesmo que negligenciados pelos historiadores, como afirma Le Goff (1996, p. 11), na perspectiva da AD, são entendidos no sentido de que essa negligência é também ela resultado de um gesto interpretativo, pois o “esquecimento” e/ou o silêncio também significam. De qualquer forma, neste texto, o acontecimento em si, tomado como fato histórico, é o que concebemos como acontecimento histórico, como algo pontual, capaz de gerar múltiplas discursividades, muito embora, dado à incompletude do discurso, um acontecimento, na maioria

sentido outro, ou seja, golpe. Isso nos leva a entender que houve um litígio, marcado pelas relações de força, sobre a designação entre *impeachment* e golpe, pois o que era para estar na ordem do jurídico passa a funcionar através de relações de força¹⁹, dito de outro modo, Dilma deveria ser julgada e condenada, se fosse o caso, através de provas/comprovação de que ela cometeu crime de responsabilidade fiscal, contudo observamos que não foi o que aconteceu, a ex-presidenta foi condenada por qualquer outro motivo, menos por ter cometido pedaladas, pois, o Ministério Público Federal concluiu que “as pedaladas fiscais” não se configuram como crime²⁰,

Na conclusão do Ministério Público Federal, a "pedalada" fiscal envolvendo o Plano Safra, um dos motivos que baseiam o pedido de *impeachment* contra a presidente Dilma Rousseff, não é operação de crédito, nem crime; o órgão aplicou o mesmo raciocínio para outras "pedaladas" que não estão relacionadas com o pedido de *impeachment*; o procurador da República Ivan Cláudio Marx, responsável pelo caso aberto no MP do Distrito Federal, pediu arquivamento do inquérito nesta quinta-feira 14; na última sexta, ele já havia pedido o arquivamento de um caso semelhante relacionado ao BNDES; na decisão de hoje, ele levantou suspeitas sobre "eventuais objetivos eleitorais" com as "pedaladas".

Embora o Ministério Público Federal tenha concluído que não houve “pedaladas”, a mídia tradicional continuou publicando notícias de que o impedimento foi legal, dentro dos parâmetros da lei, ou seja, continua nessa posição de reafirmação do *impeachment*, sustentado no discurso da legalidade. Por outro lado, as mídias independentes continuam, ainda mais, se posicionando contra a noção de *impeachment*, afirmando cada vez mais que o processo se configura como um golpe. Um exemplo recente e que vale dar visibilidade é a formulação que a Mídia News²¹ publicou,

dos casos, já é resultado de uma discursividade anterior, de uma construção discursiva. (CAZARIN & RASIA, 2014 p. 194)

¹⁹ Quando o processo de *impeachment* foi contestado pela falta de provas, dizia-se que o julgamento não era jurídico, mas político – como se a Constituição não exigisse a comprovação de crime. Depois que ficou clara a inexistência de conduta ilícita, passou-se a afirmar que Dilma deveria ser afastada pelo “conjunto da obra”, pela “perda de popularidade”, por “não saber negociar com o Congresso”. Mais ou menos como na fábula do lobo e do cordeiro, diante da falta de argumentos, prevaleceria um ato de força. (Moretzsohn, 2016, p. 2)

²⁰ Disponível em: <https://www.brasil247.com/pt/247/brasil/243987/MPF-confirma-mais-uma-vez-Dilma-%C3%A9-inocente.htm> . Acesso em: 02/02/2018.

²¹ Disponível em: <https://www.midianews.com.br/cotidiano/curso-da-unemat-trata-impeachment-de-dilma-como-golpe/321223> . Acesso em: 05/05/18.

Curso da Unemat trata impeachment de Dilma como golpe

A iniciativa da Unemat foi recebida com indignação por pessoas contrárias à tese do golpe

Figura 6 – Trecho publicado na Mídia News

Percebe-se que nesta formulação o jornal coloca que “O curso da Unemat trata o *impeachment* de Dilma como golpe”, ou seja, não é o jornal que compreende o *impeachment* como golpe e sim a UNEMAT. Na sequência, o jornal Mídia News dá visibilidade às FDs em litígio, ou seja, para o jornal a Unemat é contrária ao impedimento, mas, em contrapartida, há “pessoas”, que são contrárias à designação do *impeachment* como golpe. A mídia não designa quem são as pessoas contrárias, nisso pode-se pensar que até ela pode ser contrária, porém tenta passar um sentido de neutralidade. Deste modo, dizer golpe põe o sujeito em uma posição e dizer *impeachment* já o coloca em outra posição, e é na luta por esses sentidos que compreendemos a linguagem em movimento.

Na revista Carta Capital, em um texto escrito por Leandro Isaac Yarochevsky, há uma citação que o autor faz do livro “Resistência ao Golpe de 2016”, a qual torna-se interessante colocar aqui: “[...] Mas, omitir-se em processo de análise de *impeachment*, que exige, segundo a Constituição Federal, a prova de crime de responsabilidade da Presidenta da República, é, no mínimo, o pior dos comportamentos, semelhante a Pilatos, que, ao lavar as mãos, enviou um inocente à morte”.²²

Nesta perspectiva, podemos afirmar que no período de impedimento de Dilma houve distintas posições discursivas. Entendemos por posição discursiva, fundamentados na teoria da AD. Para Orlandi (1999, p.11)

[...] o sujeito, na análise de discurso, é posição entre outras, subjetivando-se na medida mesmo em que se projeta de sua situação (lugar) no mundo para sua posição no discurso. Essa projeção-material transforma a situação social (empírica) em uma posição-sujeito (discursiva).

²² Disponível em: <http://justificando.cartacapital.com.br/2016/06/13/a-trajetoria-do-golpe/> . Acesso em: 02/02/2018.

Diante disso, Orlandi (2013, p.43) compreende que uma FD “se define como aquilo que numa formação ideológica dada - ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada, determina o que pode e deve ser dito”.

Schons (2015, p.185), ao compreender o conceito de FD a partir de Pêcheux, considera que,

[...] o dizer de um sujeito inscreve-se, sempre, por identificação, em alguma FD que autoriza certos discursos e impede outros. Ou seja, o sujeito, ao produzir seu discurso, o faz afetado pela ideologia e pelo inconsciente e, por conseguinte, seu dizer inscreve-se, sem que ele perceba, em uma FD determinada, de onde não só ele retira os elementos de saber que se organizam no interior de seu discurso, como também, e sobretudo, ele se significa ao significar ou ressignificar o seu dizer.

Nesta perspectiva, compreendemos que a palavra *impeachment*, na ordem do discurso, possuiu duas formas de significar o acontecimento. O que nos permite dizer que havia duas formações discursivas em confronto, a do *impeachment* e a do golpe. Para sustentarmos nossa discussão trouxemos mais um recorte retirado da revista *Época*, cuja edição é a mesma da capa que iremos analisar no próximo capítulo.

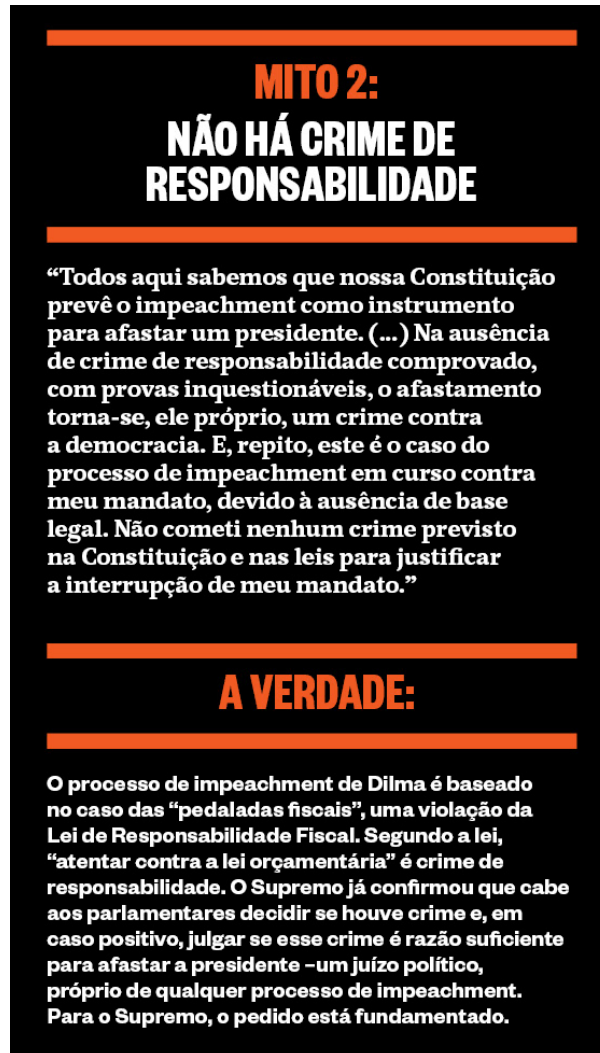


Figura 7 - Trecho publicado na Revista Época

Neste recorte, nota-se que a revista *Época* traz como mito, entre aspas, a fala de Dilma Rousseff e abaixo traz o que a instituição considera como verdade. Percebe-se que a revista ao fazer a relação entre mito e verdade, se posiciona a favor do *impeachment*, considerando-o como um processo que estava ocorrendo dentro de legalidade. No fragmento posto pela revista, Dilma teria afirmado que não houve crime de responsabilidade fiscal, ou seja, as “pedaladas”, contudo, a revista considera que quem vai determinar se houve ou não crimes de responsabilidade fiscal são os parlamentares, ou seja, afirma que o processo está ocorrendo na ordem da lei.

Em confronto, temos o recorte retirado da revista *Carta Capital*, publicado no dia 05/04 de 2016²³

²³ Disponível em: <https://www.google.com/amp/s/www.cartacapital.com.br/revista/895/e-golpe-sim/@@amp> . Acesso em: 04/05/2018.

É golpe, sim!

Nessa formulação, é possível percebermos uma formação discursiva distinta do primeiro recorte. Neste caso, a revista se posiciona contra o impedimento, pois o considera como um golpe. Ao afirmar que é golpe, nota-se que a Carta Capital está alinhada a um posicionamento contrário ao impedimento de Dilma, e isso produz sentidos de que o *impeachment* não ocorreu de forma legal, como no primeiro recorte. Dessa maneira, dizer golpe nesse momento é extremamente significativo, pois mostra também uma posição política. Um outro recorte que gostaríamos, de mostrar foi retirado da nota de rodapé do artigo de Moretzsohn (2016, p.4), segundo a autora esse fragmento é de José Geral Couto e é um comentário feio em seu Facebook em mais de 2017:

a moda agora é colocar entre aspas a palavra golpe e atribuí-la à “narrativa petista”.

pois bem, então vamos lá, com a paciência que estes dias requerem:

- *a narrativa petista diz* que o ministério do governo interino tem sete investigados na lava-jato, além de acusados por vários outros crimes;
- *a narrativa petista diz que* o próprio presidente interino foi condenado pelo tre-sp e tornado inelegível por oito anos;
- *a narrativa petista diz que* o ministro da justiça do governo interino foi advogado de uma empresa ligada ao pcc; advogou também, vejam só, para o deputado eduardo cunha, que segundo a narrativa petista é réu em vários processos no stf e escondeu no parlamento a existência de contas secretas na suíça;
- *a narrativa petista diz que* o governo interino extinguiu no seu primeiro dia uma porção de ministérios, entre eles o da cultura, o do desenvolvimento agrário e o das mulheres, da igualdade racial e dos direitos humanos - certamente assuntos que não interessam a um governo de salvação nacional;
- *a narrativa petista diz que* o governo interino extinguiu também a controladoria geral da união, órgão autônomo importante na fiscalização dos desmandos e da corrupção no governo federal;
- *a narrativa petista contagiou* os principais órgãos de *imprensa do mundo*, que, *quando não usaram a palavra golpe, sem aspas, manifestaram no mínimo dúvidas sobre a lisura do processo de impeachment e, principalmente, sobre a qualidade e as intenções dos que o perpetraram*;
- *a narrativa petista contagiou* também gente como antonio candido, augusto de campos, joaquim barbosa, luiz carlos bresser pereira, caetano veloso, raduan nassar, luis fernando veríssimo, brian eno e o prêmio nobel da paz adolfo pérez esquivel, deixando entretanto incólumes espíritos privilegiados como lobão, roger, alexandre frota e paulo ricardo (lembram dele?);
- *a narrativa petista diz que* só há homens brancos no ministério do governo interino;

- *a narrativa petista diz que* a composição do ministério representa as forças mais conservadoras da sociedade;
 - *a narrativa petista diz que* o ministro da fazenda do governo interino anuncia medidas contra direitos trabalhistas adquiridos e de enfraquecimento dos programas sociais em andamento;
- outro lado:
*a narrativa golpista não quis se manifestar sobre os assuntos mencionados.*²⁴

Percebe-se que o autor, nesta formulação, atribuí a palavra golpe aos petistas, ou seja, colocar entre aspas a palavra golpe é atribuí-lo a narrativa petista. No decorrer de sua escrita o autor coloca diversas formulações iniciando com a repetição: “a narrativa petista diz que...”. Couto escreve algumas acusações contra o *impeachment*, porém em nenhum momento ele se coloca nos dizeres. Deste modo, dizer que se é contra é estar ligado a narrativa petista. No final, o jornalista utiliza a palavra golpista relacionando de forma irônica aos acusados de golpe. Esse recorte e os anteriores dão visibilidade aos sentidos distintos que circularam/circulam na sociedade sobre o processo. Dizer golpe e dizer *impeachment* significam na tensão, no litúgio pelo poder da palavra, pois há em funcionamento uma memória discursiva que sustenta tais sentidos.

Assim, as palavras *impeachment* e golpe “se revestem de sentidos determinados pelas posições ideológicas que estão no processo sócio-histórico, no interior de uma formação discursiva (FD)” (SCHONS,2015, p.182).

A revista Carta Capital ao se pronunciar já inscrita na FD do Golpe, está atualizando a memória do golpe de 1964²⁵, pois a palavra golpe já era discursivizada por grupos de resistência à Ditadura Militar, é o que podemos ver no enunciado a seguir:

*A mídia, que apoiou o golpe militar de 1964, volta mais moderna e eficaz, em nome de interesses mesquinhos e venais, a apoiar o golpe de 2016.*²⁶

Reconhecemos, portanto, que dizer GOLPE, nas capas de 2016, marca um acontecimento discursivo, pois essa palavra marca a diferença entre a atualidade (*impeachment*) e a memória do golpe de 64. De acordo com Cazarin e Rasia (2014, p.195), para que haja um acontecimento discursivo é necessária uma ruptura com o já estabilizado anteriormente, inaugurando “uma nova “estabilidade” discursiva, mas não logicamente

²⁴ A citação segue a mesma formatação da fonte.

²⁵ A tomada do governo pelos militares.

²⁶ <http://justificando.cartacapital.com.br/2016/06/13/a-trajetoria-do-golpe/>

organizada, pois esta tem a ver com a ordem do discurso que joga com a materialidade linguística e a materialidade histórica”. Uma nova FD surge e conseqüentemente um novo sujeito histórico.

Nesta perspectiva, o processo de impedimento da ex-presidenta Dilma Rousseff é tomado como um acontecimento histórico e, por consequência, a partir das discursividades que o engendram, constitui-se como um acontecimento discursivo, pois assinala o “ponto de encontro de uma atualidade e de uma memória” (PÊCHEUX, 2012, p.17). Ou seja, é um acontecimento discursivo, pois dá visibilidade ao litígio na produção de sentidos de golpe e *impeachment* e marca as FDs em confronto, mostrando, assim, a relação com a memória do golpe 1964.

Por fim, compreendemos que a partir do acontecimento histórico daquilo que foi chamado de *impeachment*, a discursividade midiática instaurou uma ruptura que provocou uma reorganização dos saberes e (res)significou os sentidos entre *impeachment* e golpe.

CAPÍTULO IV

ANÁLISES

Neste capítulo, damos visibilidade à análise das quatro capas de revistas que compõem o *corpus* de pesquisa. São capas que circularam no ano de 2016, ano em que Dilma Rousseff teve que deixar a presidência da República em razão do processo de *impeachment*. Temos como questões motivadoras para a análise dessas capas: *Como a relação entre a formulação verbal e a formulação visual produzem sentidos para a participação da mulher na política? Como as formulações verbais e visuais das capas produzem sentidos para o comportamento da presidenta nas condições do impeachment?*

O estudo das capas é interessante, pois elas são compostas por formulação que de imediato são oferecidas ao leitor. Podem ser consideradas como promotoras de uma entrada primeira para a leitura das “coisas a saber” sobre determinado assunto, e, muitas vezes, são também a única leitura que o leitor fará sobre um determinado assunto. Deste modo, é de suma importância analisar como as revistas abordam em suas capas o impedimento da ex-presidenta Dilma Rousseff e como as capas podem marcar as posições ideológicas destas revistas, o que configura um modo de relação entre o que é produzido para ser lido e o leitor. Ao considerarmos que as capas apresentam os assuntos principais e mais relevantes, demarcando a “opinião” da revista sobre determinado assunto, podemos dizer que há nas capas das revistas uma posição ideológica que diz de uma determinada posição e não de outra, no caso das revistas analisadas, temos posição de esquerda (progressista) e posição de direita (conservadora).

Megid (2008, p.17) compreende as capas sendo fundamentais “para determinar a relevância de um assunto” e é com a capa que o leitor irá ter o primeiro contato com a revista, sendo assim, é a partir dela que ele vai decidir se compra/lê o exemplar ou não. E para atingir esse efeito impactante no leitor a capa deve ser atraente e a mais sucinta possível, além disso, a montagem deve ser criativa, fazendo com que cativa seu leitor. É o que vimos em nossos materiais em relação ao efeito de relevância dos assuntos em pauta, uma vez que todas as capas analisadas estão relacionadas ao assunto principal em que as revistas estão tratando. Contudo, compreendemos que essas capas, ao pensarmos sua composição heteróclita entre a formulação visual e a verbal:

[...] se complementam, mas que se relacionam pela contradição, cada uma fazendo trabalhar a incompletude na outra. Ou seja, a imbricação material se dá pela incompletude constitutiva da linguagem, em suas diferentes formas materiais. Na remissão de uma materialidade a outra, a não-saturação funcionando na interpretação permite que novos sentidos sejam reclamados num movimento de constante demanda. (LAGAZZY, 2009, p. 68)

De início, podemos compreender as capas marcadas por gestos de interpretação produzidos pela mídia, que materializam discursos afetados pela ideologia, na história. Deste modo, através das condições de produção, vemos que as capas atualizam memórias de dizeres produzidos sobre a mulher e sobre a política.

As capas aqui analisadas circularam entre os meses de março e julho de 2016: Revista *Época* – 28/março de 2016; Revista *Istoé* – 06/abril de 2016; Revista *Veja* – 20/abril de 2016; Revista *Carta Capital* – 11 de julho de 2016.

Passamos, então, à análise dos recortes selecionados para compor este estudo. Nosso primeiro recorte, que é a capa da revista *Época* de edição 928 publicada pela editora Globo no ano de 2016, e é composta por recursos visuais e verbais.

RECORTE I



Figura 8 - Capa da revista *Época* (02/03/2016)

Iniciamos levando em conta as condições de produção em que essa revista circulou, buscando compreender como a imagem da ex-presidenta significa nessa capa. Analisando, assim, a linguagem visual produzida a partir da fotografia recortada pela revista.

A respeito do visual, nota-se que há uma relação entre a imagem e a cor, pois além de recortarem uma imagem que traz marcas faciais; marcas de expressão na testa (preocupação); um olhar cabisbaixo, desanimado, indignado, abatido; a revista ainda coloca as cores, preta e branca, fazendo com que ao olharmos vejamos uma pessoa que esteja vivendo algo preocupante.

Além disso, há uma pintura em seu rosto, que podemos considerar como uma camuflagem. Vale frisar que a pintura é uma montagem da própria editora. O que nos chama a atenção, também, é que os riscos desenhados no rosto de Dilma estão na cor vermelha. Segundo Orlandi (2013, p. 29), a cor vermelha “está ligada historicamente a posições revolucionárias, transformadoras”, assim, compreendemos que a cor vermelha na revista, marca o posicionamento político de Dilma Rousseff, petista (cor vermelha), guerreira, e, também, guerrilheira.

Além disso, a pintura no rosto nos remete a uma memória do ritual indígena de guerra. Observamos, então, ao simular uma pintura no rosto da ex-presidenta, a revista busca constituir uma imagem de guerrilheira, considerando que guerrilheira significa pela participação de Dilma na ditadura, mas a formulação visual da capa da revista produz um efeito negativo para essa posição de guerrilha, pois os sentidos que se constituíram na mídia, a partir da memória da ditadura, para “Dilma Guerrilheira” é de alguém que descumpria a lei (assaltava, matava etc.²⁷) Assim, a revista faz significar a presidenta como alguém que descumpra com a lei tanto na ditadura quanto agora com as “pedaladas fiscais”. Assim, tanto o efeito de guerrilha, quanto o do ritual indígena de guerra, marcam a necessidade de luta a ser enfrentada por Dilma, em relação ao processo de impedimento.

As pesquisadoras, Flores, Gallo e Neckel (2015, p. 12), ao analisar as capas da revista *Época* de 2010, que também coloca Dilma como guerrilheira, consideram que:

[...] a revista *Época* se propõe a divulgar o passado da candidata à Presidente da República, relacionando-a a movimentos de esquerda, como subversiva e terrorista, construindo a imagem de guerrilheira para a candidata. [...] Ou seja, para a revista *Época*, a candidata representa o mal, uma vez que

²⁷Disponível em: <https://memoriadobrasil.wordpress.com/?s=dilma+guerrilheira> . Acesso em: 07/02/2018.

participava de uma organização que “pegava em armas” e “usava nomes falsos”, práticas condenáveis em um Estado de direito.

Levando em consideração as condições de produção dos sujeitos e dos sentidos, podemos dizer, parafraseando Beauvoir (1970), que não se nasce petista, não se nasce guerrilheira, torna-se petista, torna-se guerrilheira, através do processo “que envolve o indivíduo, seu assujeitamento, sua individuação pelo Estado, as imagens que o envolvem socialmente, e o modo como ele se identifica e é identificado, significando, etc.” (ORLANDI, 2015, p.191). Deste modo, a revista *Época* repete o discurso de que Dilma é guerrilheira e essa repetibilidade na imprensa tradicional “visa à produção de um *efeito de verdade*” (INDURSKY, 2007, p. 79). Compreendemos, então, que a revista constrói a imagem de Dilma como petista e guerrilheira, sendo o sentido alinhado mais para o lado pejorativo da guerrilha.

Outro ponto importante, que gostaríamos de destacar, é o fato de a revista, ao trazer na capa a imagem da ex-presidenta com a pintura no rosto, mobilizar também a memória do impedimento do ex-presidente Fernando Collor. Nesse período, além das capas de revistas que apresentavam essa temática, como ato de manifestação contrário ao governo de Collor, muitas pessoas foram às ruas com os rostos pintados, contudo, as cores eram verdes e amarelas, “representando” a pátria brasileira. Esses manifestantes ficaram conhecidos como “caras pintadas”, rememorando os “cara pálida” da guerra indígena. Sendo assim, o ato de pintar o rosto pode significar um movimento de luta/guerra, manifestação, enfrentamento, e ao colocar a cor vermelha e não verde e amarela, faz significar a formulação verbal GUERRA.

É possível compreender que Dilma está lutando pelo partido do PT, cuja cor que o representa é a vermelha, e não pela pátria brasileira. Deste modo, cria-se um imaginário de que Dilma luta apenas pelo partido e se torna contra o povo brasileiro, isso está ligado também as manifestações que ocorreram durante o processo de *impeachment*, as pessoas que saíam às ruas em manifestações contra o governo se pintavam nas cores verde e amarela e, além disso, usavam camisetas representando as cores da bandeira do Brasil e, por outro lado, tinha-se as pessoas que eram contra o impedimento, então, víamos pessoas vestidas nas cores vermelhas e que se pintavam com a cor vermelha. Compreendemos que há a instauração de um litígio, que se mostra visível pelo discurso das cores, ou seja, entre as cores verde e amarela e a vermelha, designando respectivamente as posições contra e a favor do *impeachment*.

Buscando sobre o significado dessas pinturas no rosto, vimos que, em uma guerra ela tem a função de camuflar os soldados do alcance dos seus inimigos. Assim, a revista, ao colocar esses riscos no rosto de Dilma já a coloca em um estado de guerra, pois em nossa memória já há um pré-construído da camuflagem e da guerra indígena que foi feita para confronto/guerra/luta/disputa.

Nesse momento, cabe então trazermos os enunciados que compõem a capa.

Dilma vai à guerra

“A presidente acusa um golpe que não existe e parte para cima da Lava Jato - mas continua sem força política para resistir ao impeachment”

Observamos que a formulação “DILMA VAI À GUERRA” está relacionada a imagem, diante disso, mais uma vez há um jogo entre os sentidos de guerreira e guerrilheira, mostrando, contudo, que, nesse momento, a presidenta estaria pronta para a guerra do poder. É possível compreender, então, que a mídia faz circular o sentido de que Dilma Rousseff, além de ser uma representante feminina no poder político, ainda representa à militância política.

Contudo, levando em consideração as condições de produção, nos questionamos: Será que Dilma foi à guerra ou ela foi posta nesse conflito? Através das condições de produção, compreendemos que não é Dilma quem vai à guerra, como sugere a capa da revista, mas são seus adversários políticos que a “jogam/colocam” nessa guerra pelo poder, ou seja, é construída uma guerra para derrubá-la do posto de presidenta. Deste modo, Dilma precisa se defender quase sozinha, sem aliados e quase sem o poder, pois a presidência só funciona com seus aliados e maioria na câmara dos deputados não a apoiava.

A metáfora da “guerra” utilizada pela revista para representar o jogo político do impedimento, constitui um sentido que foge ao processo de administração de um país e construiu um sentido de “disputa”. O impedimento deixa de ser um julgamento sobre questões administrativas e ganha o sentido de luta para derrubá-la, ou seja, luta pelo poder, constituindo assim as posições de relações de poder na relação entre a presidência, câmara e senado. É por esse viés de guerra que os sentidos de golpe são legitimados, pois não há uma avaliação sobre a postura administrativa da presidenta e sim uma questão pessoal e partidária para tirá-la da presidência.

Há uma articulação política, pelo que podemos notar no enunciado:

“A presidente acusa um **golpe que não existe** e parte para cima da Lava-Jato- mas continua **sem força** política para resistir ao **impeachment**”.

Por esse enunciado observamos que a revista já se coloca em um posicionamento contrário ao de Dilma, pois a palavra presidente já significa em nossa sociedade, ou seja, existe um imaginário de que quem é a favor pronuncia **presidenta** e quem é contrário pronuncia **presidente**. Isso acontece, pois, conforme SILVA (2015, p.73-74),

[...] uma mulher chegar à Presidência da República Federativa no Brasil se deu como um fato histórico, que, por uma falha na língua [quebra do ritual/regularidade do uso *presidente*] promoveu-se um acontecimento discursivo, pois que tal fato se marca como uma ruptura dos sentidos, que até então significavam apenas o homem para o cargo de presidente. Ao referir-se como *Presidenta* e não *presidente*, Dilma Rousseff significa na língua, pelo discurso, a materialização ideológica que significa o lugar de existência e de resistência da mulher, para ocupar funções e papéis importantes em nossa sociedade. A formulação *Presidenta*, nessas condições de produção, significa a falha na língua que promove o equívoco na rede de sentidos, em que só o termo *presidente* podia designar o cargo mais alto da instância governamental do Brasil. Assim, o fato de uma mulher chegar à presidência do país, rompe com uma regularidade hegemônica historicamente instaurada, pela via de um dizer outro, *presidente* > *Presidenta*. Ao afirmar que veio para abrir as portas para as outras mulheres, Dilma Rousseff faz funcionar, pelo imaginário discursivo, o efeito de sentido de que está a serviço das mulheres, de que é a representante legítima de todas as mulheres, enfim, de que sua posição no governo é a de porta-voz, acima de tudo, das mulheres brasileiras.

Outra marca que podemos considerar que a revista é contra o governo de Dilma é a sequência marcada pela negação: “acusa um golpe que não existe”. Pode-se perceber que a revista tenta colocar o *impeachment* como algo institucional, negando que o *impeachment* seja um golpe, conforme já mencionamos antes.

No enunciado “**mas** continua **sem força** política para resistir ao **impeachment**”, compreendemos que Dilma é um soldado abatido, sem força, ou seja, é impossível Dilma vencer essa guerra, pois para enfrentar uma batalha, um bom soldado deve estar preparado fisicamente, mentalmente e além de tudo deve ir acompanhado de outros soldados. Com isso, notamos que a mídia coloca que Dilma já foi vencida antes mesmo de terminar a “guerra”, pois a conjunção adversativa “mas” tem valor de aditiva nesse caso, ou seja, não se vence uma guerra sozinha.

Gostaríamos de mencionar, neste trabalho, que no ano de 2014, ano de eleição presidencial, a revista *Época* lançou uma revista, cujo tema era o mesmo, *Dilma vai à guerra*, porém eram outras as condições de produção.



Figura 9 - Capa da revista *Época* (02/05/2014)

É interessante pensarmos neste ponto como a revista coloca a fotografia de Dilma em uma e na outra capa. Na imagem desta capa, podemos ver que o semblante da ex-presidenta está bem mais calmo, com um sorriso sereno. Contudo, utilizam as mesmas cores, só que nessas condições vimos que essas cores não estão a colocando como uma pessoa derrotada. Outro ponto é o olhar, Dilma está olhando para frente, ao contrário da outra em que a colocam cabisbaixa, nesta não se vê um olhar derrotado.

Além disso, nesta capa não vimos os riscos nos olhos de Dilma, e nessas condições de produção, caberia, pois, naquele momento aconteciam as eleições presidenciais, e considerando as eleições uma disputa, que foi bem acirrada, aí sim, ela foi à guerra pelo poder.

A editora *Época* trouxe em uma nota, confirmando o que dissemos anteriormente, “[...] Mas na corrida eleitoral quem saiu na frente foi a Dilma. Com isso ganhou a capa desta semana”.

II RECORTE

Considerando as condições de produção da revista *IstoÉ*, essa posição se marca como uma posição contrária a presidenta e a favor do *impeachment*, ou seja, os dizeres fazem significar uma presidenta sem condições para governar.



Figura 10 - Capa da revista *IstoÉ* (Edição 2417)

A revista *IstoÉ*, edição nº 2417, foi veiculada *impresa e online*. Na capa da revista, nosso recorte II, temos em destaque a imagem do rosto da ex-presidenta como se estivesse irritada, ou seja, vê-se uma mulher com a boca aberta, como se estivesse gritando, sobrancelhas levantadas, olhar de espanto e cabelos bagunçados. Logo abaixo temos, do lado direito, com letras brancas e em maiúsculas “AS EXPLOSÕES NERVOSAS DA PRESIDENTE”. Já com letras menores vem escrito, com cores alternadas em branco e amarelo:

Em surtos de descontrole com a iminência de seu afastamento e completamente fora de si, Dilma quebra móveis dentro do Palácio, grita com subordinados, xinga autoridades, ataca poderes constituídos e perde (também) as condições emocionais para conduzir o País.

O que nos causa estranhamento são as formas de dizer que produzem o efeito de loucura, ou seja, enunciados destacados em amarelo, como; “As explosões nervosas”, “Em surtos de descontrole”, “Dilma quebra móveis dentro do Palácio”, “e perde (também) as condições emocionais para conduzir o País”.

Queremos destacar aqui que na mesma revista temos a reportagem “Uma presidente fora de si”, sendo assim, os autores trazem fotos e narram momentos de possíveis “descontroles” da presidenta, após a abertura do processo de *impeachment*, como também publicam a história *As diabruras de “Maria, a louca”*, em que se tem também a construção da imagem de uma mulher “descontrolada”. Supomos daí que a revista *IstoÉ* está construindo a imagem de uma presidenta “louca” em suas matérias, conforme veremos.

A história relatada pela revista ocorre da seguinte maneira:

Maria I, a Louca, ***foi a primeira mulher a sentar-se no trono de Portugal*** e por decorrência geopolítica, a primeira rainha do Brasil. Avaliada pelo psiquiatra Francis Willis, Maria I foi diagnosticada com sintomas de sandice e de negação ao qual se agravaram na medida em que ela era colocada sob forte pressão. Como, por exemplo, quando adversários políticos da Casa de Bragança tentavam alijá-la do poder, Maria dizia ver o “corpo” de seu “pai ardendo feito carvão”. Doutor Willis relatou que nesses momentos, Maria demonstrava atos de desatino em governo, ou seja, proibia a produção de vinho do Porto na cidade do Porto. Isso fez com que fosse preciso o ***“impedimento na Coroa”***. Quanto mais pressão sofria, mais a sua consciência se obnubilava, até que finalmente foi ***“impedida de qualquer ato na Corte”***, e quem assumiu seu lugar foi seu filho Dom João VI. Maria veio para o Brasil junto com a Família Real diante da invasão de Portugal. Aqui, ela tinha por hábito usar longos vestidos pretos e ***passava horas correndo pelos corredores palacianos gritando palavras desconexas***. Além disso, costumava acordar de madrugada e “berrava para seres imaginários descerem do Pão de Açúcar” porque nele “morava o diabo”. Sua última frase em território lusitano pode ser interpretada como faísca de lucidez na loucura: “Não corram tanto, vão pensar que estamos sendo tocados ou que estamos fugindo”. (GRIFOS NOSSO)

A revista traz, como vemos, a história de Maria a equiparando, em alguns pontos, com a reportagem sobre Dilma. Nota-se que, diante desses relatos, o que se tem é um efeito de lembrança pela repetição da história, assim, tanto Maria, quanto Dilma tiveram a oportunidade de serem as primeiras mulheres a assumir um cargo em seus países que até

então só era possível aos homens, contudo vê-se que as duas também tiveram o mesmo fim, foram impedidas de continuar governando.

O que podemos observar com essas duas histórias é uma reafirmação de que a mulher age mesmo pela emoção e não pela razão, sendo assim ela não teria capacidade mental para conduzir um país.

A relação estabelecida entre a história de D. Maria e a reportagem sobre o descontrole da ex-presidenta se sustenta nos pré-construídos do que seja um sujeito “louco”. Diante disso, notamos que a revista publica essa história para significar a presidenta. Usa-se de um pré-construído (já dado) sobre mulher louca para fazer uma relação e dizer: Maria/louca, Dilma/louca. Percebe-se que a revista produz um efeito metafórico para significar a posição da presidenta. Deste modo, a revista constituída por esse imaginário, legítima, através dessa relação, que Dilma muito mais que descontrolada, está louca.

Retornando para a formulação dos enunciados, podemos observar que há um jogo de cores no texto, ou seja, temos um texto e dentro do texto há outro, formando assim dois textos sob a aparência de um. Esse texto dentro de um texto é compreendido na AD como a produção de um efeito de esquematização. Esses esquemas utilizados pela mídia possibilitam uma leitura “fácil” da informação, proporcionando ao leitor “formas de se informar “mais em menos tempo””. Além disso, a esquematização nas formulações verbais e nas cores produzem um efeito de relevância, ou seja, “ao selecionar temas e formas de dizer sobre esse tema, inevitavelmente são deixados outros de fora e tal gesto produz relevância ao que foi selecionado e posto em estado de leitura” (NUNES, 2012, p.124-125). Assim pode-se compreender que:

Os efeitos de relevância são produzidos na relação entre o que se realça diz e o que não se diz. Um movimento entre realçar X para deixar de dizer Y é constitutivo deste efeito. Assim, um enunciado prescritivo, por exemplo, produz efeito de relevância ao enunciar como algo poderia ser usado, visto que ao selecionar dizeres sobre tal objeto, no caso do infográfico, no mesmo movimento também abafa outros dizeres. O efeito de relevância decorre do jogo entre realce e apagamento das maneiras possíveis de formulação, sendo que somente uma fica posta em evidência. (NUNES, 2012, p. 126-127).

Ao observamos, então, a formulação verbal da capa da revista, nota-se que ao colocar a cor amarela em destaque, a revista se utiliza desse efeito de relevância, pois ela deu destaque a um determinado tema que podemos considerar parafrasticamente como: “A presidente do Brasil está surtada/louca”, como podemos ver adiante.

Em uma primeira leitura temos o texto 1, onde pode-se ler o texto todo com as partes em amarelo, representadas pela escrita em caixa alta:

EM SURTO DE DESCONTROLE com a iminência de seu afastamento e completamente fora de si, DILMA QUEBRA MÓVEIS DENTRO DO PALÁCIO, grita com subordinados, xinga autoridades, ataca poderes constituídos E PERDE (TAMBÉM) AS CONDIÇÕES EMOCIONAIS PARA CONDUZIR O PAÍS.

As partes destacadas, grafadas na cor amarela (representadas aqui pela escrita em caixa alta), compõem o texto 2 produzindo o efeito de esquematização:

EM SURTOS DE DESCONTROLE, DILMA QUEBRA MÓVEIS DENTRO DO PALÁCIO, E PERDE (TAMBÉM) AS CONDIÇÕES EMOCIONAIS PARA CONDUZIR O PAÍS.

O texto 2 obedece, da mesma forma que o texto 1, a tradicional organização sintática de uma estrutura linguística. Percebemos, contudo, que há um movimento de esquematização que faz com que o texto 2 tenha mais relevância e sintetize o que está escrito de forma mais detalhada no texto 1, pois o destaque produz um efeito de leitura de que aquele texto seja a parte mais importante. Desta forma, seriam as informações menos relevantes, ficando na seguinte estrutura:

“Com a eminência de seu afastamento e completamente fora de si, grita com subordinados, xinga autoridades, ataca poderes constituídos”.

É importante destacar que a cor amarela se sobressai diante da cor branca, mas não é só o tom das cores, temos algo a mais, ao relacionarmos a cor amarela com o nosso dia a dia, nota-se que simboliza “atenção/alerta”, ou seja, já temos constituído em nossa memória esse efeito e isso faz funcionar nesta capa. Ao colocar a cor amarela, a revista já indica que aquele texto é o mais relevante e é nele que devemos voltar a nossa atenção. Diante disso, consideramos que “ler é estabelecer uma relação com a memória, sendo que tal prática [da leitura] é determinada pelas suas próprias condições históricas de produção” (NUNES, 2012, p. 188).

É válido também compreender os efeitos de síntese que são produzidos na formulação aqui analisada. Para Nunes (2012), esse efeito põe em funcionamento uma forma de geometrização do dizer, ou seja, esses efeitos de síntese “como um modo específico de retirada do que seria desnecessário e/ou redundante na leitura”, além disso, segundo a pesquisadora, esses efeitos:

[...] são produzidos, por exemplo, quando a formulação verbal é reiterada na formulação visual e vice-versa. A reiteração entre o verbal e o visual produz um modo de especificação para o que se formula. Esta forma de especificar, além de produzir efeitos de relevância, também produz *efeitos de síntese*. Podemos dizer que os efeitos de síntese são produzidos a partir de um mostrar algo, ou seja, sua ancoragem é realizada na formulação visual. (NUNES, 2012, p.127).

Podemos ver esse funcionamento na revista, em que o verbal está ligado ao visual, a fotografia que a capa traz da ex-presidenta como se estivesse gritando totalmente descontrolada, juntamente com os enunciados e a história de D. Maria, a louca, produzem efeitos de síntese, através da reiteração de sentidos, que remetem ao imaginário de loucura, fazendo com que entendamos que “Dilma está louca”.

Atentemos aos enunciados “As explosões nervosas”, “descontrolada”, “fora de si”, “quebra móveis”, “grita”, “xinga”, “ataca”, e “perde as condições emocionais”, compreendemos que a revista mobiliza o imaginário sobre a mulher, em nossa sociedade, especificamente no que concerne à loucura. Vemos assim um atravessamento da memória no funcionamento da capa da revista, pois quebrar móveis, ser descontrolada, xingar coloca a presidenta na posição de louca, uma vez que há uma memória, um já-dito de que sair dos padrões instituídos como “normais”, pode ser considerado como louco (a).

Essa analogia não é neutra, pois a revista está inserida em uma sociedade, na qual:

Há estereótipos que se fundamentam no discurso patriarcalista, como, por exemplo, aquele da mulher como responsável pela casa e pelos filhos e outros que se fundamentam no discurso machista, como, por exemplo, o estereótipo da mulher como objeto de desejo. Esses estereótipos perduram nos dias atuais, ou seja, permanecem significando nas nossas relações sociais, a ponto de determiná-las, perpassando relações sociais em que, muitas vezes, não se (re)conhece tais sentidos, uma vez que se apresentam como “fatos” da ordem da normalidade cotidiana. (AGUSTINI; SILVA, S/A, p.2-3)

Além desses estereótipos apontados acima, há também os estereótipos da loucura e da incapacidade. Todos os estereótipos contribuem para que a prática de machismo ocorra,

pois o que ressoa no imaginário social/conservador é que a mulher sempre esteve e estará sob o comando dos homens, pois “ela não tem condições de ser igual ou superá-lo”. Desta forma, podemos compreender que deslegitimar a posição da mulher é algo “natural” do homem. Devido a esse pensamento machista muitas mulheres sofrem, muitas vezes silenciadas pela violência emocional, ou “gaslighting”²⁸.

A capa da revista IstoÉ, aqui analisada, alinha-se a esse discurso patriarcal para promover essa violência emocional contra Dilma. A revista IstoÉ, ao designar a ex-presidenta como “louca/fora de si/descontrolada”, tenta deslegitimá-la. Concomitantemente, ela tenta “abalar a sua credibilidade profissional e intelectual, e desestabilizar sua confiança diante da população, ao insinuar desequilíbrio emocional incapaz de fazê-la mentalmente hábil a prosseguir seu mandato” (LOPES, 2016, p.3).

As predicções para dizer sobre a ex-presidenta são constituídas por adjetivos que ao longo da história significaram e significam o funcionamento da loucura. Assim, atribui-se à Presidenta Dilma os sentidos de “uma presidenta louca”, logo, se é louca, sem condições para governar o país.

A mídia, ao colocar em circulação essa prática de “gaslighting” (re)afirma que essa prática é algo comum, ou seja, faz parte de um já estabilizado.

Contudo, como Foucault diz que não há relação de poder sem resistência/luta, houve diversas manifestações contra a revista IstoÉ,

Coletivos feministas, blogs, páginas no Facebook, ativistas e outros veículos midiáticos manifestaram-se veemente contra a capa e apontaram a postura preconceituosa, machista e misógina da Revista, que diminuía a presidenta como profissional e mulher. (LOPES, 2016, p.1)

²⁸ Esse termo, em inglês, muito utilizado em discussões e reflexões feministas contemporâneas, [...] e faz parte da engrenagem social machista que silencia muitas mulheres, diariamente. (LOPES,2016,p.3). Ainda, de acordo com Burigo (2016, s/p) “o **gaslighting** é uma forma de abuso psicológico, no qual informações são distorcidas, omitidas, ou meramente fabricadas, com a intenção de fazer uma pessoa duvidar de sua própria sanidade mental, memória ou percepção da realidade. O termo tem origem no filme Gaslight, de 1944 e estrelado por Ingrid Bergman, cuja personagem é levada a acreditar que está perdendo a sanidade pelo marido, que deliberadamente a confunde ao interferir com as lamparinas a gás da casa onde moram. Disponível em: <http://casadamaeioanna.com/2016/04/06/sobre-gaslighting-loucura-histeria-fascismo-midia-e-machismo/>. Acesso em: 30/01/2018. Vale frisar que os termos aqui empregados não pertencem a AD, porém se fez necessário esta citação para compreendermos o que é o Gaslighting.

As manifestações tomaram certa proporção, nisso ONGs feministas e coletivos contra o posicionamento da revista criaram a hashtag²⁹ - #IstoÉMachismo - que circulou por toda rede social, Facebook, Twitter, Instagram e também na página da própria revista.

Conforme Lopes, essa “resposta da internet” provocou um grande debate sobre a situação da desigualdade de gênero no país e do machismo, em várias situações cotidianas.

Agustini e Silva (S/A, p. 2) apontam que nossa sociedade está constituída como um modelo patriarcal, em que a figura masculina detém o poder, ou seja, a posição masculina que dita os comportamentos sociais. Nessa direção, a mulher está subordinada ao homem, isso faz com que haja uma desigualdade na ocupação de lugares sociais, cabendo a mulher cuidar da casa e filhos e ao homem é atribuído a função de prover a subsistência da família. Diante desses fatores cria-se uma imagem de como deve ser a mulher em nossa sociedade, ou seja, há um sentido estabilizado de que ser mulher é ser dona de casa, ser mãe zelosa, rainha do lar, etc.

Segundo Orlandi, isso acontece pois:

Há simbolização das relações de poder, que administram a sociedade, e desse modo investe-se na atribuição de valores às diferenças. Tudo envolvido por formações imaginárias, relações de força, relações de sentidos e efeitos da memória discursiva, ou seja, o saber discursivo que funciona como uma rede estruturada pelo esquecimento. Saber discursivo que não é infenso ao modo como a ideologia está projetada no discurso, funcionando em um estranhado jogo de formações discursiva. (ORLANDI, 2015, p.189).

Vale destacar que, hoje em dia, há movimentos que tentam desmistificar esse imaginário que se criou da mulher, contudo, a sociedade patriarcal ainda tem essa formação imaginária, ou seja, acredita-se que a mulher é incapaz de realizar atividades/trabalhos que rompam com o que foi imposto na sociedade. Dito de outro modo, para a sociedade patriarcal a mulher tem que ser a mãe zelosa, boa esposa, do lar e etc. Para tanto, as mulheres que fogem dos padrões impostos por esta sociedade são renegadas, como foi o caso da presidenta Dilma.

Esse funcionamento faz com que muitos acreditem que uma mulher não tem capacidade de governar um país ou que ela não consegue fazer nada além de limpar casa, cozinhar, etc.

²⁹ [...] “uma palavra ou frase precedida por um símbolo de cerquilha (#), utilizada em sites de mídias sociais e aplicativos, especialmente no Twitter, para identificar mensagens sobre um tópico específico” [...] pode-se dizer que hashtags são termos associados a assuntos ou discussões que se deseja indexar em redes sociais como Instagram, Facebook e o já mencionado Twiter. Quando a combinação é publicada, transforma-se em um hiperlink que leva para uma página com outras publicações relacionadas ao mesmo tema.” Disponível em: <https://www.google.com.br/amp/s/resultadosdigitais.com.br/blog/hashtag/amp/> . Acesso em: 30/01/2018.

Como dito anteriormente, há mulheres que, como é o caso da ex-presidenta Dilma, que foi a primeira mulher a governar o Brasil, em suas práticas promovem rupturas em relação aos sentidos já estabilizados. Porém, em nossa sociedade, há forte resistência em aceitar o novo, como vemos na formulação da revista *IstoÉ*. Ao desconstruir a imagem da ex-presidenta, consideram-na “louca”, descontrolada e sem condições emocionais para conduzir o País, retomando assim a memória de que aquele que se desalinha dos padrões sociais, em algum ponto, é considerado louco. Há também em funcionamento o jogo de poder pela presidência, nesse caso, colocar Dilma, uma mulher que deixou de ser *a do lar* para ser presidenta, deve ser considerada louca, pois fugiu dos padrões da “normalidade”, em que somente o homem tem condições para governar o país, pois ele age com a razão, diferente da mulher, que age pela emoção. O que se compreende é que a mídia coloca que o lugar da mulher não é no jogo político e sim em casa, lavando, passando, cozinhando, cuidando dos filhos, etc.

Assim, notamos um já-dito, ou seja, um retorno a outros dizeres possíveis e/ou imagináveis, pois para a Análise de Discurso não há formulação que não seja afetada por uma memória. Segundo Fernandes (2013), todo dizer, para fazer sentido, deve estar filiado a uma rede de dizeres ditos e esquecidos, ou seja, todo dizer é atravessado pelo interdiscurso, pela memória do dizer, pela memória discursiva para que, assim, faça sentido.

Abaixo apresentamos outro recorte que é decorrente da capa analisada:

Uma presidente fora de si

Buscamos compreender o funcionamento discursivo em *fora de si*, pelo movimento próprio da memória discursiva, entre a paráfrase e a polissemia, para a construção dos efeitos de sentido sobre Dilma, como uma presidenta louca. Ao afirmar “fora de si”, os sentidos de louca são repetidos pela paráfrase – que dizendo o mesmo de forma diferente diz “uma presidenta louca” – atualiza os sentidos de loucura, pelo dizer “fora de si”.

Segundo Varela (2016), não é de hoje que a mulher tem seu corpo e sentimento demonizados, sendo assim, desde a antiguidade, as mulheres que iam contra os padrões, sofriam perseguições, mutilação de seus órgãos, sendo encarceradas, devido aos seus comportamentos “anormais”. Com isso, o sentimento feminino foi sendo considerado um problema a ser resolvido.

Observa-se que a mulher discursivizada pela mídia, que por sua vez legitima o discurso machista, constitui-se como um ser incapaz, desarrazoada, delirante, ou seja, se torna louca por desviar-se das condutas impostas por uma sociedade patriarcal, diante dos sentidos já estabilizados, pelo pré-construído de que para ser mulher deve-se ser boa dona de casa, mãe, submissa ao marido. Aquelas que fugirem desses comportamentos, atitudes ou subverterem a ordem estabelecida, são reprimidas e controladas, sendo então, chamadas de loucas e, em última instância, rechaçadas da sociedade. Vemos com isso, que há em nossa sociedade aquele que dita quem é o normal e quem não o é.

No enunciado, a palavra *fora* designa algo que está do lado exterior e para estar fora é por que em algum momento esteve dentro. O termo *fora* é considerado uma marca linguística que reverbera sentidos de descontrole, desarrazoamento, ou seja, uma falta que a impede de ser “centrada” ou de estar em seu juízo “perfeito”.

São paráfrases possíveis expressões como: fora do eixo; fora de base; fora de rumo; fora da casinha, etc.

Na reportagem da revista vimos, ainda, a seguinte formulação:

Bastidores do Planalto nos últimos dias mostram que a iminência do afastamento fez com que Dilma perdesse o equilíbrio e as condições emocionais para conduzir o país.

Se antes ela tinha condições de governar, com o andamento do processo de impedimento, segundo a revista, Dilma surtou e não agiu pela razão e sim pela emoção. Isso nos remete ao discurso de que mulher age pela emoção. A revista reafirma esse enunciado quando vai falar sobre a história de “Maria, a Louca”.

“Não é exclusividade de nosso tempo e nem de nossas cercanias que, na iminência de perder o poder, governantes ajam de maneira ensandecida e passem a negar a realidade”.

Esse discurso produzido pela revista é construído a partir de um já-dito, de uma memória discursiva. Lembrando que a memória pensada em relação ao discurso funciona sustentada no interdiscurso. Segundo Orlandi (2012, p.31):

[...] é definido como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. Ou seja, é o que chamamos de memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do

pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentado cada palavra. O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada.

Deste modo, compreendemos que a revista joga com esse já-dito, com o pré-construído de louca/loucura para configurar Dilma como louca, colocando-a em estado de demência que não é capaz de continuar suas atividades políticas, pois não aguentou a “pressão” do *impeachment* e ficou “fora de si”, ou seja, não está agindo pela “razão” e sim pelo desequilíbrio mental. Sendo assim, a IstoÉ tenta criar, para seu público leitor, o efeito de sentido, através da imagem de que Dilma deva ser subtraída do cargo de presidenta, pois não é possível ter uma presidenta louca comandando o país.

RECORTE III

Semanalmente a editora Abril coloca em circulação, tanto online quanto impressa, a revista *Veja*. No dia 14 de abril de 2016, a editora Abril publicou a edição (2474), trazendo na capa a imagem da então presidenta Dilma rasurada e com os seguintes enunciados, escritos na cor amarela:

“*Fora do baralho*” e “Com ou sem **vitória** na **batalha** do *impeachment*, Dilma já **perdeu** a **batalha** do **poder**. Seu governo esfacelou-se e a presidente, abandonada pelos aliados, não comanda mais o Brasil”.



Figura 11 - Capa da revista *Veja* (Edição 2474)

Diante das condições de produção, um acontecimento importante que nos chama a atenção é a antecipação da circulação da revista, algo que não é comum³⁰. Segundo o *Portal de Imprensa*³¹ a editora Abril antecipou a edição 2474, em razão da votação do *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff, a revista chegou às bancas mais cedo, em vez de chegar dia 17 de abril de 2016, chegou no dia 14 de abril de 2016. O ato de antecipar uma revista em um momento importante, já faz significar. De acordo com Orlandi (2010, p.16) a antecipação é a capacidade que todo locutor tem de colocar-se na posição de seu interlocutor experimentando essa posição.

Partindo para a análise de nosso corpus, queremos compreender o efeito metafórico produzido a partir da relação entre o jogo (de cartas) e a política, buscando problematizar o modo como a linguagem pode produzir efeitos de sentidos na tensão entre a repetição e a diferença.

³⁰ Já ocorreram antecipações de outras edições. Sempre em momentos que marcam algum fato.

³¹ Disponível

em:

http://portalimprensa.com.br/noticias/ultimas_noticias/76824/veja+antecipa+edicao+e+diz+que+dilma+rousseff+e+carta+fora+do+baralho. Acesso em: 25/12/2016.

Nunes (2009) define que:

O efeito metafórico é a condição do funcionamento da linguagem, ou seja, o deslocamento na maneira de compreender a metáfora reformula a posição comumente adotada sobre o sentido como uno e o compreende para além da dicotomia literal/não-literal. É através da transferência (metáfora) de sentidos, na relação entre as palavras, que se materializam a não-evidência, a não literalidade desses sentidos.

É válido compreendermos que a metáfora carrega a memória do que já foi dito e do que já foi instituído. Diante disso, podemos considerar a partir de Pêcheux (2012, p.53) que “[...] todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar-se para outro”.

Iniciamos nossa análise com o enunciado destacado na escrita em caixa alta e na cor amarela:

FORA DO BARALHO



Lendo esta estrutura sem levar em consideração as condições de produção entenderíamos que se trata de um jogo de cartas³². Porém levando em conta as condições de produção do momento em que a revista Veja fez circular este enunciado, podemos afirmar que o que temos é o funcionamento de um processo metafórico.

De acordo com Nunes (op.cit. p. 85), ao teorizar sobre o funcionamento do sentido, Orlandi (2001) retoma Pêcheux (1997) dizendo que a metáfora é “a tomada de uma palavra por outra, ou seja, transferência, o modo como as palavras significam”.

Esse enunciado rompe com seu sentido estabilizado de um jogo de cartas, pois os sentidos deslizam e o que podemos ver nesse enunciado é o funcionamento metafórico, ou seja, a palavra baralho não está relacionada a um jogo de cartas em que amigos se reúnem para jogar, mas está se referindo a um jogo político. Assim, através de um exercício

³² O baralho é um conjunto de cartas que são utilizadas em diversos jogos. Normalmente, o baralho possui 52 cartas, distribuídas em 4 grupos chamados de naipes, os quais possuem 13 cartas de valores numéricos diferentes, sendo esses valores de 2 a 10, além de um “Ás”, que corresponde a 1, um valete (representado pela letra J, vale 11), uma Rainha (Q, vale 12) e um Rei (letra K, vale 13)

Os naipes (símbolos) do baralho são: espadas (♠), paus (♣), copas (♥) e ouro (♦). Acredita-se que o baralho foi criado pelo francês Jacquemin Gringonneur, sob encomenda do rei Carlos VI de França. Assim, Gringonneur teria criado o baralho para representar as divisões sociais da França através dos naipes. Copas representaria o clero, o ouro, a burguesia; a espada, os militares; e os paus, os camponeses.

As cartas do baralho têm um lado com diversas cores e símbolos, chamado de face, e o outro com um padrão comum a todas as cartas, além disso, existe a carta coringa (joker), que possibilita vantagens especiais a quem fica com ela. Disponível em: <http://m.brasilecola.uol.com.br/curiosidades/baralho.htm>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2016.

parafrástico, podemos trocar a palavra baralho pela palavra poder, governo ou presidência, formando, assim, os enunciados; *Fora do jogo; Fora do poder; Fora do governo; Fora da presidência*. Além disso, é possível ver o funcionamento metafórico na imagem em que a revista traz a ex-presidenta Dilma como se fosse um cartaz rasurado em um muro, algo que está ligado há uma memória em que se colocava anúncios nos muros e passado o espetáculo o cartaz não serviria mais, sendo assim poderiam ser danificados, rasgados e retirados.

Pensar na palavra “*fora*” nos faz compreender que quem está *fora* não pode jogar, não pode exercer o poder, não pode governar e não pode ser presidenta, pois não está dentro do jogo, assim, esse “fora” nos remete a algo que está no exterior, contudo, nessas condições de produção, sabemos que se está “fora” é porque em algum momento se esteve dentro. Sendo assim, podemos afirmar que Dilma esteve dentro do jogo, porém agora está fora, tiraram-na do jogo. Neste caso, podemos confirmar o que já dissemos em outro momento, Dilma foi colocada para fora do jogo político através das relações de forças constitutivas desse funcionamento político, pois antes mesmo de ser julgada ela foi colocada para fora do jogo, sem chances de continuar.

Seguindo nossa análise observamos que o enunciado que vem logo após FORA DO BARALHO parece complementar esse primeiro enunciado:

“Com ou sem **vitória** na **batalha** do *impeachment*, Dilma já **perdeu** a **batalha** do **poder**. Seu governo esfacelou-se e a presidente, abandonada pelos aliados, não **comanda** mais o Brasil”.

Além desse enunciado temos, na reportagem da revista, o enunciado:

“Às vésperas da decisão sobre o *impeachment*, aliados abandonam Dilma, ministros pedem demissão e Temer já fala como futuro ocupante do Palácio do Planalto. A presidente não governa mais o Brasil”.

A Análise de Discurso nos permite compreender esses enunciados enquanto processos parafrásticos, que segundo Orlandi:

[...] são aqueles pelos quais em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória. A paráfrase representa assim o retorno aos mesmos espaços do dizer. Produzem-se diferentes formulações do mesmo dizer sedimentado. A Paráfrase está do lado da estabilização, ao passo que,

na polissemia, o que temos é deslocamento, ruptura de processos de significação. Ela joga com o equívoco. ORLANDI (2013, p. 36)

Assim, podemos também ter outra formulação:

“Com *impeachment* ou não, Dilma já perdeu a batalha do poder. Seu governo esfacelou-se e a presidente, abandonada pelos aliados, não comanda mais o Brasil”.

Um ponto que nos chama a atenção no enunciado posto na capa é “Dilma, já perdeu a batalha do poder” o advérbio de tempo “JÁ” vem marcando que algo já aconteceu, porém, através das condições de produção da revista, sabemos que essa edição foi lançada antes do processo de *impeachment* ter terminado, então, vimos que a revista Veja está antecipando o que está por vir, sendo assim, naquele momento, Dilma já tinha perdido, já tinha saído fora do jogo, já não comandava, já era o fim do jogo para ela. Podemos também compreender a sequência do enunciado, que sem aliados não há como comandar o jogo da política, pois tudo se dá pelas relações de forças.

Indo mais além, ao trazer marcas linguísticas que nos remetem a memória de jogo, - “*baralho*”, “*vitória*”, “*batalha*”, “*poder*”, “*comanda*” e “*perdeu*”.- é possível compreender que a revista coloca em funcionamento, pelo efeito metafórico, o sentido de que a política é um jogo, ou seja, há na política uma disputa pelo poder, no qual ganha os que possuem aliados/cartas fortes (porém marcadas) e aqueles que possuem as melhores estratégias.

Levando em consideração esse funcionamento, no momento em que Dilma perde os aliados/cartas, um deles, o então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, a presidenta perde aliados/cartas que, naquele momento, eram fundamentais para mantê-la no poder, dito de outro modo, no momento em que Dilma começou a perder o apoio do partido (PMDB), ela começou a perder forças no governo.

Para compreendermos melhor esse funcionamento iremos, neste ponto, trazer como foi constituído o governo da ex-presidenta, ou seja, problematizar os efeitos de um governo de coalizão. É importante salientar que para o PT se manter no poder ele teve que fazer alianças com o PMDB. No início do governo de Lula, Dilma não tinha pretensões em vir a concorrer a um cargo eleitoral, muito menos ao cargo de presidir o país. De acordo com o site Congresso em Foco³³ reviravoltas provocadas pela crise do mensalão derrubaram os nomes no qual

³³ Disponível em: <http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/manchetes-anteriores/conheca-dilma-e-seus-37-ministros/> Acesso em: 02-09-2016

estavam cogitados a serem os próximos candidatos a concorrerem a presidência da República. A queda de José Dirceu e Antônio Palocci fez com que Lula, presidente neste período, entregasse a Dilma o comando da Casa Civil, e com ele a administração das principais obras de investimentos do governo no país. Com isso, Dilma começou a ganhar os contornos políticos necessários para se tornar presidenta. É importante destacarmos que a estratégia que o PT teve para se manter no poder foi a aliança firmada com o PMDB, partido esse que não se considera de direita e nem de esquerda. De início, Lula não aceitou fazer aliança formalizada com o partido, porém estabeleceu uma união informal a ser comandado pelos senadores José Sarney (PMDB-AP) e Renan Calheiros (PMDB-AL). A aliança formal, ideia inicial de José Dirceu, só veio a ser aceita após a crise do mensalão, e denúncias envolvendo o nome de Sarney e Renan. Diante disso, Lula firmou uma aliança formal com o PMDB, e, a partir desse acontecimento, Temer unificou seu partido em torno do governo de Lula e do projeto de eleição de Dilma, tornando-se assim o vice-presidente no governo de Dilma.

O que vemos, então, é o funcionamento do jogo, o uso de antecipações que sustentam o que se conhece como estratégias. Para se ganhar uma partida é necessário que os jogadores tenham estratégias. No caso do jogo político a estratégia que Lula teve, no momento, foi a de fazer aliança com o PMDB. Contudo, vimos que nem sempre as estratégias dão certo, equiparando assim o jogo político como o jogo de azar, no qual, o jogador ganha com o azar dos outros jogadores.

RECORTE IV



Figura 12 - Capa da revista Carta Capital (Edição 909)

Nosso quarto e último recorte é a capa da revista Carta Capital, de edição 909, que foi colocada em circulação no dia 11 de julho de 2016, pela editora Confiança.

Ao observamos as revistas até aqui analisadas, podemos notar que a Revista Carta Capital se constitui numa posição oposta à mídia tradicional, pois ocupa uma posição a “esquerda” e em defesa da presidenta Dilma. Este posicionamento pode ser analisado através da imagem da ex-presidenta Dilma, que aparece na capa. Nessa revista a fotografia que fora colocada tem tons mais suaves, ou seja, é uma imagem com cores claras. Na imagem utilizada para esta capa, a presidenta aparece maquiada, com brincos em tons fortes, ou seja, bem apresentável, porém com uma expressão de preocupação, um sorriso um pouco tenebroso, um olhar pensativo, e algumas características nos olhos de uma pessoa cansada, mas não abatida. A presidenta nesta foto aparece com a cabeça um pouco erguida, este ato de erguer a cabeça faz significar que ela não tem o que temer e que perante as críticas ela continua se mantendo de cabeça erguida, enfrentando a situação. A imagem da presidenta que a revista busca construir é, em oposição às demais revistas, notável um novo olhar para a questão do

impeachment, ou seja, Dilma é colocada como uma mulher injustiçada que busca provar sua inocência, sem desistir.

A fotografia que a revista traz de Dilma é diferente das imagens das revistas anteriormente analisadas. Segundo Flores, Gallo e Neckel (2015, p. 201) isso ocorre, pois:

Passados os quatro anos do primeiro governo de Dilma Rousseff, a campanha pela reeleição produz a possibilidade de um dizer positivo sobre os movimentos de esquerda e a luta pela liberdade durante o golpe militar. Isso porque a própria política do governo Dilma encaminhou questões importantes para discussão popular, como a proposta da criação da Comissão da Verdade.

Estamos, então, diante de uma ressignificação da imagem de Dilma, diferentes posições-sujeito podem ser compreendidas, a partir dos enunciados sobre Dilma.

Em nossa sociedade há uma divisão política e através dessa divisão temos diferentes discursos que circulam na mídia. No caso da Carta Capital, temos um posicionamento que rompe com os sentidos instituídos pelas revistas que trazem uma imagem negativa da presidenta, isso dá visibilidade aos pré-construídos que as revistas têm sobre Dilma. Por um lado, Dilma é uma mulher derrotada e louca, de outro lado temos a imagem de uma mulher injustiçada.

Isso, segundo as autoras, as revistas que tem uma visão negativa de Dilma são aquelas cujo:

[...] o sujeito está em uma posição que se inscreve no discurso jornalístico, um jornalismo que se caracteriza particularmente por materializar-se em mídias e veículos de massa, que circulam, tradicionalmente e prioritariamente, na forma impressa. Esse tipo de produto constitui seu leitor a partir de uma projeção de condições materiais a mais genérica possível. Não se trata de um leitor segmentado, ou seja, não se trata de um leitor que constitui-se em uma conjuntura discursiva específica, mas ao contrário, trata-se de um leitor sem fatores identitários particulares. (FLORES; GALLO; NECKEL, 2015 p. 203).

A formulação visual se constrói na mesma perspectiva da formulação verbal, pois o enunciado que aparece abaixo da imagem faz significar as lutas que a presidenta já enfrentou e a injustiça que ela está enfrentando. O enunciado traz uma memória das lutas pelas quais a presidenta já passou e as relaciona com a luta que ela enfrenta no processo de *impeachment*. Como podemos observar no enunciado abaixo, que reproduz um trecho de um de seus pronunciamentos:

“Já sofri a dor *indizível* da tortura, já passei pela dor *aflitiva* da doença e hoje sofro a dor igualmente *inominável* da injustiça”

A ex-presidenta equipara a dor da tortura em que sofreu no período da Ditadura Militar e a dor da doença, o câncer, com a dor da injustiça que ocorria com o processo de impedimento de seu governo.

É importante destacar esses dois momentos relatados pela ex-presidenta. De acordo com o *site* Encyclopedia Britannica Online, ao iniciar o segundo grau, Dilma deixou de frequentar a escola particular para estudar em escola pública e, nesse mesmo período, aconteceu a tomada do poder pelo golpe militar de 1964. Esse acontecimento fez despertar em Dilma o interesse pelas questões políticas e sociais, diante disso ela passa a integrar ao movimento estudantil, adotando assim as ideias socialistas. “Entrou então para a Organização Revolucionária Marxista — Política Operária (Polop).”

Devido ao regime militar, no Brasil, “as organizações políticas eram proibidas e atuavam de forma clandestina”. Existia uma lei que “proibia reuniões e aglomerações”, além disso, “As pessoas que se opunham ao governo eram perseguidas e presas”. Contudo havia pessoas, como Dilma, que participavam dessas organizações políticas, com isso, essas pessoas tinham que trocar de nomes, endereços, ou seja, viviam como clandestinos em seu próprio país.

No ano de 1969, Dilma passou a fazer parte de outra organização, cujo nome era Colina (Comando da Libertação Nacional). Durante todo esse período Dilma obteve diferentes nomes sendo eles: Stela, Luísa, Maria Lúcia, Marina, Patrícia e Wanda.

No ano de 1970, em São Paulo, ocorreu a Operação Bandeirante, “uma organização paramilitar de repressão política, com práticas violentas, que funcionava à margem da lei” em que resultou na prisão de Dilma, onde “foi *torturada* por essa organização e depois em um órgão oficial, o DOPS (Departamento de Ordem Política e Social), para onde foi transferida”. Além disso, Dilma teve seus direitos políticos cassados por dez anos. “Dilma não podia votar nem ser votada durante esse período”, isto é, seus direitos como cidadã foram suspensos. Após recorrer da sentença, em que foi condenada a seis anos e um mês de prisão, Dilma “conseguiu redução da pena em julgamento no Superior Tribunal Militar. Foi solta no final de 1972” (p.1).

O outro fato marcante, na vida de Dilma, ocorreu no início do ano de 2009, ano em que antecedeu a sua vitória como sendo a primeira presidenta a governar o Brasil, foi diagnosticada com câncer linfático, “Dilma fez tratamento médico, recuperou-se e disputou as eleições presidenciais”.

Diante disso vimos que ao destacar o enunciado de Dilma, a revista mobiliza seu sentimento quanto ao que passou e ao que está passando. As marcas linguísticas **indizível, aflitiva e inominável**, nos fazem compreender que a língua é incompleta, ou seja, há falta na língua. Estamos diante então do real da língua, designado por Milner como alíngua³⁴ o impossível de se dizer, “toda a alíngua não pode ser dita, em qualquer língua que seja” (GADET; PÊCHEUX, 2004.p.52).

Percebe-se que no enunciado selecionado pela revista, Dilma não consegue expressar em palavras o que sente diante das injustiças que sofreu e sofre. Segundo Pêcheux (2012, p.29) “Não descobrimos, pois, o real: a gente se depara com ele, dá de encontro com ele, o encontra”. Ao dar visibilidade ao pronunciamento de Dilma, a revista mobiliza a memória de todo sofrimento que a constituiu e mostrando o impossível de se dizer, o impossível que está para sempre perdido.

Neste momento, vale trazermos uma chamada que vem logo a baixo;

“ESPECIAL: O CHEIRO DO GOLPE”

É interessante esse enunciado, pois assim como os recortes anteriores, essa revista também antecipa que o *impeachment* irá ser favorável a destituição do cargo de Dilma. Vemos esse funcionamento na marca linguística “O CHEIRO”, podemos compreender que nessa marca funciona uma memória do golpe militar, produzindo sentido de repetição na história. Cabe destacar que neste discurso/enunciado o *impeachment* não funciona como algo jurídico e sim como um golpe, ou seja, está relacionado às relações de forças que trabalham para a ruptura democrática. Deste modo, estamos diante de um deslocamento de sentidos para *impeachment* que pode apontar uma outra formação discursiva.

³⁴ [...] designado em francês como "La langue", o que corresponde, em português, a "a língua". Essa distinção terminológica expressa de um modo singular, já na grafia, a diferença existente entre a noção de língua, que é da ordem do todo, do possível, e a noção do real da língua (a língua), que é da ordem do não-todo, do impossível, inscrito igualmente na língua. Esse termo veio da psicanálise, trazido por Lacan, e foi desenvolvido na linguística, sobretudo por Milner (1987), numa tentativa de nomear aquilo que escapa à univocidade inerente a qualquer nomeação, apontando para o registro que, em toda a língua, a consagra ao equívoco. (FERREIRA, 2001, p. 8)

No discurso dessa capa ao fazer relação com as anteriores, a Carta Capital “deu ouvidos” ao que Dilma diz, ou seja, a ex-presidenta tem um espaço nesta revista. Não estamos diante de uma revista que utiliza predicativos que desqualificam a imagem da mulher, e sim diante de uma injustiça provocada por relações de forças que não aceitam que a mulher ocupe os mesmos lugares sociais que o homem. Além disso, a revista respeita a posição instituída a presidente, pois independentemente se for homem ou mulher que ocupe o cargo da presidência, este deve ser respeitado, pois as eleições ocorrem para que a população escolha seus candidatos como é o caso de Dilma que foi democraticamente eleita com a maioria dos votos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No processo de constituição do *corpus* pudemos compreender o funcionamento de diversos materiais e noções que foram fundamentais para entendermos o modo como a mídia, enquanto uma instituição que se sustenta na formulação e circulação de discursos, produz efeitos de sentidos contraditórios em relação a determinados fatos/acontecimentos.

Discutir sobre a relação do discurso político com a mídia não é uma tarefa fácil, porém não foi impossível. Para tanto, de início demos visibilidade ao funcionamento da mídia como uma instituição que trabalha com a produção de efeitos de verdade, cujos acontecimentos/fatos em circulação são percebidos pelo público leitor, na maioria das vezes, como se fossem a realidade, estacando a possibilidade de questionamento. Ao nos debruçarmos sobre a noção de poder, conforme Foucault, pudemos compreender questões que até então eram latentes em nossa pesquisa. Há uma relação entre poder- saber- verdade e essa relação é um mecanismo que dá visibilidade ao funcionamento de uma relação de forças e de divisão de sentidos, ou seja, sustenta o mecanismo de constituição do discurso político.

A mídia, na produção de efeitos de verdade absoluta, busca estratégias para manter-se no poder defendendo, pelas palavras, essa “verdade” como única e absoluta. Uma dessas estratégias se apoia no uso da fotografia como elemento que “concretiza” as formulações colocadas em circulação, ou seja, o uso da imagem é fundamental, pois há um imaginário de que “vemos para crer”. Deste modo, a fotografia ao ser inserida nas revistas não surge como algo ingênuo, ela surge na tentativa de uma afirmação dos dizeres ali formulados, ou seja, o uso da fotografia serve como “prova” de um acontecimento, assim, por esse mecanismo, a mídia provoca no leitor a ilusão de que os relatos/versões das revistas são “verdadeiros”.

Contudo, os sentidos podem sempre serem outros, e, desta forma, compreendemos a contraditória relação entre o discurso político e as instituições midiáticas, pois há uma disputa entre as revistas na busca de poder dizer sobre uma determinada “verdade, e é através dessa disputa que nos deparamos com as divisões de sentidos. Observamos essa divisão de sentidos no processo de formulações sobre o impedimento de Dilma Rousseff.

A mídia impressa ao colocar em circulação as revistas, com os assuntos relacionados ao processo de *impeachment*, já o fazia/faz tomado por uma posição ideológica diante da conjuntura política. Desta maneira, a mídia, dotada por essa ilusão de verdade, propagava/propaga o que lhe era/é conveniente, buscando assim o controle do sentido, porém como analistas de discurso, mediados pela teoria, consideramos que os sentidos podem

deslizar. Diante disso, vimos que o processo de impedimento de Dilma foi um acontecimento que ficou marcado na história do país, pois foi um processo tenso e com sentidos divergentes.

No decorrer da escrita, nos deparamos com questionamentos relevantes para nossa pesquisa - como as designações esquerda, direita e centro significam na conjuntura política? - compreendemos que não há uma definição absoluta para essas designações, pois há contradição e o que irá determinar se existe direita, esquerda ou centro são as condições de produção, ou seja, as posições discursivas podem variar de acordo com as condições de produção. Além dessa importante compreensão, nos foi proposto observar as tiragens das revistas. Deste modo, vimos que as revistas de maior tiragem eram aquelas que se alinhavam mais ao posicionamento da direita e a de menor tiragem eram aquelas que se alinhavam ao posicionamento da esquerda, uma divisão de sentidos que entra em confronto na busca pelo poder de determinar os sentidos e estabilizá-los em nossa sociedade.

Mobilizamos, para melhor compreensão da disputa de sentidos, a noção de acontecimento discursivo discutida por Michel Pêcheux. A noção de acontecimento discursivo nos fez entender o processo de *impeachment* como um acontecimento histórico que foi ao encontro de uma atualidade, tornando-o um acontecimento discursivo, ou seja, houve um encontro entre o real da língua e o real da história produzindo uma ruptura e emergência nos dizeres. Deste modo, sentidos outros foram colocados em circulação, sendo assim nos deparamos com os sentidos de *impeachment*, dentro da legalidade e o sentido de golpe, como fora da legalidade, apontando para uma ruptura constitucional. Deparamo-nos, então, com duas formações discursivas em litígio. Dizer *impeachment* e dizer golpe, no momento em que vivemos, marca diferentes posições, pois há o funcionamento da memória discursiva que se atualiza nas discursividades.

Assim, as capas analisadas deram visibilidade a dois discursos, aqueles que se posicionaram a favor do impedimento, colocando Dilma como criminosa e merecedora do *impeachment*, e aqueles que se posicionaram contra o processo, designando-o como um golpe, ou seja, Dilma foi injustiçada. Segundo Possenti (2016, p.1089) “Em relação ao sentido de “golpe” e a sua adequação ao evento em curso no Brasil, há duas posições básicas e claramente opostas. Os que consideram que há golpe e os que pensam que não”.

Deste modo, ao discursivizar o processo de impedimento de Dilma, a instituição midiática dá visibilidade a distintas FDs em concorrência, pois ela se inscreve em uma determinada FD, sustentando os enunciados decorrentes desse posicionamento. Compreendemos que dentre as quatro revistas analisadas, três – Época, IstoÉ e Veja - se

inscrevem em uma FD distinta da quarta – Carta Capital. Em outras palavras, três revistas formulam seus discursos, sobre o acontecimento, a partir da FD pró *Impeachment* e uma sustenta seu posicionamento a partir da FD da existência de Golpe. Isso faz com que haja um confronto entre as FDs, pois de um lado temos as que apoiam o *impeachment* e essas se inscrevem na FD pró *impeachment* e a contra o *impeachment* se inscreve na FD golpe. Deste modo, dizer “*impeachment*” direciona os sentidos ao posicionamento de apoio e dizer “golpe” conduz a um posicionamento de oponente à uma presumida legitimidade desse *impeachment*.

A noção de efeito metafórico mostrou como as palavras jogo e guerra marcaram o funcionamento da política no contexto do *impeachment*, pois no decorrer do estudo notamos que esse efeito, produzido pela mídia, foi predominante. A noção de metáfora nos possibilitou a compreensão das formulações colocadas em circulação pela mídia, colocando o *impeachment* como um jogo bélico, alicerçado nas relações de força e de poder dos sentidos. Assim, a ex- presidenta foi colocada como um personagem que se confronta com diferentes opositores, em um cenário de guerra, através de estratégias de jogos de azar, formulados pelos discursos midiáticos. Além disso, essas metáforas silenciam a posição de Dilma, enquanto Presidenta da República legitimamente eleita, colocando-a sem credibilidade, sem moral, sem condições emocionais, sem forças, para o exercício do cargo que lhe foi conferido pelo voto popular.

As revistas que estiveram alinhadas a favor do *impeachment* consideram que, por ser mulher, de “sexo frágil”, Dilma seria incapaz de ganhar um jogo/uma guerra, em que a grande maioria dos jogadores/guerrilheiros são homens “fortes”. Contudo, a capa da revista Carta Capital assume que não é de agora que Dilma vem sendo injustiçada. Em sua reportagem de capa, a revista dá visibilidade a diversos fatores, tais como sua trajetória como militante política na ditadura, o período em que foi torturada, sua competência em cargos de gestão nos ministérios dos quais fez parte, entre outros. Assim, o fato de ser mulher, ser coligada ao PT e por romper com os sentidos já estabilizados em nossa sociedade patriarcal, tornam-se insuportáveis à mídia de revista tradicional, a qual trabalha para a manutenção de sentidos machistas.

Compreendemos, no decorrer da pesquisa, que a mídia tradicional silencia modos de dizer sobre a (i)legalidade do processo de impedimento e ao silenciar essa (i)legalidade nos deparamos com a falha, com a contradição, constitutivas do processo discursivo. Três das capas de revistas analisadas consideram que o processo prosseguiu na legalidade, ou seja, um processo jurídico que seguiu a lei, contudo, ao colocar que o *impeachment* funcionou como

um jogo/uma guerra, as revistas dão visibilidade à disputa por um discurso de e sobre a legalidade desse processo de *impeachment*, visto que se tratou de um processo que investigou se houve ou não pedaladas.

Assim, quando a mídia nomeia o *impeachment* a partir da metáfora de guerra/jogo, em que seria necessário o uso de estratégias, nesse mesmo movimento dá-se visibilidade ao funcionamento político (divisão de sentidos) nesse julgamento. Deste modo, percebe-se, também, que a instituição midiática silencia o trajeto do *impeachment* como sendo um golpe “armado” para derrubar uma presidenta eleita democraticamente pela sociedade. E por mais que Dilma jogue suas cartas e use suas estratégias, a presidenta não ganhará tal jogo ou guerra, pois antes mesmo de iniciar o processo de *impeachment*, as revistas já anunciavam que Dilma já estava “fora do jogo”, já tinha “perdido a guerra”.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, L. *Aparelhos ideológicos de Estado*. 2. ed. Trad. de Valter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- AMARAL, Marina – “Jabuti não sobe em árvore: como o MBL se tornou líder das manifestações pelo *impeachment*”, em Ivana Jinkings, Kim Doria e Murilo Cleto (orgs.), *Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- BRESSER-Pereira, Luiz Carlos. *Esquerda Nacional e Empresários na América Latina*. In: *Lua Nova*, N.70, p.83-100. São Paulo, 2007.
- CAZARIN, Ercília Ana; RASIA, Gesualda dos Santos. *As noções de acontecimento enunciativo e de acontecimento discursivo: um olhar sobre o discurso político*. In: *Letras*, Santa Maria, V.24, N.48, p. 193-210. 2014.
- FERNANDES, Fernanda Surubi; SOUZA, Olímpia Maluf. *De puta às profissionais do sexo: uma memória da língua*. In: *Entreletras*. v. 4, n.2, p.58-71, 2013.
- FLORES, Giovanna G. Benedetto; GALLO, Solange M. Leda; NECKEL, Nádia Régia Maffi. *Movimentos da memória – da ditadura à ditadura*. In: *Revista Moara*. Ed. 43, p.198-209. 2015.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Trad. de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998.
- GADET, F.; PÊCHEUX, M. *A língua inatingível: o discurso na história da linguística*. Tradução de Bethânia Mariani e Maria Elizabeth Chaves de Mello, Campinas: Pontes, 2004.
- INDURSKY, Freda. *O Momento Político Brasileiro e sua Discursivização em Diferentes espaços Midiáticos*. In: *Análise de Discurso em Rede: Cultura e Mídia*. V. 3, 73-87. PONTES, 2017.
- LAGAZZI, Suzy. *A discussão do sujeito no movimento do Discurso*. 1998. 130f. Tese (Doutorado em Linguística). Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas: UNICAMP, 1998.
- _____. *Recorte significativa na memória*. In: INDURSKY, F. FERREIRA, Maria Cristina Leandro. Mittmann, Solange. (Orgs.). *O discurso na contemporaneidade: Materialidades e Fronteiras*. Ed. Clara Luz, 2009. p. 65-78.

- LOPES, Mauro – “As quatro famílias que decidiram derrubar um governo democrático”, em Ivana Jinkings, Kim Doria e Murilo Cleto (org.), *Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- LOPES, Paula Cunha. “As expressões nervosas da presidente”: estereótipos de gênero na *Revista Istoé e a repercussão com a hashtag #IstoÉMachismo*. In: Intercom. São Paulo –SP. 2016.
- MARIANI, Bethania Sampaio Corrêa. *O comunismo imaginário: Práticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922-1989)*. 1996. 256f. Tese (Doutorado em Linguística). Campinas: Unicamp, 1996.
- MEDEIROS, Caciane Souza de. *O discurso da inclusão pela diferença na relação mídia e sociedade*. In: FERREIRA, Eliana Lucia & ORLANDI, Eni P. (Orgs.). *Discursos sobre a inclusão*. Ed, Intertexto, p.51-87. 2014.
- MEGID, Cristiane Maria. *Eleições presidenciais e copa do mundo: Os processos de identificação nacional*. 2008. 145f. Dissertação (Mestrado em Linguística). Campinas: UNICAMP, 2008.
- MORETZSOHN, Sylvia Debossan – “A mídia e o golpe: uma profecia autocumprida”, em Adriano de Freixo e Thiago Rodrigues (org.), *2016, o ano do golpe*. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2016.
- MOTTA, Ana Raquel; POSSENTI, Sírio. Direita e Esquerda: Volver!. In: 1ª Jornada Internacional de Estudos do Discurso, p. 304- 315. 2008.
- MOURA, Ranielle Leal. *História das Revistas Brasileiras- informação e entretenimento*. VIII Encontro Nacional de História da Mídia. Unicentro, Guarapuava-PR. 2011.
- NUNES, Silvia Regina. *Metáfora e espetáculo no discurso de divulgação científica da mídia*. 2005. 126f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos). MARINGÁ: UEM, 2005.
- _____. *Divulgação científica: fissuras na formulação*. In: *Revista Ecos*. Ed nº 08, 2009.
- _____. *A geometrização do dizer no discurso do infográfico*. 197f. Tese (Doutorado em Linguística). Campinas: UNICAMP, 2012.
- ORLANDI, Eni P. *O sentido dominante: a literalidade como produto da história*. In: *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 6ª ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011.
- _____. *O discurso da história para a escola*. In: *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 6ª ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011.

- _____. Do sujeito na História e no Simbólico. In: *Discurso e Texto: Formulação e Circulação dos sentidos*. (p. 99- 108) 4ª ed. Campinas, SP: Pontes Editores 2012.
- _____. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. 11ª ed. Campinas – SP: Pontes, 2013.
- _____. (1995) Efeitos do verbal sobre o não-verbal. In: *Revista Rua*. Campinas, 1: 35-47, 1995.
- _____. *Linguagem e educação social: a relação sujeito, indivíduo e pessoa*. In: *Revista Rua*, Campinas, v.2, n. 21, p. 187-198, 2015.
- _____. *Do sujeito na história e no simbólico*. Escritos nº 4. Campinas, SP: publicação do Laboratório de Estudos Urbanos Nudecri/LABERURB, 1999.
- _____. *Discurso e Argumentação: um observatório do Político*. In: *Fórum Linguístico*. Nº 1 (73-81), 1998.
- ORSO, Paulino José. *A concepção de poder em Michel Foucault e as relações de poder na Universidade Estadual do Oeste do Paraná- Unioeste*. 1996, 147f. Dissertação (Mestrado em Educação. Campinas: UNICAMP, 1996.
- PÊCHEUX, M. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. de Eni P. Orlandi. 3. ed. Campinas : Editora da Unicamp, 1997.
- _____. *O Discurso: estrutura ou acontecimento*. 6ª ed. Campinas – SP: Pontes, 2012.
- _____. *Papel da Memória*. 3ª ed. Campinas- SP: Pontes, 2010.
- POSSENTI, Sírio. *Diferenças condensadas em palavras*. In: *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v.26, n.3, p. 1075-1099, 2016.
- POÇAS, Maria Teresa de Carvalho. *Design editorial/revistas, capas e discursos - um estudo das revistas Veja, IstoÉ, Carta Capital e Época*. 2009. 178f. Dissertação (Mestrado em Design). Recife: UFP, 2009.
- SALLES, ANA CLÁUDIA DE MORAES. *Arquivo, memória e resistência: a constituição de sujeitos e de sentidos pelo Regime Militar*. 2017. 147f. Dissertação (Mestrado em Linguística). Cáceres: UNEMAT, 2017.
- _____. *Sentidos e sujeitos cambiantes: ditadura militar e censura na música popular brasileira*. In: *Revista Ao pé da letra*. v. 16.1, p. 171- 190, 2014.
- SCHONS, Regina Carme. *Sociedade, corpo e relação subjetiva*. In: *Acta Scientiarum. Language and Culture*, Maringá, v.37, n.2, p-181-188, 2015.

SEMER, Marcelo. Ruptura institucional e desconstrução do modelo democrático: o papel do Judiciário. In Ivana Jinkings, Kim Doria e Murilo Cleto (org.). *Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2016.

SILVA, Francisco Paulo da & SARGENTINI, Vanice Maria Oliveira. *Análise de Discurso Político e a Política da Análise de Discurso*. I Seminário de Análise do Discurso. Porto Alegre: UFRGS. Estudos da Língua(gem). Vitória da Conquista. n.1. p.83-90. 2005.

ZEN, Tânia Maria Campos. *A construção do sujeito-leitor na crônica fotográfica*. 2007. 129f. Tese (Doutorado em Linguística). Campinas: UNICAMP, 2007.

ZOPPI-FONTANA, Mônica. Acontecimento, arquivo, memória: às margens da lei. In: *LEITURA-* Revista do Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística, LCVCHLA-UFAL, n. 30, referente ao período de jul./dez. 2002, p. 175-206.

WEB SITES:

AGUSTINI, Carmen L. H; SILVA, Margareth Moreira. (N)as imagens de mulher construídas (n)a e pela mídia. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/horizontecientifico/article/viewFile/3859/2864>. Acesso em: 12/05/2017.

Dilma Rousseff. In Britannica Escola Online. *Enciclopédia Escolar Britannica*, 2016. Web,2016. Disponível em: <<http://escola.britannica.com.br/article/543315/Dilma-Rousseff>>. Acesso em: 02 de setembro de 2016.

ANEXOS

VOTOS DOS DEPUTADOS

SIM	PARTIDOS	NÃO	PATIDOS	AUSENTES	PARTIDOS	ABSTENÇÃO	PARTIDOS
Abel Mesquita Jr.	DEM	Edio Lopes	PR	Aníbal Gomes	PMDB	Pompeo de Mattos	PDT
Carlos Andrade	PHS	Afonso Motta	PDT	Clarissa Garotinho	PR	Vinicius Gurgel	PR
Hiran Gonçalves	PP	Bohn Gass	PT			Beto Salame	PP
Jhonatan de Jesus	PRB	Henrique Fontana	PT			Gorete Pereira	PR
Maria Helena	PSB	Marco Maia	PT			Cacá Leão	PP
Remídio Monai	PR	Marcon	PT			Mário N. Jr.	PP
Shéridan	PSDB	Maria do Rosário	PT			Sebastião Oliveira	PR
Afonso Hamm	PP	Paulo Pimenta	PT				
Alceu Moreira	PMDB	Pepe Vargas	PT				
Carlos Gomes	PRB	Décio Lima	PT				
Covatti Filho	PP	Pedro Uczai	PT				
Danlei de Deus Hinterholz	PSD	Janete Capiberibe	PSB				
Darcísio Perondi	PMDB	Josi Araújo	PTN				
Giovani Cherini	PDT	Professora Marcivania	PCDOB				
Heitor Schuch	PSB	Roberto Góes	PDT				
Jerônimo Goergen	PP	Beto Faro	PT				
João Derly	REDE	Edmilson Rodrigues	PSO				
José Fogaça	PMDB	Elcione Barbalho	PMDB				
José Otávio Germano	PP	Lúcio Vale	PR				
Jose Stédile	PSB	Simone Morgado	PMDB				
Luis Carlos Heinze	PP	Zé Geraldo	PT				
Luiz Carlos Busato	PTB	Aliel Machado	REDE				
Mauro Pereira	PMDB	Assis do Couto	PDT				
Nelson Marchezan Junior	PSDB	Enio Verri	PT				
Onyx Lorenzoni	DEM	Zeca Dirceu	PT				
Osmar Terra	PMDB	Dagoberto	PDT				
Renato Molling	PP	Vander Loubet	PT				
Ronaldo Nogueira	PTB	Zeca do PT	PT				
Sérgio Moraes	PTB	Rubens Otoni	PT				
Carmen Zanotto	PPS	Erika Kokay	PT				
Celso Maldaner	PMDB	Angelim	PT				
Cesar Souza	PSD	César Messias	PSB				
Esperidião Amin	PP	Leo de Brito	PT				
Geovania de Sá	PSDB	Sibá Machado	PT				
João Paulo Kleinübing	PSD	Irajá Abreu	PSD				
João Rodrigues	PSD	Vicentinho Júnior	PR				
Jorge Boeira	PP	Ságuas Moraes	PT				
Jorginho Mello	PR	Valtenir Pereira	PMDB				
Marco Tebaldi	PSDB	Ana Perugini	PT				
Mauro Mariani	PMDB	Andres Sanchez	PT				
Rogério Peninha Mendonça	PMDB	Arlindo Chinaglia	PT				
Ronaldo Benedet	PMDB	Carlos Zarattini	PT				
Valdir Colatto	PMDB	Ivan Valente	PSOL				
André Abdon	PP	José Mentor	PT				
Cabuçu Borges	PMDB	Luiza Erundina	PSOL				
Marcos Reategui	PSD	Nilto Tatto	PT				
Arnaldo Jordy	PPS	Orlando Silva	PCDOB				
Delegado Éder Mauro	DSD	Paulo Teixeira	PT				
Francisco Chapadinha	PTN	Valmir Prascidelli	PT				
Hélio Leite	DEM	Vicente Candido	PT				
Joaquim Passarinho	PSD	Vicentinho	PT				
José Priante	PMDB	Aluisio Mendes	PTN				
Josué Bengtson	PTB	João Marcelo Souza	PMDB				

Júlia Marinho	PSC	Junior Marreca	PEN
Nilson Pinto	PSDB	Pedro Fernandes	PTB
Wladimir Costa	SD	Rubens Pereira Júnior	PCDOB
Alex Canziani	PTB	Waldir Maranhão	PP
Alfredo Kaefer	PSL	Weverton Rocha	PDT
Christiane de Souza Yared	PR	Zé Carlos	PT
Diego Garcia	PHS	Ariosto Holanda	PDT
Dilceu Sperafico	PP	Arnon Bezerra	PTB
Evandro Roman	PSD	Chico Lopes	PCDOB
Fernando Francischini	SD	Dominos Neto	PSD
Giacobo	PR	José Airton Cirilo	PT
Hermes Parcianello	PMDB	José Guimarães	PT
João Arruda	PMDB	Leônidas Cristino	PDT
Leandre	PV	Luizianne Lins	PT
Leopoldo Meyer	PSB	Macedo	PP
Luciano Ducci	PSB	Odorico Monteiro	PROS
Luiz Carlos Hauly	PSDB	Vicente Arruda	PDT
Luiz Nishimori	PR	Alessandro Molon	REDE
Marcelo Belinati	PP	Benedita da Silva	PT
Nelson Meurer	PP	Celso Pansera	PMDB
Nelson Padovani	PSDB	Chico Alencar	PSO
Osmar Serraglio	PMDB	Chico D'angelo	PT
Paulo Martins	PSDB	Glauber Braga	PSOL
Ricardo Barros	PP	Jandira Feghali	PCDOB
Rubens Bueno	PPS	Jean Wyllys	PSOL
Sandro Alex	PSD	Leonardo Picciani	PMDB
Sergio Souza	PMDB	Luiz Sérgio	PT
Takayama	PSC	Wadih Damous	PT
Toninho Wandscheer	PROS	Givaldo Vieira	PT
Carlos Marun	PMDB	Helder Salomão	PT
Elizeu Dionizio	PSDB	Assis Carvalho	PT
Geraldo Resende	PSDB	Capitão Fábio Abreu	PTB
Mandetta	DEM	Marcelo Castro	PMDB
Tereza Cristina	PSB	Paes Landim	PTB
Alfredo Nascimento	PR	Rejane Dias	PT
Arthur Virgílio Bisneto	PSDB	Zenaide Maia	PR
Átila Lins	PSD	Adelmo Carneiro Leão	PT
Conceição Sampaio	PP	Aelton Freitas	PR
Hissa Abrahão	PDT	Brunny	PR
Marcos Rotta	PMDB	Gabriel Guimarães	PT
Pauderney Avelino	DEM	George Hilton	PROS
Silas Câmara	PRB	Jô Moraes	PCDOB
Exedito Netto	PSD	Leonardo Monteiro	PT
Lindomar Garçon	PRB	Margarida Salomão	PT
Lucio Mosquini	PMDB	Miguel Corrêa	PT
Luiz Cláudio	PR	Padre João	PT
Marcos Rogério	DEM	Patrus Ananias	PT
Mariana Carvalho	PSDB	Reginaldo Lopes	PT
Marinha Raupp	PMDB	Alfonso Florence	PT
Nilton Capixaba	PTB	Alice Portugal	PCDOB
Alexandre Baldy	PTN	Antonio Brito	PSD
Célio Silveira	PSDB	Bacelar	PTN
Daniel Vilela	PMDB	Bebeto	PSB
Delegado Waldir	PR	Caetano	PT
Fábio Sousa	PSDB	Daniel Almeida	PCDOB
Flávia Moraes	PDT	Davidson Magalhães	PCDOB
Giuseppe Vecchi	PSDB	Félix Mendonça Júnior	PDT
Heuler Cruvinel	PSD	Fernando Torres	PSD
João Campos	PRB	João Carlos Bacelar	PR
Jovair Arantes	PTB	Jorge Solla	PT
Lucas Vergilio	SD	José Carlos Araújo	PR

Magda Mofatto	PR	José Nunes	PSD
Marcos Abrão	PPS	José Rocha	PR
Pedro Chaves	PMDB	Moema Gramacho	PT
Roberto Balestra	PP	Paulo Magalhães	PSD
Thiago Peixoto	PSD	Roberto Britto	PP
Alberto Fraga	DEM	Ronaldo Carletto	PP
Augusto Carvalho	SD	Sérgio Brito	PSD
Izalci	PSDB	Valmir Assunção	PT
Laerte Bessa	PR	Waldenor Pereira	PT
Rogério Rosso	PSD	Damião Feliciano	PDT
Ronaldo Fonseca	PROS	Luiz Couto	PT
Rôney Nemer	PP	Wellington Roberto	PR
Alan Rick	PRB	Adalberto Cavalcanti	PTB
Flaviano Melo	PMDB	Luciana Santos	PCDOB
Jéssica Sales	PMDB	Ricardo Teobaldo	PTN
Rocha	PSDB	Silvio Costa	PTDOB
Carlos Henrique Gaguim	PTN	Wolney Queiroz	PDT
César Halum	PR	Zeca Cavalcanti	PTB
Dulce Miranda	PMDB	Fábio Mitidieri	PSD
Josi Nunes	PMDB	João Daniel	PT
Lázaro Botelho	PP	Givaldo Carimbão	PHS
Professora Dorinha	DEM	Paulão	PT
Adilton Sachetti	PSB	Ronaldo Lessa	PDT
Carlos Bezerra	PMDB		
Fabio Garcia	PSB		
Nilson Leitão	PSDB		
Professor Victório Galli	PSC		
Tampinha	PSD		
Alex Manente	PPS		
Alexandre Leite	DEM		
Antonio Bulhões	PRB		
Arnaldo Faria de Sá	PTB		
Arnaldo Jardim	PPS		
Baleia Rossi	PMDB		
Beto Mansur	PRB		
Bruna Furlan	PSDB		
Bruno Covas	PSDB		
Capitão Augusto	PR		
Carlos Sampaio	PSDB		
Celso Russomanno	PRB		
Dr. Sinval Malheiros	PTN		
Duarte Nogueira	PSDB		
Edinho Araújo	PMDB		
Eduardo Bolsonaro	PSC		
Eduardo Cury	PSD		
Eli Corrêa Filho	DEM		
Evandro Gussi	PV		
Fausto Pinato	PP		
Flavinho	PSB		
Floriano Pesaro	PSDB		
Gilberto Nascimento	PSC		
Goulart	PSD		
Guilherme Mussi	PP		
Herculano Passos	PSD		
Jefferson Campos	PSD		
João Paulo Papa	PSDB		
Jorge Tadeu Mudalen	DEM		
Keiko Ota	PSB		
Luiz Lauro Filho	PSB		
Major Olimpio	SD		
Mara Gabrilli	PSDB		

Marcelo Squassoni	PRB
Marcio Alvino	PR
Miguel Haddad	PSDB
Miguel Lombardi	PR
Milton Monti	PR
Missionário José Olímpio	DEM
Nelson Marquezelli	PTB
Paulo Freire	PR
Paulo Maluf	PP
Paulo Pereira da Silva	SD
Pr. Marco Feliciano	PSC
Renata Abreu	PTN
Ricardo Izar	PP
Ricardo Tripoli	PSDB
Roberto Alves	PRB
Roberto de Lucena	PV
Rodrigo Garcia	DEM
Samuel Moreira	PSDB
Sérgio Reis	PRB
Silvio Torres	PSDB
Tiririca	PR
Vanderlei Macris	PSDB
Vinicius Carvalho	PRB
Vitor Lippi	PSDB
Alberto Filho	PMDB
André Fufuca	PP
Cleber Verde	PRB
Eliziane Gama	PPS
Hildo Rocha	PMDB
João Castelo	PSDB
José Reinaldo	PSB
Juscelino Filho	DEM
Sarney Filho	PV
Victor Mendes	PSD
Adail Carneiro	PP
Cabo Sabino	PR
Danilo Forte	PSB
Genecias Noronha	SD
Moroni Torgan	DEM
Moses Rodrigues	PMDB
Raimundo Gomes de Matos	PSDB
Ronaldo Martins	PRB
Vitor Valim	PMDB
Alexandre Serfiotis	PMDB
Alexandre Valle	PR
Altineu Côrtes	PMDB
Arolde de Oliveira	PSC
Aureo (SD) – SIM	SD
Cabo Daciolo	PTDO
Cristiane Brasil	PTB
Deley	PTB
Dr. João	PR
Eduardo Cunha	PMDB
Ezequiel Teixeira	PTN
Felipe Bornier	PROS
Fernando Jordão	PMDB
Francisco Floriano	DEM
Hugo Leal	PSB
Indio da Costa	PSD
Jair Bolsonaro	PSC
Julio Lopes	PP

Luiz Carlos Ramos	PTN
Marcelo Matos	PHS
Marco Antônio Cabral	PMDB
Marcos Soares	DEM
Miro Teixeira	REDE
Otávio Leite	PSDB
Paulo Feijó	PR
Pedro Paulo	PMDB
Roberto Sales	PRB
Rodrigo Maia	DEM
Rosângela Gomes	PRB
Sérgio Zveiter	PMDB
Simão Sessim	PP
Soraya Santos	PMDB
Sóstenes Cavalcante	DEM
Washington Reis	PMDB
Carlos Manato	SD
Dr. Jorge Silva	PHS
Evair de Melo	PV
Lelo Coimbra	PMDB
Marcus Vicente	PP
Max Filho	PSDB
Paulo Foletto	PSB
Sérgio Vidigal	PDT
Átila Lira	PSB
Heráclito Fortes	PSB
Iracema Portella	PP
Júlio Cesar	PSD
Rodrigo Martins	PSB
Antônio Jácome	PTN
Beto Rosado	PP
Fábio Faria	PSD
Felipe Maia	DEM
Rafael Motta	PSB
Rogério Marinho	PSDB
Walter Alves	PMDB
Bilac Pinto	PR
Bonifácio de Andrada	PSDB
Caio Narcio	PSDB
Carlos Melles	DEM
Dâmina Pereira	PSL
Delegado Edson Moreira	PR
Diego Andrade	PSD
Dimas Fabiano	PP
Domingos Sávio	PSDB
Eduardo Barbosa	PSDB
Eros Biondini	PROS
Fábio Ramalho	PMDB
Franklin Lima	PP
Jaime Martins	PSD
Júlio Delgado	PSB
Laudívio Carvalho	SD
Leonardo Quintão	PMDB
Lincoln Portela	PRB
Luis Tibé	PTDOB
Luiz Fernando Faria	PP
Marcelo Álvaro Antônio	PR
Marcelo Aro	PHS
Marcos Montes	PSD
Marcus Pestana	PSDB
Mário Heringer	PDT

Mauro Lopes	PMDB
Misael Varella	DEM
Newton Cardoso Jr	PMDB
Odelmo Leão	PP
Paulo Abi-ackel	PSDB
Raquel Muniz	PSD
Renzo Braz	PP
Rodrigo de Castro	PSDB
Rodrigo Pacheco	PMDB
Saraiva Felipe	PMDB
Stefano Aguiar	PSD
Subtenente Gonzaga	PDT
Tenente Lúcio	PSB
Toninho Pinheiro	PP
Weliton Prado	PMB
Zé Silva	SD
Antonio Imbassahy	PSDB
Arthur Oliveira Maia	PPS
Benito Gama	PTB
Claudio Cajado	DEM
Elmar Nascimento	DEM
Erivelton Santana	PEN
Irmão Lazaro	PSC
João Gualberto	PSDB
José Carlos Aleluia	DEM
Jutahy Junior	PSDB
Lucio Vieira Lima	PMDB
Márcio Marinho	PRB
Paulo Azi	DEM
Tia Eron	PRB
Uldurico Junior	PV
Aguinaldo Ribeiro	PP
Benjamin Maranhão	SD
Efraim Filho	DEM
Hugo Motta	PMDB
Manoel Junior	PMDB
Pedro Cunha Lima	PSDB PB
Rômulo Gouveia	PSD
Veneziano Vital do Rêgo	PMDB
Wilson Filho	PTB
Anderson Ferreira	PR
André de Paula	PSD
Augusto Coutinho	SD
Betinho Gomes	PSDB
Bruno Araújo	PSDB
Daniel Coelho	PSDB
Danilo Cabral	PSB
Eduardo da Fonte	PP
Fernando Coelho Filho	PSB
Gonzaga Patriota	PSB
Jarbas Vasconcelos	PMDB
João Fernando Coutinho	PSB
Jorge Côrte Real	PTB
Kaio Maniçoba	PMDB
Marinaldo Rosendo	PSB
Mendonça Filho	DEM
Pastor Eurico	PHS
Tadeu Alencar	PSB
Adelson Barreto	PR
Andre Moura	PSC
Fabio Reis	PMDB

Jony Marcos	PRB
Laercio Oliveira	SD
Valadares Filho	PSB
Arthur Lira	PP
Cícero Almeida	PMDB
JHC	PSB
Marx Beltrão	PMDB
Maurício Quintella Lessa	PR
Pedro Vilela	PSDB

VOTOS DOS SENADORES

Impeachment		SIM		NÃO		Necessários os votos de 54 senadores (dois terços) para condenar a presidente da República por crimes de responsabilidade e afastá-la do cargo Veja como votaram os senadores ▼
Votação final do julgamento da presidente afastada Dilma Rousseff		61		20		
Adir Gurgacz (PDT-RO)	<input checked="" type="checkbox"/>	Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	<input checked="" type="checkbox"/>	Paulo Paim (PT-RS)	<input type="checkbox"/>	
Aécio Neves (PSDB-MG)	<input checked="" type="checkbox"/>	Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)	<input checked="" type="checkbox"/>	Paulo Rocha (PT-PA)	<input type="checkbox"/>	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	<input checked="" type="checkbox"/>	Gladson Cameli (PP-AC)	<input checked="" type="checkbox"/>	Pedro Chaves (PSC-MS)	<input checked="" type="checkbox"/>	
Alvaro Dias (PV-PR)	<input checked="" type="checkbox"/>	Gleisi Hoffmann (PT-PR)	<input type="checkbox"/>	Raimundo Lira (PMDB-PB)	<input checked="" type="checkbox"/>	
Ana Amélia (PP-RS)	<input checked="" type="checkbox"/>	Hélio José (PMDB-DF)	<input checked="" type="checkbox"/>	Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	<input type="checkbox"/>	
Angela Portela (PT-RR)	<input type="checkbox"/>	Humberto Costa (PT-PE)	<input type="checkbox"/>	Regina Sousa (PT-PI)	<input type="checkbox"/>	
Antonio Anastasia (PSDB-MC)	<input checked="" type="checkbox"/>	Ivo Cassol (PP-RO)	<input checked="" type="checkbox"/>	Reguffe (S/PARTIDO-DF)	<input checked="" type="checkbox"/>	
Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)	<input checked="" type="checkbox"/>	Jader Barbalho (PMDB-PA)	<input checked="" type="checkbox"/>	Renan Calheiros (PMDB-AL)	<input checked="" type="checkbox"/>	
Armando Monteiro (PTB-PE)	<input type="checkbox"/>	João Alberto Souza (PMDB-MA)	<input checked="" type="checkbox"/>	Ricardo Ferraço (PSDB-ES)	<input checked="" type="checkbox"/>	
Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	<input checked="" type="checkbox"/>	João Capiberibe (PSB-AP)	<input type="checkbox"/>	Roberto Muniz (PP-BA)	<input type="checkbox"/>	
Benedito de Lira (PP-AL)	<input checked="" type="checkbox"/>	Jorge Viana (PT-AC)	<input type="checkbox"/>	Roberto Requião (PMDB-PR)	<input type="checkbox"/>	
Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)	<input checked="" type="checkbox"/>	José Agripino (DEM-RN)	<input checked="" type="checkbox"/>	Roberto Rocha (PSB-MA)	<input checked="" type="checkbox"/>	
Cidinho Santos (PR-MT)	<input checked="" type="checkbox"/>	José Aníbal (PSDB-SP)	<input checked="" type="checkbox"/>	Romário (PSB-RJ)	<input checked="" type="checkbox"/>	
Ciro Nogueira (PP-PI)	<input checked="" type="checkbox"/>	José Maranhão (PMDB-PB)	<input checked="" type="checkbox"/>	Romero Jucá (PMDB-RR)	<input checked="" type="checkbox"/>	
Cristovam Buarque (PPS-DF)	<input checked="" type="checkbox"/>	José Medeiros (PSD-MT)	<input checked="" type="checkbox"/>	Ronaldo Caiado (DEM-GO)	<input checked="" type="checkbox"/>	
Dalirio Beber (PSDB-SC)	<input checked="" type="checkbox"/>	José Pimentel (PT-CE)	<input type="checkbox"/>	Rose de Freitas (PMDB-ES)	<input checked="" type="checkbox"/>	
Dário Berger (PMDB-SC)	<input checked="" type="checkbox"/>	Kátia Abreu (PMDB-TO)	<input type="checkbox"/>	Sérgio Petecão (PSD-AC)	<input checked="" type="checkbox"/>	
Davi Alcolumbre (DEM-AP)	<input checked="" type="checkbox"/>	Lasier Martins (PDT-RS)	<input checked="" type="checkbox"/>	Simone Tebet (PMDB-MS)	<input checked="" type="checkbox"/>	
Edison Lobão (PMDB-MA)	<input checked="" type="checkbox"/>	Lídice da Mata (PSB-BA)	<input type="checkbox"/>	Tasso Jereissati (PSDB-CE)	<input checked="" type="checkbox"/>	
Eduardo Amorim (PSC-SE)	<input checked="" type="checkbox"/>	Lindbergh Farias (PT-RJ)	<input type="checkbox"/>	Telmário Mota (PDT-RR)	<input checked="" type="checkbox"/>	
Eduardo Braga (PMDB-AM)	<input checked="" type="checkbox"/>	Lúcia Vânia (PSB-GO)	<input checked="" type="checkbox"/>	Valdir Raupp (PMDB-RO)	<input checked="" type="checkbox"/>	
Eduardo Lopes (PRB-RJ)	<input checked="" type="checkbox"/>	Magno Malta (PR-ES)	<input checked="" type="checkbox"/>	Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	<input type="checkbox"/>	
Elmano Férrer (PTB-PI)	<input type="checkbox"/>	Maria do Carmo Alves (DEM-SE)	<input checked="" type="checkbox"/>	Vicentinho Alves (PR-TO)	<input checked="" type="checkbox"/>	
Eunício Oliveira (PMDB-CE)	<input checked="" type="checkbox"/>	Marta Suplicy (PMDB-SP)	<input checked="" type="checkbox"/>	Waldemir Moka (PMDB-MS)	<input checked="" type="checkbox"/>	
Fátima Bezerra (PT-RN)	<input type="checkbox"/>	Omar Aziz (PSD-AM)	<input checked="" type="checkbox"/>	Wellington Fagundes (PR-MT)	<input checked="" type="checkbox"/>	
Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	<input checked="" type="checkbox"/>	Otto Alencar (PSD-BA)	<input type="checkbox"/>	Wilder Moraes (PP-GO)	<input checked="" type="checkbox"/>	
Fernando Collor (PTC-AL)	<input checked="" type="checkbox"/>	Paulo Bauer (PSDB-SC)	<input checked="" type="checkbox"/>	Zeze Perrella (PTB-MG)	<input checked="" type="checkbox"/>	